



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓ-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA
ESTRATÉGICA DA 16^a BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS
MISSÕES TEFÉ-AM) PARA A DEFESA NACIONAL**

ALDO RODRIGUES DE LIMA

MANAUS-AM
2025

ALDO RODRIGUES DE LIMA

**A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA
ESTRATÉGICA DA 16^a BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS
MISSÕES TEFÉ-AM) PARA A DEFESA NACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEOG/UFAM, como requisito final para obtenção de título de Mestrado. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Nelcioney José de Souza Araújo

MANAUS-AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732g Lima, Aldo Rodrigues de

A Guardiã do Solimões não dorme nem sente sono: a importância estratégica da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada das Missões Tefé-AM) para a Defesa Nacional / Aldo Rodrigues de Lima. - 2025.

201 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Nelcioney José de Souza Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus - AM, 2025.

1. Território. 2. Geopolítica. 3. Estratégias. 4. Política Nacional de Defesa. 5. 16ª Brigada de Infantaria de Selva. I. Araújo, Nelcioney José de Souza. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título

ALDO RODRIGUES DE LIMA

A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS MISSÕES TEFÉ-AM) PARA A DEFESA NACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Aprovado em: 04 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 NELCIONEY JOSE DE SOUZA ARAUJO
Data: 05/11/2025 16:01:20-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

**Prof. Dr. Nelcioney José de Souza Araújo - Presidente
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG–UFAM)**

Documento assinado digitalmente
 THIAGO OLIVEIRA NETO
Data: 05/11/2025 14:58:06-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

**Prof. Dr. Thiago Oliveira Neto
Universidade Federal do
Amazonas (PPGEOG–UFAM)**

Documento assinado digitalmente
 WENDELL TELES DE LIMA
Data: 05/11/2025 14:43:57-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

**Prof. Dr. Wendell Teles de Lima
Universidade do Estado do
Amazonas (UEA–ENS)**

Essa dissertação eu dedico a Deus, às pessoas que acreditaram em mim e, principalmente, ao próprio esforço físico e mental. Acreditando que, assim como as plantas germinam em meio às rochas, assim são as dificuldades que geram desespero. No entanto, a superação e o vencer são o resultado que se recebe por tudo que as dificuldades nos ensinam a suportar.

AGRADECIMENTO

Não posso iniciar estes agradecimentos sem expressar minha gratidão a Deus, por permitir que eu permaneça de pé, diante das lutas travadas diárias e dos momentos bons. Sei que ainda há caminhos a percorrer, mas creio que com Ele estarei seguro e amparado para suportar estas e as próximas etapas de vida acadêmica que virão.

Agradecimentos são atos de honrar aqueles que nos apoiaram e apoiam em momentos em que precisamos realizar algo. Todo e qualquer trabalho, evento pessoal ou coletivo, as parcerias serão o primeiro caminho a percorrer e chegar ao objetivo.

Para a realização dessa dissertação, houve parcerias fundamentais para a conclusão desse estudo-pesquisa. Dentre as quais se remetem os agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), que fomentou por 19 meses, custeando o processo da pesquisa. Ao meu orientador, o Professor Doutor Nelcioney José de Souza Araújo, colaborando e intermediando entre os órgãos militares, para a aquisição de dados importantes, que possibilitou o resultado satisfatório. Além de seu conhecimento polímata, incentivador.

Às professoras Eubia Andréa Rodrigues e Tereza Cortezão, que foram suportes em momentos de instabilidades, e ao amigo Cleimison Fernandes, sempre incentivando a continuar dizendo que logo tudo passaria. Das colegas Viviane Mendes e Juliana de Souza Soares, que incentivaram, subsidiando de forma acadêmica e pessoal.

E aos inquiridos: a 16^a Brigada de Infantaria de Selva, aos professores das escolas estaduais de Tefé–AM, aos graduandos em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST–UEA). Suas contribuições foram argumentos delineadores para o resultado substancial para a dissertação. E a este autor, que apesar das dificuldades, consegue ser resiliente para discernir e superar as adversidades impostas nos mais de 24 meses que se pautaram em pesquisas bibliográficas, trabalho em campo, cursos e palestras que contribuíram para o enriquecimento teórico desse estudo-pesquisa, tivesse o mais fiel resultado para ser utilizado para melhorar

as organizações, a defesa e a segurança, sendo essencial para a garantia da soberania nacional.

É para Deus e a essas pessoas que concretizo mais uma etapa da minha vida acadêmica, agradecendo por essa conquista, sendo a penúltima escala de títulos que um ser humano alcança na trajetória acadêmica.

LIMA, Aldo Rodrigues de. **A Guardiã do Solimões não dorme nem sente sono: A importância Estratégica da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada das Missões, Tefé-AM) Para a Defesa Nacional.** 2025. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

RESUMO: A Amazônia brasileira ocupa 5.015.068,18 km², equivalente a 58,9% do território brasileiro dos 8.509.379,576 km² (IBGE, 2024). Esse é um território com recursos naturais e populações originárias e ribeirinhas. O seu território é fronteiriço com países da América do Sul. A fronteira do Amazonas é uma área sensível por integrar quatro países, por onde circulam via fluvial o narcotráfico, piratas de rio e em terras indígenas para a exploração de ouro, denotando um território, ao mesmo tempo, exuberante e perigosa. Em Tefé, no Amazonas, a 16ª Brigada de Infantaria de Selva é um elemento de controle territorial que visa assegurar e reforçar a presença do Estado na fronteira para manter a soberania territorial do Brasil. Enfrentando desafios e contribuindo para a segurança e o desenvolvimento na Amazônia. A Brigada das Missões é uma organização militar subordinada ao Comando Militar da Amazônia (CMA). Este estudo tem por finalidade analisar a Importância Estratégica da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada das Missões em Tefé, Amazonas) para a Defesa Nacional. Em síntese, foi abordado o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Para o direcionamento do estudo-pesquisa o objetivo geral pautou-se em: Analisar a relevância geopolítica da 16ª Brigada de Infantaria de Selva no contexto da Defesa Nacional. Para às estratégias metodológicas, foram utilizados dados qualitativos pautados em questionários semiestruturadas com 14 questões dissertativas para os agentes da Polícia Militar e do Exército Brasileiro, 05 questões de múltiplas escolhas para os professores da rede estadual de ensino e 12 questões dissertativas para os graduandos de geografia do CEST-UEA, complementados por levantamento literário, documentos e sites, além da pesquisa em campo. Possibilitando a percepção da realidade da Brigada das Missões para a Defesa Nacional. Diante dos levantamentos dos dados, evidenciou-se que a Brigada das Missões, além de garantir a Defesa Nacional através de sua presença e atuação 24 horas por dia e 365 dias e seis horas ao ano, também contribui para a economia, a sociabilidade e a segurança local contra ações ilícitas, ataques e invasões aos povos tradicionais e ribeirinhos na Amazônia. O estudo também evidenciou que o tefense não conhece o principal documento que norteia as ações de defesa no território nacional e é insciente de participar da elaboração da Política Nacional de Defesa (PND), que rege as ações de defesa no Brasil. Outro ponto relevante refere-se ao quantitativo humano das organizações militares, que requer maior atenção para garantir, assegurar e defender o território da Amazônia Brasileira. Neste sentido, sobre a estrutura física, material bélico, transporte fluvial e infraestrutura, o Estado brasileiro contribuiativamente. É pertinente ressaltar que estudos sobre a defesa e a segurança sejam debatidos com a participação da sociedade civil-militar para elaboração de políticas para à defesa e para à segurança nacional, pois é a sociedade que vivencia todos os dias as ações de grupos criminosos e traficantes. Para isso, essa informação tem que chegar na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Território; Geopolítica; Estratégias; Política Nacional de Defesa; 16ª Brigada de Infantaria de Selva.

ABSTRACT: The Brazilian Amazon occupies 5.015.068,18 km², equivalent to 58,9% of the Brazilian territory, out of a total of 8.509.379,576 km² (IBGE, 2024). This region is characterized by natural resources and traditional populations and riverine communities. Its territory shares borders with South American countries. It is a sensitive area as it connects four countries, forming a four-country drug trafficking and river piracy occur along the rivers, and where gold mining takes place in Indigenous territories, highlighting a territory, at the same time, is both exuberant and dangerous. In Tefé, Amazonas, the 16th Jungle Infantry Brigade serves as an element of territorial control aiming to ensure and reinforce the State's presence at the border to maintain Brazil's territorial sovereignty. Addressing challenges and contributing to security and development in the Amazon region. The missions Brigade is military organization subordinate to the Amazon Military Command (CMA). This study aims to analyze the strategic importance of the 16th Jungle Infantry Brigade (known as the Missions Brigade, in Tefé, Amazonas) for Brazil's National Defense. In summary, SDG 16 – Peace, Justice and Strong Institutions – was discussed. To guide the research, the main objective was to analyze the geostrategic relevance of the 16th Jungle Infantry Brigade within the context of National Defense. In terms of methodology, qualitative data were used, based on semi-structured interviews containing 14 open-ended questions for officers of the Military Police and the Brazilian Army, five multiple-choice questions for teachers of the state school teachers, twelve open-ended questions for Geography undergraduates from CEST–UEA, complemented by a literature review, documents and online sources, as well as field research. Enabling a better understanding of the role of the Missions Brigade in National Defense. Based on the data collected, the findings revealed that the Missions Brigade, in addition to ensuring National Defense through its constant presence and year round operations, also contributes to the local economy, social cohesion, and security by protecting traditional and riverside communities in the Amazon against illegal activities, attacks and invasions. The study also revealed that inhabitants of Tefé are not familiar with the main document that guides national defense actions in the country and are not involved in the formulation of the National Defense Policy (PND), which governs defense actions in Brazil. Another relevant point concerns the personnel strength of the military organizations, which requires greater attention to garrison, secure, and defend the territory of the Brazilian Amazon. In this regard, the Brazilian State plays an active role in terms of physical structures, military equipment, river transport, and infrastructure. It is pertinent to emphasize that studies on defense and security should be discussed with the participation of both the civilian and military society in order to develop policies for national defense and security, since it is the society that experiences daily the actions of criminal groups and traffickers. For this reason, such information must reach Brazilian society.

Keywords: Territory; Geopolitics; Strategies; National Defense Policy; 16th Jungle Infantry Brigade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1.º GPT. Front	1.º Grupamento de Fronteira
16.ª BALOG	16.ª Base Logística de Selva
16.ª BDA INF MTZ	16.ª Brigada de Infantaria Motorizada
16.ª BDA INF SL	16.ª Brigada de Infantaria de Selva
16.º PEL COM SL	16.º Pelotão de Comunicação de Selva
16ª BALOG	16ª Base Logística
16ª BDA INF MTZ	16ª Brigada de Infantaria Motorizada
16ª BDA INF SL	16ª Brigada de Infantaria de Selva
17.º BIS	17.º Batalhão de Infantaria de Selva
2.º GEC	2.º Grupamento de Engenharia e Construção
3.º BPM	3.º Batalhão de Polícia Militar
34.º PEL PE	34.º Pelotão de Polícia do Exército
61º BIS	61º Batalhão de Infantaria de Selva
ACISO	Ação Cívico-Social
ALFA	Apoiar a Iniciativa de Cumprimento da legislação do Setor Florestal na Região Amazônica
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BID	Base Industrial de Defesa
BPCV	Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEF	Campanha Força Expedicionária
CEST	Centro de Estudos Superiores de Tefé
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CF	Constituição Federal
CF SOL/ 8.º BIS	Companhia de Fronteira do Solimões 8.º batalhão de Infantaria de Selva
CHEM	Chefe do Estado Maior
CI	Cidades Intermediadora
CIA CMD	Comando de Comando
CIA DE FZO SL	Companhia de Fuzileiro de Selva
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMD	Comando

CMN	Comando Militar do Norte
CMO	Comando Militar do Oeste
CMS	Comando Militar do Sul
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o direito do Mar
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COREAM	Conselho Regional de Desenvolvimento do Amazonas
COT	Crime Organizado Transfronteiriço
COTER	Comando de Operações Terrestre
COVID-19	Coronavirus Disease 19
CV	Comando Vermelho
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EB	Exército Brasileiro
EDS	Expedicionário da Saúde
END	Estratégia Nacional de Defesa
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FARC	Força Armada Revolucionária da Colômbia
FRNT TER	Fronteira Terrestre
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GIRH	Gestão de Recursos Hídricos
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GM	Guarda Municipal
IAPA	Projetos de Integração de Áreas Protegidas da Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Renováveis Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ	Instituto de Pesquisa Ecológicas
ISA	Instituto Socioambiental

LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MIDR	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
MSC	Mar do Sul da China
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OM	Organização Militar
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OrCrim	Organização Crimosa
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAE	Projeto de Ação Estratégica
PC	Polícia Civil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCN	Programa Calha Norte
PDN	Política Nacional de Defesa
PEF	Pelotões Especiais de Fronteira
PEL LOG MNT	Pelotão Logístico de Manutenção
PEL LOG SUP	Pelotão Logístico de Suprimento
PEL LOG TRMP	Pelotão Logístico de Transporte
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PIT–DEFESA	Política Industrial de Defesa
PM	Polícia Militar
PND	Política Nacional de Defesa
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteira
PRODE	Produto de Defesa
PVS	Programa de Vigilância em Saúde Ambiental para a região Amazônica
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SASI	Subárea e Segurança Integrada na Defesa

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
TCA	Tratado de Cooperação Amazônia
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Área de responsabilidade da 16 ^a Brigada de Infantaria de Selva Tefé-Am	29
Figura 02: Pontos estratégicos de fortes na Amazônia, séculos XVII e XVIII	36
Figura 03: Desmembramento de TEFÉ	41
Figura 04: Território de Tefé até 1981	43
Figura 05: Fronteira do Brasil (Amazonas), Peru, Colômbia e Venezuela	51
Figura 06: Divisão da Amazônia no plano Leste-Oeste (Amazônia oriental e ocidental)	54
Figura 07: Amazônia setentrional brasileira	55
Figura 08: Área de abrangência da PCN 2022	59
Figura 09: Programas desenvolvidos pelo DPCN	59
Figura 10: Feira Municipal de Tefé (Eduardo Nunes de Sá)	61
Figura 11: Rota de navegação que influencia a projeção de poder (Mar do Sul da China)	69
Figura 12: Tripé estratégico	75
Figura 13: 1º Grupamento de Fronteira	86
Figura 14: 16 ^a Brigada de Infantaria de Selva	86
Figura 15: Fronteira (Brasil, Venezuela, Colômbia e Peru)	91
Figura 16: Comandos militares distribuídos por regiões do Brasil 2012	92
Figura 17: Os 08 comandos militares de áreas do Brasil	93
Figura 18: Os 09 principais rios do Estado do Amazonas	96
Figura 19: Rio Amazonas (Peru–Brasil)	97
Figura 20: Os dez Rios da rota do tráfico de drogas no Território Amazonense	98
Figura 21: Rio Uaupés	99
Figura 22: Rio negro	99
Figura 23: Rio Japurá	100
Figura 24: Rio Javari	100
Figura 25: Rio Amazonas	101
Figura 26: Rio madeira	101
Figura 27: Rio Purus	102
Figura 28: Rio Tarauacá	102

Figura 29: Rio Xié	103
Figura 30: Rio Envira	103
Figura 31: As 8 regiões de influência de Tefé	105
Figura 32: Fronteiras do Brasil (Peru–Colômbia–Venezuela)	106
Figura 33: Hidrovias do crime organizado	109
Figura 34: Os 9 Estados da Amazônia	111
Figura 35: Monitoramento do SISFRON	112
Figura 36: Projetos, infraestrutura e atuação do SISFRON	112
Figura 37: PPIF: ação militar na fronteira	113
Figura 38: Órgãos federais articulados com o PPIF	114
Figura 39: Estados brasileiros inseridos no Programa do PPIF	115
Figura 40: Operação na terra indígena Vale do Javari	116
Figura 41: Localização dos PEF nas fronteiras do Brasil (Peru–Colômbia)	117
Figura 42: Operação Ágata 2024	120
Figura 43: Resultado do 1º semestre das ações da 16ª BDA INF SL 2024	120
Figura 44: Vigilância atuante da 16ª BDA INF SL	122
Figura 45: Resumo da Operação Ágata e Apoema 2025	123
Figura 46: Balsa utilizada para extração de ouro	124
Figura 47: Garimpo na terra indígena Yanomami 2023	125
Figura 48: Rio Uraricoera e rio Mujicajaí	126
Figura 49: 16ª BDA INF SL resultado no 1º trimestre de 2025	127
Figura 50: Vistoria em embarcações	127
Figura 51: Apreensão de pescado	127
Figura 52: Pescado em barco de pesca	128
Figura 53: Pescado confiscado	128
Figura 54: Comunidade de Santo Isidoro	130
Figura 55. Palestra odontológica	130
Figura 56: Atendimento médico	131
Figura 57: Distribuição de kits bucais	131
Figura 58: Dança Indígena (Comunidade do Pavão)	132
Figura 59: Distribuição de cesta básica	132
Figura 60: Resultado dos ACISO 2024	133
Figura 61: Resultado das ações assistenciais no 1º semestre em 2025	134
Figura 62: Ações realizadas no 1º trimestre de 2025 (16ª BDA INF SL)	134

Figura 63: Cursos de confeiteiro EB	137
Figura 64: Curso de copeiro-dispenseiro	137
Figura 65: Curso de Técnico em Mecânica	138
Figura 66: Certificados recebidos no EB	139
Figura 67: Localização do território de Tefé–AM	139
Figura 68: JUTICA produtos da Amazônia	140
Figura 69: Frigopeixe	140
Figura 70: CEST–UEA	140
Figura 71: 16 ^a BDA INF SL	140
Figura 72: Operação Ágata 2025 e a sinergia entre as forças estaduais e federais	151
Figura 73: Municípios de ações do 3º BPM–Tefé, AM	152
Figura 74: Organizações Militares subordinadas à Brigada das Missões	154
Figura 75: Organograma das bases e PEF subordinadas à Brigada Missões	154
Figura 76: Terra indígena Vale do Javari	156
Figura 77: Distribuição da Fibra Ótica (CMA)	157
Figura 78: Território de influência da Brigada das Missões	159
Figura 79: Os 17 ODS da ONU (2015–2030)	162
Figura 80: Percurso dos piratas fluviais nos rios do Amazonas e Pará	163
Figura 81: Apreensão e desativação de embarcação e equipamentos	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Números e anos de municípios beneficiados pelo PCN (1985–2023)	60
Gráfico 02: Efetivo do Exército em 2013 na Amazônia Legal	94
Gráfico 03: Sinuosidade do garimpo na Terra indígena Yanomami em 2023	125
Gráfico 04: Representação gráfica de números de vezes que países como Portugal, Alemanha, Japão, Itália, Reino Unido e Coréia do Sul caberiam dentro do território amazonense	129
Gráfico 05: Regiões do Brasil que caberiam dentro do território do Amazonas	129
Gráfico 06: Respostas dos professores sobre o conhecimento da existência da PND e da END, 2025	142
Gráfico 07: Resultado das respostas corretas e incorretas sobre as normas e objetivos da PND e da END, 2025	143
Gráfico 08: Respostas dos graduandos em Geografia (CEST–UEA) sobre as ações da 16ª BDA INF SL	144
Gráfico 09: Respostas dos graduandos em Geografia (CEST–UEA) sobre o conhecimento da existência da PND e da END, 2025	146
Gráfico 10: Tabulações de atividades ilícitas em 2025, no Amazonas	148
Gráfico 11: Dados parciais sobre as exportações de produtos militares até 29 de julho de 2024	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: As 33 fortificações na Amazônia, séculos XVII, XVIII e XIX	35
Quadro 02: As principais atualizações da PDN e PND	47
Quadro 03: Os quatro pontos comparativos entre a PDN e a PND, 1996–2020	47
Quadro 04: Objetivo Nacional de Defesa OND (PDN–PND, 1996 a 2024)	49
Quadro 05: Das orientações da PND, 2012	50
Quadro 06: Os principais pontos relacionados à Amazônia na PDN e PND de 1996, 2012, 2016, 2020 e 2024	52
Quadro 07: Especificação do Programa Calha Norte 2025	62
Quadro 08: Objetivos da PNDR, 2024	63
Quadro 09: Pontos prioritários estratégicos para planejar e implementar a defesa	76
Quadro 10: Princípios para desenvolver projetos para a ação militar	77
Quadro 11: Países que caberiam no território Amazonas	128
Quadro 12: Termos e definições de crimes contra o patrimônio e à vida	147
Quadro 13: Atribuições das forças terrestres de defesa (EB) e de segurança (PM)	149
Quadro 14: Comparativos de cooperação operacional	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
METODOLOGIA	24
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
Aspecto gerais da área de estudo	28
1. AMAZÔNIA: DEFESA E DISSUASÃO	31
1.1 Estado-Nação: características conceituais	31
1.2 Os fortes na Amazônia: estratégia e soberania lusitana	33
1.3 Tefé, localização geoestratégica relevante na região do Solimões para a Defesa Nacional	36
1.3.1. Tefé no Amazonas: extensão e seus limites territoriais	37
1.3.2. Tefé: seus desmembramentos	40
1.3.3. Tefé: localização estratégica para Defesa Nacional	41
1.4 Política Nacional de Defesa (PND): instrumento normativo estratégico de defesa	44
1.4.1. A instituição da Política de Defesa Nacional (PDN 1996)	46
1.4.2. Amazônia no contexto da PND	51
1.4.3. A importância estratégica da Amazônia	53
1.5 Projetos de Proteção, vigilância para defesa e desenvolvimento da Amazônia	56
1.5.1. TCA e OTCA	56
1.5.2 Programa Calha Norte (PCN)	57
1.5.3. PROJETOS: Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)	62
1.5.4. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	63
1.6 Estratégias	64
1.6.1 Estratégias no contexto da Geografia: uma breve abordagem	64
1.6.2 Estratégia Geopolítica	68
1.7 Estratégia Nacional de Defesa (END): instrumento complementar de proteção defensiva brasileira	71
1.7.1 O Tripé Estratégico: Poder Nacional, Defesa Nacional e Segurança Nacional	75
1.7.2. Pontos estratégicos PND-END (2012)	76

2. A 16^a BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E SUA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA	77
2.1 A Brigada na Amazônia: do Sul para o Norte, a genealogia histórica: A trajetória da 16^a BDA INF SL, a Guardiã do Solimões que não dorme nem sente sono	80
2.2. A 16^a BDA INF SL no contexto geográfico e geopolítico estratégico	86
2.3. Comando Militar da Amazônia e sua jurisdição militar	92
2.4. 16^a BDA INF SL e o caminho das águas	95
2.5. O papel da 16^a BDA INF SL e as estratégias defensivas na faixa de fronteira Amazônica	104
2.5.1. O Exército e o poder de polícia na fronteira	105
2.5.2. Estratégias defensivas e segurança na fronteira: a 16 ^a BDA INF SL e os sistemas estratégicos para defesa na Amazônia. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON) e o Programa de Proteção Integrada de Fronteira (PPIF)	110
2.6 16^a BDA INF SL e os PEF na proteção, defesa e segurança na fronteira do Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela (BPCV)	115
2.7 Das ações operacionais a colaboração da Brigada das Missões nas ações subsidiárias na proteção ambiental e social	119
3. A 16^a BDA INF SL: A GUARDIÃ QUE NÃO DORME NEM SENTE SONO: BASE DA DEFESA E SEGURANÇA DA AMAZÔNIA	136
3.1 16^a BDA INF SL e suas características socio-operacionais	136
3.2 Perfil dos inquiridos na cidade Tefé, Amazonas e sua identidade com a 16^a Brigada das Missões	139
3.3 Os professores da rede estadual de ensino em Tefé, no Amazonas, e a importância do documento das normas e diretrizes da Defesa Nacional, da PND/END	141
3.4 A sinergia entre a Brigada das Missões na defesa/securitativa local (Tefé), para a Defesa Nacional do Brasil, na visão dos graduandos em Geografia do CEST–UEA (Tefé–AM)	143
3.4.1 Analogias entre a 16. ^a BDA INF SL e o 3º Batalhão de Polícia Militar (3.º BPM–Tefé/Am) e suas bases legais para atuação no território nacional e estadual	147

3.4.2 Atuação do 3º Batalhão de Polícia Militar (3.º BPM–Tefé/Am) e a sinergia com a 16ª BDA INF SL	150
3.4.3 A 16.ª BDA INF SL (Tefé–Am), na defesa territorial no Amazonas	153
3.5 Parcerias de interagências militares e órgãos estaduais, municipais e federais para segurança regional	160
3.6 As ameaças contemporâneas a soberania nacional	163
3.7 Desafios e adaptações às novas ameaças	165
REFERÊNCIAS	172
ANEXO 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS	186
ANEXO 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS ENTREVISTADOS	187
ANEXO 3 – QESTIONÁRIOS	188

INTRODUÇÃO

A Amazônia é um território multicomplexo, a geopolítica nessa região envolve interesses nacionais e internacionais. Nessas junturas geoestratégicas, Folmer et al. (2021. S/P.) destacam que “Nesse contexto de perspectiva de relações e de articulações estratégicas, território e poder se organizam para além da materialidade”. Segundo a PND “Do ponto de vista da defesa, além das regiões onde se concentram os poderes políticos e econômicos, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul” (Brasil, 1996, 2005, 2008, 2012, 2016, 2020, 2024). Sua localização geoestratégica prioriza a segurança e a defesa para garantir a soberania nacional.

O planejamento estratégico, a noção de território e o poder, envolve mais do que apenas a ocupação física de um espaço. Nesse contexto, a geografia política influencia as relações que ultrapassam o que é tangível, como as dinâmicas políticas, econômicas e geopolíticas. Com isso, a presença de organizações militares reforça a aptidão que assegura o controle, proteção e a integridade desse território contra ações de organizações criminosas principalmente a mercância de drogas.

Como suporte e direcionamento para este estudo trabalho utilizou-se como objetivo geral: Analisar a relevância geopolítica da 16^a Brigada de Infantaria de Selva no contexto da Defesa Nacional, e os objetivos específicos são: descrever territorialmente as ações de dissuasão e de proteção da Amazônia e de que forma essas ações se alinham à Política Nacional de Defesa (PND); identificar as dinâmicas territoriais geoestratégicas da 16.^a Brigada de Infantaria de Selva e suas Organizações Militares na defesa da Amazônia na contemporaneidade e; Investigar os desafios da 16.^a Brigada de Infantaria de Selva na defesa do território de fronteira e na segurança no Médio Solimões, no Amazonas.

A Amazônia é um território estratégico fronteiriço e precisa da presença militar para coibir invasões que comprometa a soberania nacional. A territorialização da 16^a Brigada de Infantaria de Selva, a Guardiã do Solimões, em Tefé é essencial na estratégia defensiva internacional, nacional e regional. Essa brigada é especializada em operações na selva, para garantir a soberania e a integridade territorial do Brasil. Atuante como força dissuasória contra possíveis ameaças externas e internas na região do Médio e Alto Solimões no território sul do Amazonas. Combatendo

atividades ilícitas como os crimes transfronteiriços a exploração dos recursos naturais e ambientais.

A Defensiva brasileira se imbrica nas atitudes, medidas e ações militares e do Estado no intuito de garantir a defesa e a soberania nacional, territorial e patronal. Segundo Brasil (2016), diz que a Política Nacional de Defesa (PND) é a normativa que orienta o planejamento das ações-operacionais de defesa brasileira. Focada em ameaças externas. A PND define os objetivos e diretrizes para a preparação e utilização de todas as formas de defesa nacional em prol da defesa brasileira.

Para complementar a PND em 2008, surge a Estratégia Nacional de Defesa abreviada por END que define de que forma os meios necessários para a defesa do país devem serem utilizados. Neste sentido, essa estratégia defensiva enfatiza a importância da presença militar destacando a necessidade de modernizar as forças armadas e a integração de tecnologias avançadas para garantir a proteção no território da Amazônia. A 16^a BDA INF SL, através de suas bases militares e do conhecimento das estruturas territoriais e capacitação dos militares para as operações na selva, é um exemplo claro da aplicação prática da END, demonstrando a capacidade do Brasil de defender seus interesses estratégicos e ambientais. É sobre isso que Brasil (2012) afirma que, as OM alocadas em fronteiras são guarnições que têm como função a avançada vigilância e o poder dissuasório.

A 16.^a Brigada de Infantaria (Brigada das Missões), é uma organização militar vigilante 24h por dia, 365 dias e seis horas por ano, dessa forma, essa brigada é a guardiã do Solimões que não dorme e nem sente sono que desempenha um papel ativo nessas áreas. Colaborando com agências ambientais e de segurança para monitoramento de fronteiras, recursos naturais e terras indígenas, além de comunidades ribeirinhas em tempos de cheia e vazante, por exemplo.

É importante ressaltar que, diante de toda a ação desenvolvida pela organização militar da Brigada, atua também no seguimento social através das Ações Sociais (ACISO) na cidade de Tefé e toda a rede de municípios que circundam o Alto e Médio Solimões. Com atividades de atendimento médico, educação, ajuda humanitária em momentos de regime de vazante e de cheias, minimizando as necessidades dos povos da Amazônia. É o que ressalta, Brasil (2016, p. 17), que diz que as mudanças climáticas podem causar efeitos impactantes na biodiversidade, na sociedade, na economia e na geopolítica, exigindo que o poder estatal aja energicamente.

Diante disso, a 16ª Brigada a guardiã do Solimões se apresenta como uma organização que segue os princípios constitucionais, sendo um pilar essencial na defesa nacional brasileira. Sua importância vai além da proteção territorial, abrangendo aspectos geopolíticos-estratégicos-ambiental. Essa unidade militar é vital para garantir a presença do Estado por meio de serviços a sociedade e para a garantia da soberania, defesa e segurança na Amazônia.

Para fins de sistematização da pesquisa foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro capítulo tem como tema “Amazônia: Defesa e Dissuasão” foi desenvolvida através de uma revisão teórica abordando conceitos de território, estratégias, geopolítica e de documento normativo que rege as ações estratégicas das Forças Armadas a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). O segundo capítulo tem a temática “A 16ª Brigada de Infantaria de Selva e sua Atuação Estratégica”, foram discutidas as atuações operacionais estratégicas defensiva e sociais na faixa de fronteira na Amazônia. No terceiro capítulo a abordagem foi sobre “A 16ª BDA INF SL: A Guardiã do Solimões que não dorme nem sente sono: Base da defesa e segurança Amazônica”. Foi realizado uma análise das causas e consequências das ações operacionais e sociais, bem como as dificuldades enfrentadas pela 16ª Brigada de Infantaria de Selva para realização das operações para a defesa nacional numa fração do território na fronteira, no Médio e Alto Solimões no Amazonas.

METODOLOGIA

Para desenvolver qualquer estudo, trabalho ou pesquisa, é necessária uma abordagem e os métodos adequados. A metodologia escolhida foi a qualitativa. Como afirmam Minayo e Sanches (1993), essa abordagem serve como fio condutor para formular a articulação necessária no estudo.

A metodologia qualitativa permite explorar aspectos subjetivos e compreender profundamente o contexto por meio de literaturas, dissertações, artigos, teses e documentos, como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Constituição Federal (CF). Esse arcabouço teórico proporcionou as percepções sobre a atuação da 16.ª BDA INF SL e sua importância estratégica para a Defesa Nacional.

A pesquisa de campo (*in loco*) permitiu a coleta de dados por meio de questionários semiestruturados. Segundo Lakatos (2017), “[...] questionário é um

instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador". Esses questionários envolveram diversos segmentos: militares, professores de várias graduações e os graduandos em Geografia. Os questionários para a PM e o EB foram entregues via e-mail. Segundo Lakatos (2017), diz que, no geral, o pesquisador poderá enviar o questionário ao informante pelo e-mail, com praticidade e agilidade de um rápido retorno. Para os professores e graduandos, os questionários foram entregues em formato físico. Esses subsídios possibilitaram a compreensão das ações relacionadas à defesa interna e externa e à sinergia da sociedade civil e da Brigada das Missões na defesa do território brasileiro.

Destarte, essa pesquisa consistiu em um estudo exploratório que possibilitou a formulação do objeto da pesquisa, em vista que a pesquisa referente ao tema é pouco discutida, no que tange à importância da Brigada no território do Alto Solimões na tríplice fronteira para a defesa nacional. Para a consecução da pesquisa, cruzaram-se os diálogos entre os levantamentos de dados, pesquisas bibliográficas, documental e de campo.

Procedimentos Metodológicos

1^a Etapa: foram realizados fichamentos e pesquisa bibliográficos de livros, artigos, dissertações, teses, referente a discussão teóricas na geografia política, com enfoque nos conceitos de território, geopolítica, fronteiras e estratégias, além de análises de documentos normativos, decretos, leis e portarias, que contribuíram para fundamentar e sustentar o delineamento teórico relacionado à temática do estudo-pesquisa. Lakatos; Marconi (2003) dizem que a discussão de um tema pautadas em pesquisas bibliográficas fornecem subsídios para novas inferências.

2^a Etapa: os dados secundários foram extraídos em sites institucionais, como o do Exército Brasileiro (eb.com), Jusbrasil; cma.com.br; gov.com e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Que fomentaram as informações referente a Brigada das Missões como suporte para a defesa nacional. Além disso, foram considerados informações de órgãos militares e órgãos civis pertinentes sobre o tema analisado no estudo.

3^a Etapa: foi dividida em dois momentos: a pesquisa de campo com visitas informais e aplicação de questionários para o levantamento de dados primários. No primeiro momento foi feita a visita exploratória como um pré-campo no quartel da 16.^a BDA INF SL. Nesse primeiro contato, possibilitou verificar as circunstâncias e as consequências da participação da Brigada, em várias operações destinadas ao Exército Brasileiro (EB) na defesa do território nacional. No segundo momento, foram aplicados questionários semiestruturados com diferentes temas conforme os agentes inquiridos. Sendo que, 14 questões dissertativas foram para a 16.^a BDA INF SL, idealizada na defesa da fronteira, na civilidade e no civismo, nas ações conjuntas com interagências, na infraestrutura e na mão de obra humana. Para a PM, foram elaboradas 14 questões dissertativas, envolvendo a sinergia operacional entre a Brigada das Missões e a PM em Tefé. O questionário para os professores da rede estadual de ensino formulou-se 05 questões de múltiplas escolhas pautadas no documento normativo da Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END). E para os graduandos em geografia do CEST-UEA foram elaboradas 12 questões dissertativas sobre a temática das ações e sinergia da Brigada das Missões e a sociedade, além do conhecimento da existência e os objetivos da PND e a END.

4^a Etapa: pós-campo em Tefé na 16.^a BDA INF SL foram realizadas as análises dos dados coletados para interpretar e atingir o objetivo do estudo pesquisa, alinhadas a figuras, gráficos, mapas e quadros. A conjuntura das análises, e as interpretações desenvolvidas, evidenciadas na observação e a poiada em metodologias e em teorias, foram ajustadas com a perspectiva do pesquisador (Prodanov; Freitas, 2013.). Que possibilitou compreender as ações diante do objeto analisado, relacionados à defesa e a segurança em áreas onde o Exército Brasileiro atua, tanto para a defesa interna, quanto para a defesa externa do território brasileiro, proporcionando identificar a importância dessa organização militar para a defesa nacional.

Os Métodos científicos para aquisição dos dados

Os dados para este trabalho de pesquisa foram obtidos a partir de métodos científicos pautadas em pesquisa bibliográficas, sites e documentos normativos como a Constituição Federal de 1998, Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END). Pautadas na abordagem qualitativas que permite explorar aspectos subjetivos e compreender profundamente o contexto (Minayo, 2001), nessa

perspectiva, é através da observação de visita exploratória, visando compreender e contextualizar os dados levantados adquiridos por meio de conversas informais e formais, e de questionários semiestruturados dissertativos de múltiplas escolhas, endereçados para órgãos como escolas, universidade pública e órgãos institucional de segurança pública, como o 3º BPM (Tefé–AM) e de defesa como a 16ª BDA INF SL. Neste ensejo, quando se refere a este tipo de defesa, estão inerentes questões socioambientais e a defesa territorial tangível na função defensiva. Ademais a contribuição da Brigada das Missões para a sociedade tefense a partir do conhecimento dos inquiridos. Segundo Lakatos (2017), a coleta de dados através de questionário segue uma ordem de perguntas que possibilita obter respostas concisas respondidas sem a presença do entrevistado.

A partir dos dados obtidos, foi possível analisar a importância dessa organização militar em área da defesa, segurança e em questões socioambientais, possibilitando identificar quais os motivos da sua importância, se é somente militar voltada para a defesa ou se ela tem importância social e ambiental, pois a defesa nacional pauta-se não somente na área defensiva, mas no que é tangível para a sociedade a partir da sua vulnerabilidade defensiva e social.

As populações-alvos que participaram para a aquisição dos dados foram: 15 alunos do 2.º período de Licenciatura em Geografia do CEST–UEA, 25 professores da rede estadual de ensino, sendo das: Escola Estadual de Tempo Integral Professora Nazira Litaiff Moriz; Escola Estadual Deputado José Armando de Souza Mandes (GM-3); Escola Estadual Eduardo Ribeiro; Escola Estadual Frei André da Costa e a Escola Estadual Gilberto Mestrinho; e os órgãos militares o 3.º Batalhão da Polícia Militar de Tefé (3.º BPM–Tefé) e a 16.ª BDA INF SL.

Os questionários propostos para os graduandos de geografia do CEST–UEA foram elaborados com 12 questões entre múltiplas escolhas e dissertativas elencadas nos parâmetros geo-história da brigada, perpassando pelo contexto de defesa territorial e soberania, a PND e a END e seus objetivos, sobre as novas ameaças, desafios e integração social. Para os professores, foram propostas 05 questões de múltipla escolha, sobre especificamente a definição e a importância da Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Para os órgãos militares da PM e da 16ª BDA, foram elencadas questões dissertativas sobre defesa e segurança e quais são os seus desafios diante de novas ameaças à soberania nacional. O apoio estatal, a civilidade e o impacto geográfico

em territórios e populações tradicionais, e de que forma, esses órgãos militares atuam sinergicamente, foram os assuntos abordados.

Precisamente para a PM foram propostas as questões sobre a sinergia entre a BDA e a PM no município de Tefé—AM, em regiões e em áreas de difícil acesso no Médio e Alto Solimões, em ações de patrulhamento, institucionalidades, cooperativo e civismo na segurança pública.

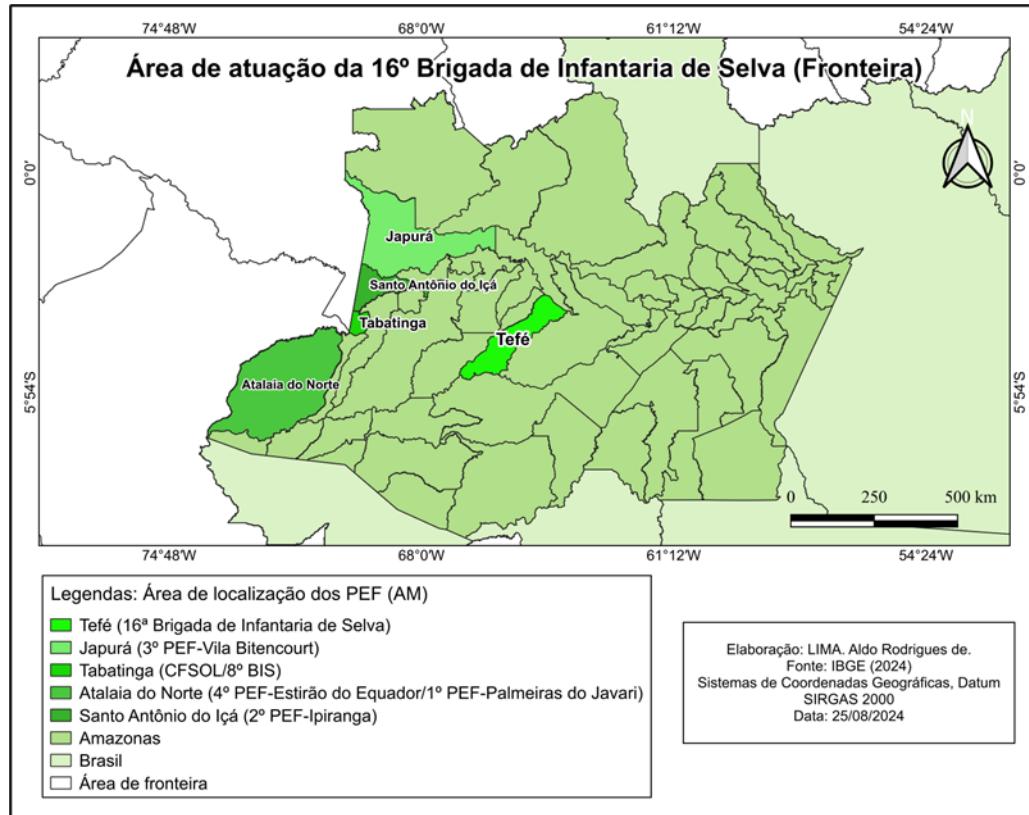
Para a 16.^a BDA INF SL, as questões foram pautadas em temas como: estratégias; localização geográfica; Região Amazônica; Soberania e novas ameaças; apoio estatal e a infraestrutura militar; a presença e as operações militares; civilidade e os impactos geográficos nas populações locais; as unidades militares e suas relações; das cooperações internacionais; interatividade referente à pesquisa e desenvolvimento; Preservação ambiental; Mudanças climáticas e patrimônio cultural; Impactos socioeconômicos; Parcerias acadêmicas e formação militar profissional.

Aspecto gerais da área de estudo

Tefé, antes vila de Ega, se destaca pela sua localização no Médio Solimões devido à sua posição centralizada, geográfica e estratégica, situada na margem direita da foz do rio Tefé, segundo Rodrigues (2011, p. 15). Tefé destaca-se na região do Médio Solimões, como cidade para a vigilância territorial, o monitoramento de fronteiras, para a dinâmica, o controle espacial e socioterritorial das comunidades tradicionais e ribeirinhas e dos fluxos de mercadorias, em portos e hidrovias na região. Em 2024, Tefé recebe o status de capital do Médio Solimões (Tefé News, 2025), sendo o território que forma uma conjuntura de agregados municipais que utilizam bens e serviços que o município possui em seus fixos em seu território, como agências bancárias, universidades, escolas técnicas e profissionalizantes e um Hospital Regional referência no Médio Solimões.

A área de estudo foi a Mesorregião do Centro Amazonense do Alto Solimões, especificamente a cidade de Tefé, no Estado do Amazonas, e como objeto de estudo a 16.^a BDA INF SL (Brigada das Missões), figura 01.

Figura 01. Área de responsabilidade da 16ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: O autor (2024).

Sua economia baseia-se na produção da farinha, na extração da castanha e na exportação do pescado, no comércio local, nas instituições estaduais e municipais e nas organizações militares como a PM, Polícia Federal e Civil, Guarda Municipal e o EB como o maior quantitativo militar terrestre na região.

A 16ª Brigada de Infantaria de Selva tem suas raízes oriundas da região Sul do Brasil e sua transferência ocorreu em 1992 para o Norte em decorrência de fatores geopolíticos próprios da região Sul-americana, para ocupação de suposto vazio demográfico e de integração a partir da tomada de 1964, com o mote de integrar para não entregar. Além desses momentos geopolítico-históricos, se destaca os grupos transnacionais, a FARC e os problemas na fronteira com o Peru. Diante da necessidade de garantir a soberania nas áreas de fronteiras e proteger sua biodiversidade, foi que contribuiu para a transferência do Sul para a região do Amazonas.

Essa Brigada está alocada especificamente na cidade de Tefé, no Amazonas, na região do Médio Solimões. Mas, a sua área de atuação abrange os municípios de Tefé, Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Santo

Antônio do Içá, Jutaí e Juruá e as áreas dos rios Japurá, Juruá e Javari que correspondem à raia internacional. Essa área de atuação se estende até “As fronteiras terrestres do Brasil, particularmente aquelas onde se localizam Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), apresentam diversas ameaças internas e transnacionais que comprometem a segurança e a soberania” (Moraes, 2021, p. 107). Essas ameaças em áreas sensíveis e remotas, como nas fronteiras terrestres, correspondem a organizações transnacionais no transporte de ilícitos e atividades ilegais como exploração de ouro e invasão a terras indígenas, além de atores contemporâneos da geopolítica internacional e nacional.

Diante dessa importância, tanto territorial quanto ambiental, a região precisava de uma maior cobertura de segurança e guarnições presentes nas fronteiras e áreas longínquas do Brasil. É neste sentido que Moraes argumenta quando discute que “Os Pelotões Especiais de Fronteiras alcançam a extremidade territorial brasileira no Norte e Oeste amazônico” (Moraes, 2021, p. 110). Muitas vezes, representam o Estado em áreas de difícil acesso que, não fosse a sua existência, estaria desassistida da proteção do Estado. (Moraes, 2021, p. 110).

A estratégia da presença, particularmente na área fronteiriça amazônica, faz parte de uma concepção estratégica de duplo alcance. Na expressão militar, cumprindo sua destinação constitucional, e na expressão política e social, a fim de contribuir no desenvolvimento de uma mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade. Neste sentido, Becker (1982) diz que a integração territorial não se faz apenas com rodovias, mas também se faz com integração psicossocial pelos valores e concepções.

O guarnecimento estratégico implantado pela Brigada das Missões em regiões distantes eleva o espírito do patriotismo e garante a defesa e a segurança aos nacionais que vivem em áreas remotas no imenso território chamado Amazônia.

CAPÍTULO I

1. AMAZÔNIA: DEFESA E DISSUASÃO

“Nada se passa na guerra que não tenha por origem as forças militares; mas, quando se recorre à força militar, isto é, a homens armados, a ideia de combate está necessariamente na base de tudo” (Clausewitz, 1979).

1.1 Estado-Nação: características conceituais

O Estado-Nação envolve questões políticas e sociais. Este termo combina o “Estado” e “Nação”, discutido e analisado por teóricos contemporâneos e hodiernos. Surgido no contexto das transformações políticas e sociais da Europa moderna, este termo reflete a consolidação de uma entidade política que combina a estrutura do Estado capitalista com a identidade cultural e histórica de uma nação. Além disso, esse conceito molda a geopolítica moderna.

Para entender suas origens e implicações, é essencial explorar as contribuições de diversos teóricos e os contextos históricos, a partir das origens desses dois termos, utilizando alguns pressupostos históricos.

A formação de um território envolve a formação do Estado, da Nação e, consequentemente, o Estado-Nação. Neste sentido, o Estado é o “sistema constitucional-legal e a organização que o garante [...]” (Bresser-Pereira 2008, p. 1). No que tange o termo Nação, “[...] representa a coletividade de individuo de um território, delimitado e sob um único governo e apenas existe devido ao campo propício à sua expansão proporcionado pelo surgimento do Estado” (Baumgratz, 2017, p. 29). Nesse contraste de conceitos “[...] o processo de construção da ideia de Estado tem sua base [...]” nos “[...] conflitos político-religiosos e sociais que, durante três séculos, abalaram a Europa de matriz greco-romana e judaica” (Brito, 2005, 259). Esse conflito ficou conhecido como a Guerra dos trinta anos. Com grandeza de destruição estrutural e carnificina.

O Tratado de Westfália de 1648 marcou, em partes, o fim dos conflitos religiosos e “[...] estabeleceu-se não só um novo equilíbrio de poder, mas uma nova regra do jogo das relações internacionais [...]” configurando uma nova “[...] construção da ordem europeia moderna em que a ‘razão de Estado’ sobrepuja-se aos princípios religiosos [...]” (Carneiro, 2006, p. 164).

O revolucionismo francês foi outro feito importante que corroborou com a liberdade pautada no nacionalismo e democracia. Neste sentido, foi o povo francês que “[...] forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo [...]” e, consequentemente, “[...] o conceito e o vocabulário do nacionalismo” (Hobsbawm, 2005).

Outro fato preponderante histórico foi “[...] o nacionalismo surge quando o domínio da igreja é ameaçado pelo iluminismo e racionalidade científica, para unificação das massas” (Baumgratz, 2017, p. 28). Neste sentido, o poder deixa de ser autoritário contrastado com o poder eclesiástico e emerge, principalmente na América, a independência, “gerando um ambiente propício para a consolidação do Estado e nascimento do nacionalismo” (Baumgratz, 2017, p. 32).

Para Chagas (2017), a diferença entre Nação e nacionalismo na Europa são direcionados em dois sentidos o primeiro com características de reação impositivas composto por um conjunto denotado em sentimentos-pertencimento pautadas em um grupo, em uma língua, na religião, nos costumes e tradições, ou seja, no patriotismo. A Nação pauta-se em proatividade e pela luta de liberdade, ou seja, no separatista (Chagas, 2017, p. 20).

Segundo Nogueira (2021) o Estado-nação se comprehende em cinco pontos: na ‘construção militar’ em decorrência de conflitos bélicos para recuar ou expandir territórios, assim como alteração de limites e apropriação de diversos recursos, isso evidenciado espacialmente em construções de fortés, bases militares e pelotões assegurando e mantendo a conquista. O segundo ponto se pauta na ‘construção política’ que evidencie o poder estatal nas formas de leis, forças nacionais e na constituição dos poderes. Nogueira (2021) ainda destaca a ‘construção econômica’ materializada nas atividades produtivas, a ‘construção jurídica’ das ações judiciais de uma tríplice junção Estado versus Estados e organizações-estatais e finaliza com a ‘construção ideológica’ que seria, segundo Nogueira (2021, p. 144), pautada no Estado identitário que compõe diversos símbolos que varia do abstrato ao concreto, ou seja, nas mitologias, nos elementos naturais complementados por hinos, bandeiras e brasões.

De acordo com Locke (1994, p. 128), há uma referência quanto ao surgimento da sociedade, em que afirma que “a sociedade emergiu a partir da união conjugal do ser humano e suas proles, acentuando-se com serviços entre empregado e empregador”. No entanto, numa conjunção demográfica, prevalece a união

proveniente daqueles que fazem parte de um determinado grupo, elencando o desejo da sociedade e, com isso, a soberania-democrática.

De uma perspectiva mais focada, o Estado-Nação impacta diversas áreas como na política, no social, no econômico e no cultural. Neste sentido, a coesão nacional garante a identidade, um componente essencial do Estado-Nação, promovendo a coesão social.

A complexidade multifacetada do conceito de Estado-Nação diversifica teoricamente e compartilha com ideias do iluminismo, do Tratado de Westfália entrelaçando-se com o controle social, a economia e o nacionalismo, colaborando, historicamente, para a construção e formação do Estado-Nação.

Portanto, a construção do Estado-Nação compreende sua diversidade cultural, social e econômica. No entanto, o território do Estado-Nação tem que ser homogêneo, tendo o livre arbítrio pautado em direitos e deveres constitucionais.

1.2 Os Fortes na Amazônia: estratégia e soberania lusitana

Entre os séculos XVII e XIX ocorreu vários eventos por tomada e invasão de território e pelas riquezas imaginadas na Amazônia. Como estratégias eficazes para garantir a soberania do novo território foi a implantação de fortões. Segundo De Figueiredo Ribeiro (2005) para ocupar a Amazônia os lusitanos tiveram que implantar fortões priorizando a defesa territorial e desarticular qualquer que contestasse à sua dominação seja pelos ingleses, irlandeses, espanhóis, holandeses ou franceses, assim como, as populações originárias.

Segundo Da Costa (2016, p. 117), as fortalezas construídas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII foram parte da estratégia ibérica para a eficácia da política defensiva. E ainda destacado por Da Costa (2016, p. 117), diz que os lusitanos enfrentaram forte resistência indígena, resultando em lutas e massacres. Para garantir e proteger o território conquistado na época, os portugueses ergueram fortões onde se destacam onze, sendo o Fortes do Presépio (Belém), Santo Antônio de Gurupá (Gurupá), Fortaleza da Barra (Manaus), Tapajós (Santarém), Paru (Almeirim), Pauxis (Óbidos), Nossa Senhora da Conceição (RO), São Gabriel da Cachoeira (AM), São Joaquim do Rio Branco (RR), São Francisco Xavier (Tabatinga), Príncipe da Beira (RO) e Fortaleza de Macapá (AP) (Da Costa, 2016, p. 117).

Nos Estados do Amazonas e Pará os fortões foram construídos estrategicamente para a defensiva e o controle do território.

É o que ressalta Da Silva e Neto (2023), afirmando que a mais marcante técnica de constituição de um sistema territorial de controle foi a construção de fortificações que tinha como função de assegurar a tomada do território.

Segundo Machado (1989 apud Da Silva e Neto, 2023) destacam que os rios foram essenciais em territórios fronteiriços sul-americano que visava controlar a comunicação e que este seria o controle estratégicos complementados pela instalação dos fortes na bacia amazônica. Segundo os autores essa estratégia de controle estava apoiada em quatro elementos sendo os fortões, o povoamento no nuclear, a criação de unidades administrativas e o conhecimento do território geográfico.

E ainda de acordo com Machado (1989 apud Da Silva e Neto, 2023) ressaltam que os objetivos das construções das pequenas fortificações limítrofes do rio Amazonas eram para controle militar nos rios e nos principais canais que serviam de vias para outros lugares e para proteger o centro da colônia localizado em Cuiabá e com a finalidade de ampliação de suas conquistas territoriais. Como poder dissuasório lusitano no Amazonas se destacam o Forte de São Gabriel da Cachoeira, situado no rio Negro, e o de São Joaquim, próximo ao rio Branco, exemplificando a importância da proteção das rotas fluviais da fronteira ao norte. Outro exemplo significativo é o Forte de São José do Rio Negro, em Manaus, que desempenhou um papel vital no controle do comércio e na defesa contra incursões estrangeiras. Onde atualmente se situa a cidade de Manaus.

Segundo Ribeiro (2005), em um levantamento realizado pela antropóloga Adélia Engrácia de Oliveira que indicou a ordem cronológica das fortificações, percebeu-se as preocupações geopolíticas dos conquistadores portugueses, para garantir a soberania lusitana na região. Esses eixos incluíam áreas determinantes para as estratégicas defensivas nos domínios portugueses. O primeiro é “[...] o eixo do braço direito da foz do Amazonas, ao longo do Rio Pará, da foz do rio Tocantins, Guamá, e da baía do Guará”, que se estende pela “costa atlântica paraense, conhecida como a Região do Salgado” (Ribeiro, 2005). O segundo é o eixo do braço norte da embocadura do Amazonas, estendendo-se pela costa atlântica até à foz do Oiapoque o atual território Amapaense (Ribeiro, 2005). O 3º eixo é o do rio Amazonas na foz do rio Xingu até a foz do rio Javari com o trecho limitante com o território peruano. Já o 4º eixo é o que corresponde às confluências dos Rios Negro e seus afluentes com o rio Branco, o 5º eixo é o do Tocantins Araguaia e o 6º eixo é o do Rio Madeira e seus afluentes com o rio Mamoré e pelo rio Guaporé. Percebe-se que a

estratégia de se estabelecer na Amazônia partiu do mapeamento desses eixos, que tiveram a localização geográfica definindo a alocação dos fortés, na pujança Lusitana sob o comando de Caldeira Castelo Branco a partir de 1616, na Amazônia.

As maiores concentrações dessas estruturas estavam em Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos. No Amazonas e Pará, foram 33 fortés. No quadro 01 os nomes dos 33 fortés erguidos na Amazônia.

Quadro 01. As 33 fortificações na Amazônia, séculos XVII, XVIII e XIX

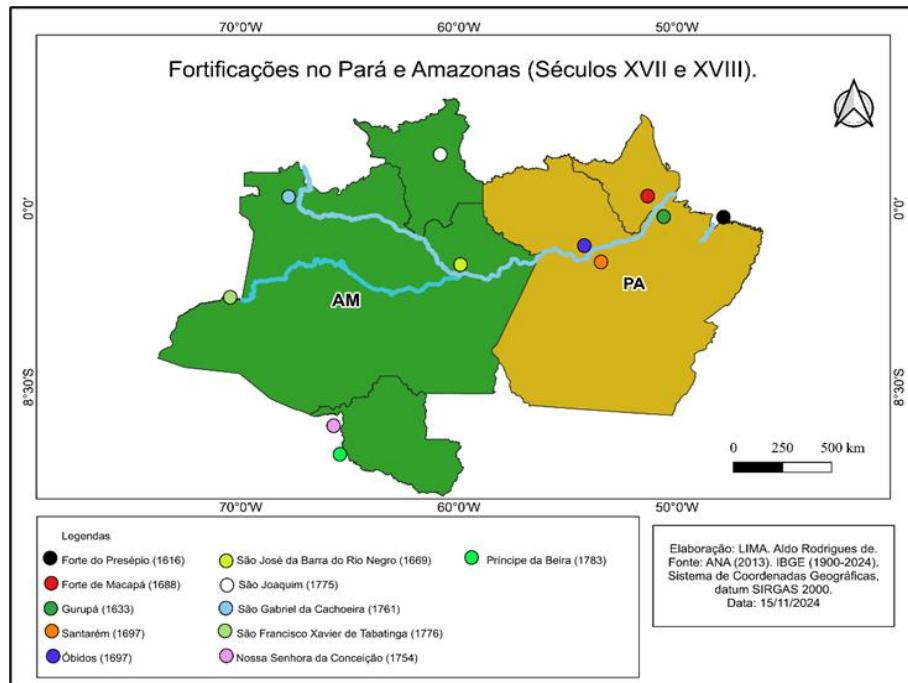
Fortes na Amazônia, Séculos XVII, XVIII e XXI	
01 Forte do Presépio 02 Forte de São Pedro 03 Forte Nossa Senhora das Mercês da Barra 04 Forte da Barra 05 Bateria de São José 06 Bateria de Santo Antônio 07 Forte da Ilha dos Periquitos 08 Bateria de Va-de-Cães 09 Forte do Rio Caeté 10 Fortim do Caeté 11 Forte do Rio Araguari 12 Forte do Santo Antônio do Macapá 13 Forte de Batabouto 14 Reduto de Macapá/Fortaleza do São José do Macapá 15 Vigia de Curiaú 16 Vigia da Ilha de Bragança 17 Fortaleza do Santo Antônio do Gurupá 18 Forte do Desterro	19 Fortim do Tuerê 20 Fortaleza do Tapajós 21 Fortaleza de Pauxis/Fortaleza de Óbidos 22 Forte do Paru 23 Forte de São Franciso de Xavier 24 Forte de São José do Rio Negro 25 Forte de São Gabriel 26 Forte de São José de Marabitanas 27 Forte de São Joaquim 28 Forte de Nossa Senhora de Nazaré 29 Registro de Cachoeira de Itaboca 30 Registro do São João do Araguaia 31 Forte Nossa Senhora da Conceição 32 Real Fortaleza do Príncipe da beira 33 Bateria de Vila Bela

Fonte: Ribeiro (2005). Elaboração: o autor (2024).

Segundo Da silva e Neto (2023) a primeira fortificação na Amazônia ocorre em 1616 construído em Belém no Estado do Pará. Nos estados do Amazonas e Pará destaca-se 11 dos 33 fortés erguidos na Amazônia.

Essa locação geográfica dos fortés pode ser conferida na figura 02.

Figura 02. Pontos estratégicos de fortés na Amazônia, séculos XVII, XVIII



Fonte: Ribeiro (2005). **Elaboração:** o autor (2024).

A ação conjunta entre a igreja, força militar (Cruz e a espada) e a construção das redes de fortés nas principais confluências dos rios na Amazônia, formaram a grande estratégia no controle territorial e ocupação português.

Esses fortés construídos no Amazonas e no Pará pelos portugueses corroboraram para a consolidação do domínio na Amazônia. Para garantir a soberania e a segurança do território. Esses instrumentos físicos arquitetônico militar contribuíram para o desenvolvimento econômico, que foram fundamentais para a preservação da integridade e construção territorial do Brasil durante os séculos XVII ao XIX. Estrategicamente essas construções exemplificam a visão e a eficácia lusitana, com a sinergia com a Igreja e dos padres jesuítas, em proteger um dos territórios mais importantes e ricos do seu império colonial.

Diante disso, Da Silva e Neto (2023) afirmam que, diversas formas espaciais pontuais foram sendo concretizadas na Amazônia para fins de estabelecer o controle territorial, oriundas em sua maioria geopolíticas que foram sendo instituídas desde o início do processo de ocupação portuguesa até o período atual (Da Silva; Neto, 2023, p. 2).

1.3 Tefé, localização geoestratégica relevante na região do Solimões para a Defesa Nacional

Essas propostas de organização do território, por meios, de estruturas militares é uma das marcas do processo de formação e controle territorial brasileira.

1.3.1 Tefé no Amazonas: extensão e seus limites territoriais

Tefé era um território extenso, essa extensão territorial correspondia desde Tabatinga, no extremo sul do Amazonas, cuja distância territorial entre os dois municípios é de 587 km e pelo Oeste, Tefé correspondia os limites do município de Coari, percorrendo uma distância de 193 km.

Destarte, o município de Tefé era um dos maiores municípios do estado do Amazonas antes dos seus desmembramentos, como destaca Jobim (1937).

Na divisão política territorial do Estado do Amazonas o Município de Teffe ocupa o maior logar, ou é o município de extensão mais considerável. Mede 148.890 kls. Quadrados. Os que se lhe aproximam em grandeza são: Moura, no Rio Negro, São Gabriel também no Rio Negro, Boa-Vista do Rio Branco e Borba, no Rio Madeira (Jobim, 1937, p. 5).

E, ainda de acordo com Jobim (1937), os limites de Tefé eram:

“Limita-se o Município de Teffé ao N. com os Municípios de Barcellos e São Gabriel, a L, com o de Coary, a O, com o de Fonte Boa, a NO, com a República da Colômbia, (foz do Apaporis) ao S, com o Município de Canutama [...], já com o “Município de Coary limita-se pela bocca do Catuá, à margem direita, e pelo paraná do Copeá, pela bocca do lago do Tambaqui, à margem esquerda, pela foz do paraná-mirim do Ananá.” (Jobim, 1937, p. 5).

Os municípios limitantes a Tefé são: ao “Norte, os municípios de Barcelos e São Gabriel, a L com Coary, a O. com o de Fonte Boa e, o NO, com a República da Colômbia na foz do Apaporis e ao Sul com o município de Canutama” (Jobim, 1937, p. 5).

Os rios que fazem limites com Tefé: “Margem direita, Teffé-Coary (bocca do Catuá), margem esquerda (paraná do Copeá, pela bocca do lago Tambaqui e pela foz do paraná-mirim do Ananá)” (Jobim, 1937, p. 5).

Alguns marcos importantes e decretos de municípios emancipados do território de Tefé e seus limites que contribuíram para os desmembramentos que ocorreram durante a sua construção territorial que, segundo Jobim (1937), se destacam:

Decreto n. 92, de 28 de Março de 1891, [...] Município de Fonte-boa, [...] limites: pelo lado de cima com o de São Paulo de Olivença, á margem direita do rio Jutahy, e pelo lado de baixo, com o Teffé, á bocca do furo do Comiador,

excluindo o rio Juruá, que continuará pertencendo a este ultimo município. Lei de 17 de Abril de 1895 Município de Carauary, limites foz do rio Juruá lado esquerdo e direito até o ultimo ponto navegável e seus afluentes. Decreto de 7 de Agosto de 1896, [...] os limites de Teffé com o de Carauary se estendessem até a foz do rio Taraucá," com os mesmos limites anterior do município de "Teffé com os demais". A lei de 1913 deu nova orientação. Carauary confinava com Teffé pela margem direita do rio Juruá, na foz desse rio, que seria o limite entre os dois municípios, estendendo-se o primeiro pela margem esquerda do referido rio Juruá, até a foz do rio Mineruá, e seguindo, outrrossim, a linha divisória pelo álveo desse rio desde á embocadura ás cabeceiras". Outro marco importante foi a "lei, nº. 926, de 2 de Outubro de 1917, que alterou os limites desses municípios, os quaes passaram a ser pelo álveo do rio Juruá, na parte da bocca do furo do Comiador, até a foz do jaraqui, e pelo álveo desse igarapé até as suas nascentes, onde começa a linha geodésica que liga este ponto ás nascentes do rio Teffé, pertencendo a Teffé todo o território que ficasse desse ponto para o oriente (Jobim, 1937, p. 5-6).

Os limites com outros municípios ainda não haviam sido determinados. Na época, houve a necessidade de contratação de mão de obra especializada, como de geógrafos, historiadores, doutores e técnicos, para regularizar os limites amazonenses, como destaca Jobim (1937, p. 7): para delimitação dos limites municípios, foram nomeados: "Capitão Alfredo Luna, professores Agnello Bittencourt e Alberto de Aguiar Corrêa, do chefe de secção da Secretaria Geral do Estado, Raimundo Paes de Andrade Oliveira e do bacharel Arthur Cesar Ferreira Reis, sob a presidência do capitão de mar e guerra Braz Dias de Aguiar, chefe da Comissão de Limites do Sector Norte [...]", para possibilitar nova divisão e estabelecer "novas extremas com rumos bem definidos".

Em síntese, o resultado desse trabalho é um novo olhar revisado dos limites amazonenses, "o governo baixou o acto n.º 2.220, de 10 de maio de 1933" alterando os limites, conforme os resultados apresentados em relatório que configurou novos limites entre Teffé e os municípios de Norte a Leste, como destaca Jobim (1937).

[...] as extremas do Município de Teffé seriam: 'Ao Norte—O divisor que separa as aguas que vão para os rios Uaupes e Negro das que vão para o Japurá, desde o meridiano da nascente do Papori ou Capori (limite entre o Brasil e Colombia) até encontrar o divisor de aguas entre os rios Unini – Japurá. A' Leste – uma linha ligando o divisor de aguas Unini- Japurá á nascente principal do igarapé Centro grande. Este igarapé desde sua nascente principal até a foz do lago Urini. Este Lago até a bocca do furo do Tambaqui, que fica ao Norte do paraná do mesmo nome. Este furo, também chamado paraná do Castanha, desde o lago Urini até o do Tambaqui, passando pelos lagos Castanha e Preto. O paraná do Tambaqui, desde o lago do mesmo nome, até a sua confluência com o paraná do Copeá. O paraná do Copeá desde a bocca do tambaqui até a do paraná do Carapanatubinha. Este até a sua bocca no paraná do Carapanatuba. O paraná do Carapanatuba desde o Carapanatubinha até a sua boca de cima, no Solimões. Um alinha que partindo da bocca de cima do paraná Carapanatuba, atravessando o Solimões, vae até a foz do rio Catuá, affluente da margem direita do Solimões, ficando com

este município a ilha do Catuá, que está situada em frente áquelle embocadura. O rio Catuá até a sua nascente principal. Da nascente principal do Catuá o divisor de aguas entre os rios Coary e Teffé até encontrar o divisor de aguas Tapauá- Coary- Teffé (Jobim, 1937, p. 7-8).

Continuando, agora no divisor ao sul e oeste, Jobim, 1937, explica que:

Ao Sul e Oeste - O divisor de aguas Tapauá – Coary – Teffé até o divisor de aguas Juruá – teffé. Este divisor e depois o divisor Juruá – Cupará até a nascente principal do igarapé do Andirá, ou o ponto mais próximo dessa nascente. O igarapé Andirá desde sua nascente principal, passando pelo lago do mesmo nome, até a embocadura no rio Juruá. Este rio desde aquela confluência até a sua foz no rio Solimões. O rio Solimões desde a sua bocca do Juruá até a do paraná do Aranapú, na sua margem esquerda. O paraná do Aranapú desde o Solimões até a bocca do panauá. Este paraná até a bocca do Panauazinho. Este paraná até sua bocca no Auati – Paraná. Uma linha, atravessando o Auti-Paraná até a bocca do Pema. O lago do Pema. A linha mais curta ligando o lago do Pema ao divisor que separa as aguas que vão para o Japurá das que vão para o Auati Paraná. Este divisor e depois os divisores de aguas Japurá – Solimões e Japurá – Içá até a linha geodésica Tabatinga – Apaporis, limite entre o Brasil e a Colombia. Esta linha desde aquelle divisor até a foz do Apaporis. Este rio até a confluência do seu affluente Taraira. O rio Taraira até o meridiano da nascente do Papori ou Capori. Este meridiano desde o rio Taraira até encontrar o divisor de aguas Uaupes – Japurá (Jobim, 1937, p. 8-9).

No entanto, esses novos limites só foram deliberados em 20 de dezembro de 1933 sob o ato n.^o 2.825, assinado pelo capitão Nelson de Mello, o interventor federal na época. No entanto, já havia tentativa de alterações de limites devido a constantes atritos entre os municípios de Coari e Fonte Boa em setembro de 1917, pelo então superintendente do município de Tefé, o major Fernando Guapindaia de Souza Brejense, porém, não houve efetivação da ação, de acordo com Jobim (1937).

O limite entre Tefé e Coari foi promulgado em 15 de outubro de 1917, n.^o 85, pela proposta do intendente Francisco do Areal Souto ao Excelentíssimo Dr. Manoel Anisio Jobim, juiz de direito da comarca. Como consta no comunicado.

Temos a subida honra de comunicar a V. Exc. Que em sessão de hoje, desta Intendencia, por proposta do intendente Francisco do Areal soutu, foi inserido na acta um voto de louvor a V. Exc. Pela victoria alcançada na questão de limites deste Municipio com o de Teffé. O empenho, o concurso moral e intelectual que prestou V. Exc. A esta terra, é um dos feitos mais gloriosos para a história deste município (Jobim, 1937, p. 10).

Tefé era a cidade que tinha a principal comarca. Já possuía estrutura arquitetônica diferenciada e comercial, estação radiográfica, além das belezas naturais, mas assim como as demais “vilas e cidades” haviam pouco progresso ou era desacelerado. Perpassando o tempo, muitas dessas vilas e cidades foram perdendo vitalidade e transformando-se em territórios abandonados. No entanto, Tefé se

destacava pela sua localização e atividade econômicas, visto que está assentada na “parte oriental do lago de Teffé” (Jobim, 1937, p. 11).

Jobim (1937) sustenta que o Município de Tefé: “[...] tem vida, tem indústria, agricultura, contando com bom desenvolvimento; possui, já hoje, regular criação de gado bovino, suíno e lanígero e um grosso movimento comercial, boa propriedade cultivada e uma população inteligente e trabalhadora” (Jobim, 1937, p. 12).

A importância estratégica de Tefé, segundo Jobim (1937), na sua configuração territorial, percebe-se que vem se destacando pela utilização de seus meios produtivos. Ora como entreposto, ora como detentor de algumas produções. Mas sempre pela sua localização como meio de entrada e saída. Ou seja, uma localização intercambiada para outros municípios locais e outros países, subsidiando ações relevantes, impactando na economia do município, como foi a instalação do quartel-general da 16^a Brigada de Infantaria de Selva e demais instituições militares, 17º BIS, 16^a BALOG, 34º PE e a CIA de CMD, a partir de 1993.

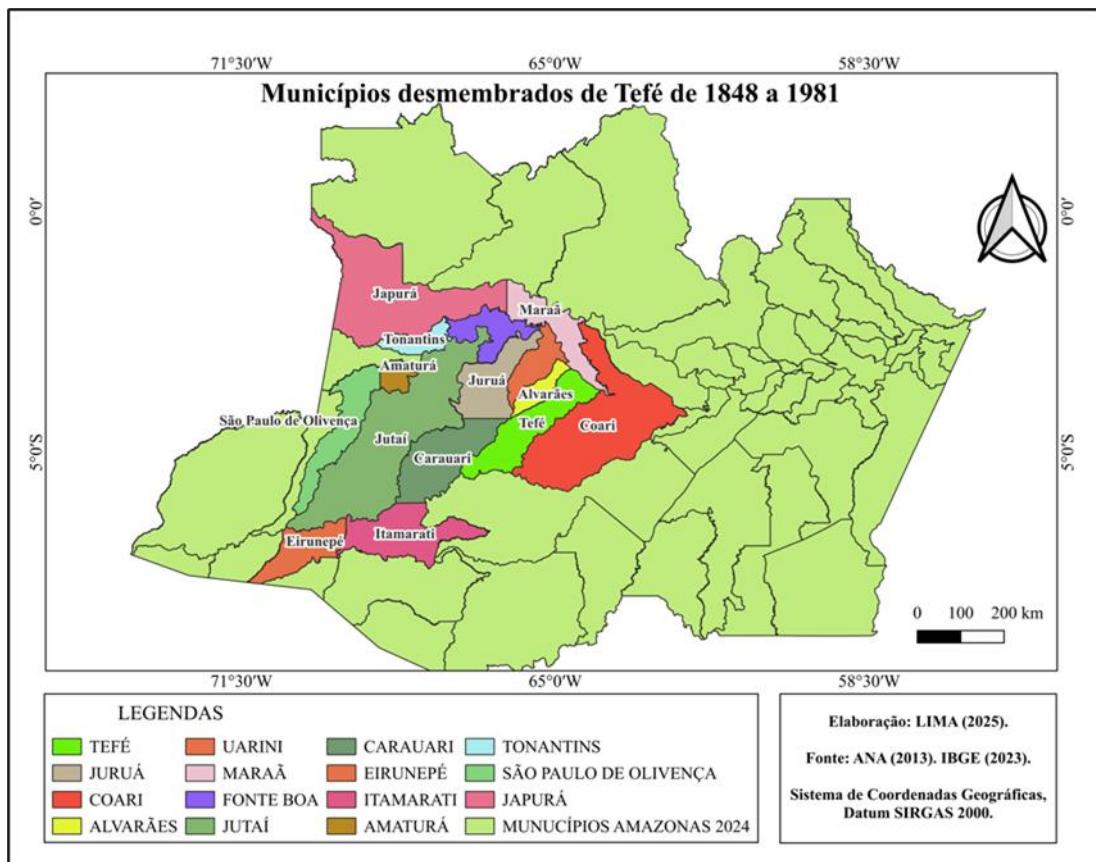
1.3.2 Tefé: seus desmembramentos

O território do Município de Tefé possuía 500.000 km². Toda essa extensão territorial precisaria de planejamento em todas as áreas para seu desenvolvimento, o qual ficaria distante da realidade para aquele momento. Com isso, houve desmembramento, possibilitando a formação de todos os municípios do Alto Solimões até o ano de 1981.

Segundo Pessoa (apud Queiroz, 2015), o território de Tefé sofreu 07 desmembramentos até o ano de 1981. Pessoa (2005 apud Queiroz, 2015) destaca quatro desmembramentos: o 1.^º ocorre em 1848 com a formação do território de Coari, o 2.^º em 1882 com a formação do território paulivense, a 3.^a divisão territorial ocorre em 1891 com a formação territorial de Fonte Boa e o 4.^º ocorre em 1894 com a formação do território de São Felipe, logo depois, esse território passa a se chamar de Eirunepé.

As áreas desmembradas do território de Tefé podemos conferir na figura 03.

Figura 03. Desmembramento de Tefé



Fonte: ANA (2013). IBGE (2023). QUEIROZ (2015). Elaboração: O autor (2025).

1.3.3 Tefé: localização estratégica para Defesa Nacional.

As cidades são atualmente conectadas com muitas facetas. Suas conexões abreviadas, pela linguagem globalizada de vias expressas, sejam de forma tecnológica ou de “sociedade em rede” (Oliveira, 1999, p. 64; Castells, 2001 *apud* Rodrigues, 2011, p. 15). Interligadas por vias fluviais e aéreas. Conectadas pelo suporte da tecnologia considerada de rede por existir uma conectividade com outros lugares simultaneamente. É o que Santos vem chamando de “meio técnico-científico-informacional”. Na intrínseca relação entre sociedade e natureza ou natureza e sociedade (Santos, 1996). Sendo território complexo, ou seja, “O território do Brasil é um espaço complexo com suas redes de relações entre o território e a população” (Cavalcante, 1995, 13 *apud* Andrade, 2004, p. 11). Como exemplo pode-se citar o movimento separatista de 1992, em que o Sul do Brasil propôs sua independência do território nacional com o lema de “O Sul é o meu país”, e mais recente citado pelo governador de Santa Catarina, segundo a UOL.com (2025), disse que se tudo der errado para as outras regiões questionam-se utilizar o separatismo de o ‘Sul é o nosso

país'. A CF/88 define isso como cláusula pétreia e não pode ser alterada, ou seja, é uma união insolúvel, em que nenhuma região tem amparo legal para se desmembrar de um território legalmente constituído (Constituição Federal. Art. 60, § 4.º, Inciso I).

Em outro sentido, Rodrigues (2011, p. 15), diz que, desde o século XIX, Tefé, antes vila de Ega, vem se destacando pela sua localização que proporcionou a mercantilização no Médio e Alto Solimões, devido à sua posição geográfica e estratégica. Essas conexões proporcionam crescimento demográfico, urbano e econômico. Essas percepções são contundentes nas cidades do Médio e Alto Solimões, principalmente em cidades instrumentalizadas, ou seja, estruturadas com atrativos que possam garantir ações sociais para o seu entorno, como a cidade de Tefé.

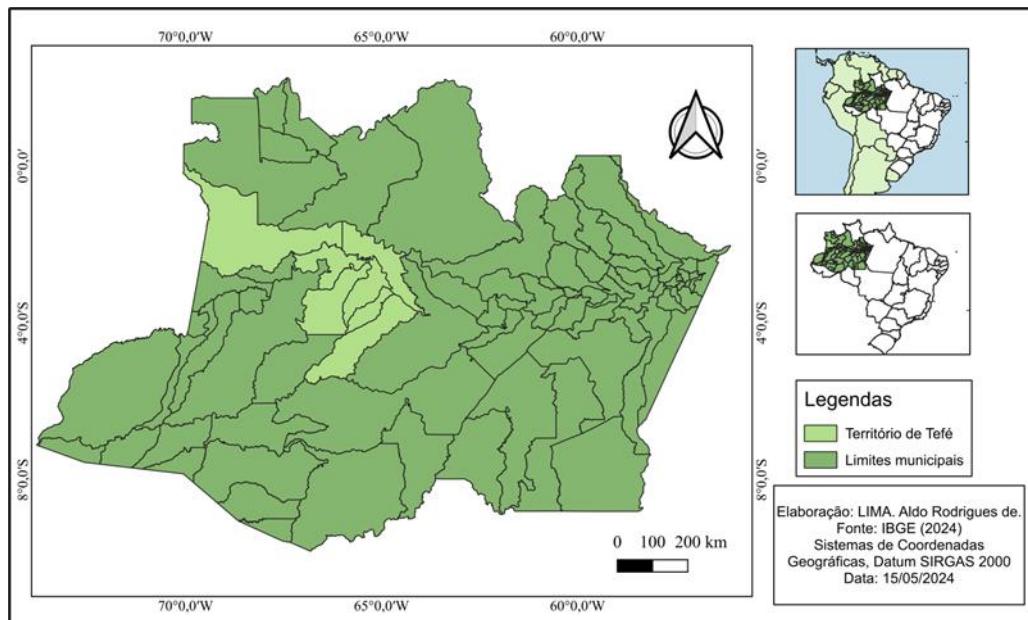
Assim, Rodrigues (2011, p. 15), ressalta que as cidades estão mais próximas umas das outras devido à articulação e à função que cada uma desempenha, seja local, regional e global. Essa territorialidade está conectada com tudo que está sendo gerido e conectado diante de vários aspectos humanos que se desenvolvem no espaço geográfico dinâmico. Neste sentido, a territorialidade pode ser vista tanto através dos elementos presentes no território e sujeitos à sua gestão, quanto o processo subjetivo de conscientização da população sobre sua integração a um território e um Estado.

Todo o contexto geo-histórico para compreensão da importância estratégica de Tefé se pauta em sua localização e delimitação desde o século XV, das conquistas por terras brasileiras pelos invasores, que proporcionou o comércio mercantilista e, com isso, a elevação de aglomerados para vilas e depois cidades. Acontecimentos como conflitos, invasões, desmembramentos, fizeram parte da geografia histórica da Cidade de Tefé, que desde sua elevação é referência, antes como entreposto mercantilista e depois como cidade média de importância territorial importante para o Brasil. E ainda, segundo Rodrigues (2011, p. 23), a centralidade de Tefé no Médio Solimões-Amazonas é evidenciada tanto pelo seu papel como entreposto quanto pela sua localização estratégica na geopolítica.

Diante disso, a região do Solimões no Amazonas requer expressiva e consolidada força militar na área de defesa. Visto que, durante toda a sua estruturação, houve necessidade de uma grande mobilização e estratégia militar para se conquistar e organizar a segurança do território contra a investida de invasores

Na figura 04, pode-se conferir o território de Tefé ainda com grande área em seus domínios até 1981.

Figura 04. Território de Tefé até 1981



Fonte: Rodrigues (2011). Elaboração: o autor (2024).

Tefé, é um município importante para os municípios circunvizinhos, em que se destaca Alvarães, Maraã, Japurá e Carauari, a partir dos seus atrativos estruturais funcional como bancos, escolas, universidades e o Hospital Regional de Tefé, sendo referência em atendimento hospitalar no Médio Solimões. Além disso, este município ainda se destaca pela sua localização territorial sendo fundamental para a importância estratégica na Defensiva Nacional brasileira. Neste caso, é pelo território viário navegável tefeense que circula embarcações fazendo conexão a partir da porta de entrada na tríplice fronteira que corresponde às cidades de Tabatinga (BRA), Letícia (COL) e Santa Rosa (PER) para o interior do território brasileiro.

A localização do município de Tefé possui características geográficas e geopolíticas que a tornam estratégica para o Brasil. Essa localização no território Amazonense, às margens do rio Solimões, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, o coloca no centro de questões relacionadas à defesa do território pautadas em operação no território perante conflitos, tensões e treinamento para garantir a soberania nacional. Essa localização téreofluvial é crucial para o transporte de mercadorias, recursos naturais e pessoal militar. Na cidade Tefé está localizada a 16ª BDA INF SL (Guardiã do Solimões). Sua estratégia territorial é fundamental para

a vigilância e monitoramento do território da Amazônia. Sendo crucial para a estratégia na proteção das fronteiras, preservação patrimonial e social brasileiro.

No próximo tópico será abordado a PND, sendo um documento normativo que rege as ações de defesa brasileira. Dentro do seu escopo estabelecem normas, objetivos e diretrizes para orientações no que tange a defesa do país.

1.4 Política Nacional de Defesa (PND): instrumento normativo estratégico de defesa

A humanidade passou por dois grandes eventos que impactaram a sociedade e o meio científico. Esses momentos foram significantes para analisar ações estratégicas para o futuro, visando que o mundo poderia reviver esse ato desastroso. O ser humano sobrevive em territórios complexos, vivenciando e revivendo atitudes do passado muito presentes no século XXI, como ambas as guerras mundiais do século XX tiveram implicações profundas e deixaram marcas na história geográfica e na geopolítica global.

A participação efetiva brasileira no primeiro grande conflito mundial, que porfiou entre 1914 e 1918, foi o apoio de infantaria aliada à Itália e na logística intende. O apoio logístico do Brasil estava intrinsecamente ligado à produção da borracha. Três fatos importantes ocorreram no segundo grande conflito global (1939-1945). O primeiro que culminou com a decadência do regime antidemocrático de Getúlio Vargas, questionava-se o envio de soldados para a defesa democrática no mundo, enquanto no Brasil vivenciava-se a supremacia do regime não democrático. O segundo teve a Amazônia como produtora da borracha, e a instabilidade entre a consonância com os Estados Unidos da América e a empatia pelo Terceiro “Reich¹”.

As consequências das duas Guerras Mundiais foram significantes, não só em pontos negativos, mas em atenuantes que possibilitaram a visão ampla para a mudança estrutural e organizacionais militares. As reflexões pós-guerra visam à importância das estratégias, à manutenção e à preparação de suas forças em áreas prioritárias, como as fronteiras da Amazônia e o Atlântico Sul.

Numa nova perspectiva mundial e desafiadora, a obrigatoriedade de desenvolver estratégias com ideologias próprias, finalidade e objetivos específicos para suprir a necessidade de defesa contra ameaças externas, além de garantir a

¹ O regime Reich ocorreu no período nazista de Adolf Hitler (1933-1945).

soberania nacional, tornava necessário elaborar um documento que contemplasse o desejo da sociedade e a função militar. Diante disso, formula-se a Política de Defesa Nacional (PDN). Segundo Brasil (1996), esse documento normativo é voltado para ameaças externas e tem como objetivo fixar metas para a defesa do país, além de orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional em todos os níveis e esferas de poder, envolvendo tanto setores civis quanto militares.

Esse documento normativo que organiza e atribui determinações de ações das Forças Armadas teve sua formulação após a guerra fria, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse documento surge denominado de Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996, estabelecendo diretrizes essenciais para a defesa do Brasil. Sendo um marco importante para orientar os esforços da sociedade e da força militar brasileira na defesa da soberania e da integridade territorial nacional.

Diante disso, a PDN é o instrumento de orientação de longo prazo para atividades das Forças Armadas por excelência. Sua primeira edição, à qual se seguiram outras quatro, é de 1996. A PND oferece orientações na forma de diretrizes e objetivos, tais como contribuir para o incremento que projeta o Brasil no arranjo das nações e o inseri em meios nas decisões mundiais e ‘ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional (Giesteira, Matos e Ferreira, 2019, p. 78).

No entanto, para a implementação da PDN de 1996, alguns preceitos foram elencados para que se pudesse construir um documento que possibilitasse a estratégia defensiva no território brasileiro. Como destaca Brasil (1996, p. 3 e 4), seriam: desenvolver as capacidades geoestratégica defensiva; refletir as necessidades gerais no plano interno e externo pautados nas necessidades da sociedade; na defensiva externa; nos princípios e propósitos baseando-se na Constituição Federal; na dificuldade defensiva territorial, marítima e biogeográfica; na conciliação dos meios disponíveis, podendo agregar contribuições dos segmentos sócio-tecnico-industriais, complementado aos preceitos nacionais. No que tange a questão internacional, precisaria se adaptar às novas mudanças e avançar nas suas capacidades geoestratégicas após o fim de cada guerra (confrontação Leste-Oeste e Guerra fria)". Toda essa fase transitória se volta para questões da economia e da geopolítica dos Estados-nações, propondo novas geoestratégias defensiva territorialmente relacionando em dimensões espaciais terrestre, marítimo e aéreo com relação a geografia e a geotecnologia. Sua fundamentação paira sob a Constituição

Federal. Relacionado à geoestratégia, é a junção da geopolítica e da estratégia que objetivam aplicar as geopolíticas e as estratégias militares para formular e planejar políticas nas áreas de defesa e segurança de um determinado território. Considerando aspectos geográficos, como componentes físicos-naturais do território (ZBIGNIEW BRZEZINSKI, 1997). Assim como outros autores que discutem a geopolítica e estratégias para construção territorial e política, em que se destaca Alfred Thayer Mahan sobre as estratégias para controle das rotas marítimas, exemplificando o Sul do Mar da China como projeção de poder e controle geopolítico, Ratzel sobre o espaço vital e Karl Haushofer com as zonas-tampão e pan-regiões com estratégias que formam blocos econômicos influenciando nas questões militares.

1.4.1 A instituição da Política de Defesa Nacional (PDN 1996)

O Brasil, assim como o mundo, passou por grandes transformações após eventos globais, exigindo responsabilidade em todos setores internos e externos. Principalmente no pós-guerra, que fez com que o pensamento geoestratégico-econômico-defensivo-ambiental tivesse uma visão mais amplamente analisada pelas forças defensivas brasileiras. Diante dessa necessidade, Alsina Jr. (2003 apud Lopes 2016, p. 34) diz que a PDN de 1996 foi a normativa precursora, relacionada a defesa do território nacional. Essa normativa tinha como preceito orientar a defesa, a segurança patrimonial, ambiental, as áreas vulneráveis em sinergia com civis e militares.

Em 2005, sob o decreto nº 5.484, foi instituída a PDN, sendo que, em 2012, ela deixou de ser PDN para denominar-se Política Nacional de Defesa.

No entanto, os princípios básicos foram preservados, sendo agregados ameaças contemporâneas emergentes como cibersegurança, além de ressaltar a relevância da defesa da Amazônia. Esse documento normativo mantém uma estrutura alicerçada em duas vias: a da política, numa análise geopolítica interna e externa, e a da estratégia, no que concerne às diretrizes e orientações para auferir o objetivo da integridade territorial do Brasil.

No quadro 02, podem-se observar as principais mudanças desde a sua concepção até a sua última atualização.

Quadro 02. As principais atualizações da PDN e PND

Ano	PDN	Atualização	PND	Atualização
1996	Instituída	Formulação	—	—
2005	Aprovação. Decreto nº 5.484	1ª atualização	—	—
2012	—	—	Transição (PDN-PND) e 2ª atualização	Reflete mudanças no cenário internacional e incorpora novos desafios.
2016	—	—	3ª atualização	—
2020	—	—	4ª atualização	A PND e END são encaminhadas para apreciação no Congresso nacional.
2022	—	—	—	Atualizações do texto da PND foram aprovadas pelo Senado, seguindo para a Câmara dos deputados
2024	—	—	PND e END	Aprovados pelo Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Fonte: Ministério da Defesa (MD)/ Câmara de Notícia. Adaptação e elaboração: Lima (2024).

Essas atualizações refletem a adaptação contínua da PND às mudanças no ambiente nacional e internacional. No quadro 03, temos contextualizações dos principais pontos que divergem a PDN da PND.

Quadro 03. Os quatro pontos comparativos entre a PDN e a PND, 1996–2020

Aspecto	PDN (1996)	PND (2020)
Contexto Internacional	Fim da Guerra Fria e Confrontação Leste-Oeste.	Surgimento de novas ameaças, como cibersegurança, organizações terroristas e grupos insurretos e questões voltadas ao equilíbrio socioambiental.
Amazônia e Meio Ambiente	Reconhecimento da importância e proteção militar apoiada pela conjuntura social. Em especial áreas fronteiriças no dual norte/centro-oeste.	Integralidade com outras regiões do Brasil. Desenvolvimento com responsabilidade ambiental, presença militar no combate ao desmatamento ilegal, questões indígenas e tráfico de ilícitos.
Técnico-geoestratégico	Modernizar a estrutura funcional estratégica defensiva.	Avançar na defensiva tecnológica, desenvolver especializações humanas intercambiadas e modernizar os seus instrumentos bélicos e duais de combate promovidos na modernização da BID.
Participação Civil	Alertar a sociedade quanto a sua participação na defensiva, pautadas sobre tudo nos atos cívicos patrióticos.	Principalmente na mão de obra na BID, além da contribuição acadêmica.

Fonte: Extraído da PND (1996-2020). Elaboração: O autor (2024).

Para garantir que se incluam novas ações estratégicas diante de novas ameaças ao território, a Lei Complementar (LC) nº 136, de 25 de agosto de 2010, diz

que a PND, assim como outros documentos normativos (END e LBDN), serão atualizados a cada quatro anos a partir de 2012, com as devidas atualizações encaminhadas à apreciação do Congresso Nacional (Brasil, 2010). Como descrito, segundo a Mensagem n.º 83, de 2012, os textos foram submetidos pela Presidenta da República à apreciação do Congresso Nacional, atendendo ao disposto no § 3º do art. 9º da LC n.º 9, de 1999, alterado pelo art. 1º da LC n.º 136, de 2010, chamada Lei da Nova Defesa (BRASIL, 2012, p. 7).

Esses instrumentos constitucionais proporcionam ao Brasil uma construção sólida na defesa do Estado brasileiro diversificado, melhorando a segurança em face de novos problemas no cenário nacional e internacional. Esse documento de mais alto nível, relacionado a essas conjunturas de problemas emergentes no que tange à defesa, se baseia em princípios constitucionais. Referente a isso, Brasil (2012, p. 7) diz que diante desses instrumentos, “[...] estabelecem os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas em sua missão de defesa da pátria e de garantia dos poderes constitucionais” (BRASIL, Ministério da Defesa, 2012, p.7).

E ainda enfatiza que:

[...] os documentos pavimentam o caminho para a construção da defesa que o Brasil almeja. Uma defesa moderna, fundada em princípios democráticos, capaz de atender às necessidades de uma nação repleta de riquezas e inserida num mundo turbulento e imprevisível [...] (BRASIL, Ministério da Defesa, 2012, p.7).

Esse documento normativo da PND definirá o que fazer sobre as ações das FA em momentos em que forem acionadas, tanto em momento de guerra quanto em momento de paz. Os objetivos são cruciais para desenvolver e estruturar a defesa do território de acordo com sua estratégia política, preservando tanto a soberania quanto os interesses nacionais e internacionais. Nesse sentido, Brasil (2012) afirma que:

As relações internacionais são pautadas por um complexo jogo de atores, interesses e normas que estimulam ou limitam a capacidade de atuação dos Estados. Nesse contexto de múltiplas influências e de interdependência, os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo encorajar alianças ou gerar conflitos de variadas intensidades (BRASIL, Ministério da Defesa, 2012, p.29).

A PND, através das suas normas objetivas e instruções, estabelece ações estratégicas para a segurança defensiva para manter a soberania territorial. Visando o comprometimento civil-militar como fortalecimento sinérgico, garantindo a segurança e a proteção política geográfica do Estado brasileiro. No quadro 04,

podemos analisar as principais atualizações dos objetivos no decorrer desses vinte e nove anos de existência da PND.

Quadro 04. Objetivo Nacional de Defesa OND (PDN–PND, 1996 a 2024)

PDN 1996 Objetivos	PDN 2005 Objetivos	PND 2012 Objetivos	PND 2016 Objetivos	PND 2020 Objetivos	PND 2024 Objetivos
a. a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais.	I. a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial.	I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.	I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.	I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.	Sem alteração
b. a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas.	II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior.	II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior.	II. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas. Refere-se a, em última análise.	I. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.	Sem alteração
c. a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira.	III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais.	III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais.	III. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior. Significa proporcionar condições.	III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.	Sem alteração
e. a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira.	IV - a promoção da estabilidade regional.	IV. contribuir para a estabilidade regional.	IV. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais.	IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais.	Sem alteração
e. a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior.	V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.	V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais.	V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.	V. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior.	Sem alteração
f. a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional.	VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.	VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua.	VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.	VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.	Sem alteração
g. a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais. (BRASIL, 1996, p. 7).		VII. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional.	VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa.	VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.	Sem alteração
		VIII. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País.	VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.	VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.	VIII. Contribuir para a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.
		IX. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis.			
		X. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais.			
		XI. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.			

Fonte: Brasil (1996, 2005, 2012, 2016 e 2020). Elaboração: O autor (2023).

Diante disso, a PND é a norma de planejamento coordenado pelo Ministério de Defesa que resguarda a supremacia nacional, que tem em seu cunho aos ataques que ameaçam a integridade e a autoridade suprema do Estado advinda externamente. Para isso, estabelecem-se as orientações, visando a ação das FA paralela à ação civil. Segundo Brasil (2012), esse instrumento normativo é: “Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil [...]” (Brasil, Ministério da Defesa, 2012, p. 11). No Quadro 05, podem-se conferir as orientações para atuação das FA.

Quadro 05. Das orientações da PND, 2012

ORIENTAÇÕES (PND 2012, p. 31/32/33)	
7.1	No gerenciamento de crises internacionais de natureza político estratégica, o Governo poderá determinar o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, de diferentes formas, visando a preservar os interesses nacionais.
7.2	No caso de agressão externa, o País empregará todo o Poder Nacional, com ênfase na expressão militar, na defesa dos seus interesses.
7.3	O Serviço Militar Obrigatório é a garantia de participação de cidadãos na Defesa Nacional e contribui para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira.
7.4	A expressão militar do País fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis.
7.5	País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul.
7.6	Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais (Brasil, 2012, p.31 apud Dos Santos; Ribas, 2021; Nery, 2019, p. 37.).
7.7	Os setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação, devem contribuir para assegurar que o atendimento às necessidades de produtos de defesa seja apoiado em tecnologias sob domínio nacional obtidas mediante estímulo e fomento dos setores industrial e acadêmico. A capacitação da indústria nacional de defesa, incluído o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento de produtos de defesa.
7.8	A integração da indústria de defesa sul-americana deve ser objeto de medidas que proporcionem desenvolvimento mútuo, bem como capacitação e autonomia tecnológicas.
7.9	O Brasil deverá buscar parcerias estratégicas, visando a ampliar o leque de opções de cooperação na área de defesa e as oportunidades de intercâmbio.
7.10	Os setores espacial, cibernético e nuclear são estratégicos para a Defesa do País; devem, portanto, ser fortalecidos.
7.11	A atuação do Estado brasileiro com relação à defesa tem como fundamento a obrigação de garantir nível adequado de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.
7.12	À ação diplomática na solução de conflitos soma-se a estratégia militar da dissuasão. Nesse contexto, torna-se importante desenvolver a capacidade de mobilização nacional e a manutenção de Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional, em condições de pronto emprego.
7.13	Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais.
7.14	O Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU.
7.15	Excepcionalmente, em conflitos de maior extensão, de forma coerente com sua história e o cenário vislumbrado, observados os dispositivos constitucionais e legais, bem como os interesses do País e os princípios básicos da política externa, o Brasil poderá participar de arranjos de defesa coletiva.

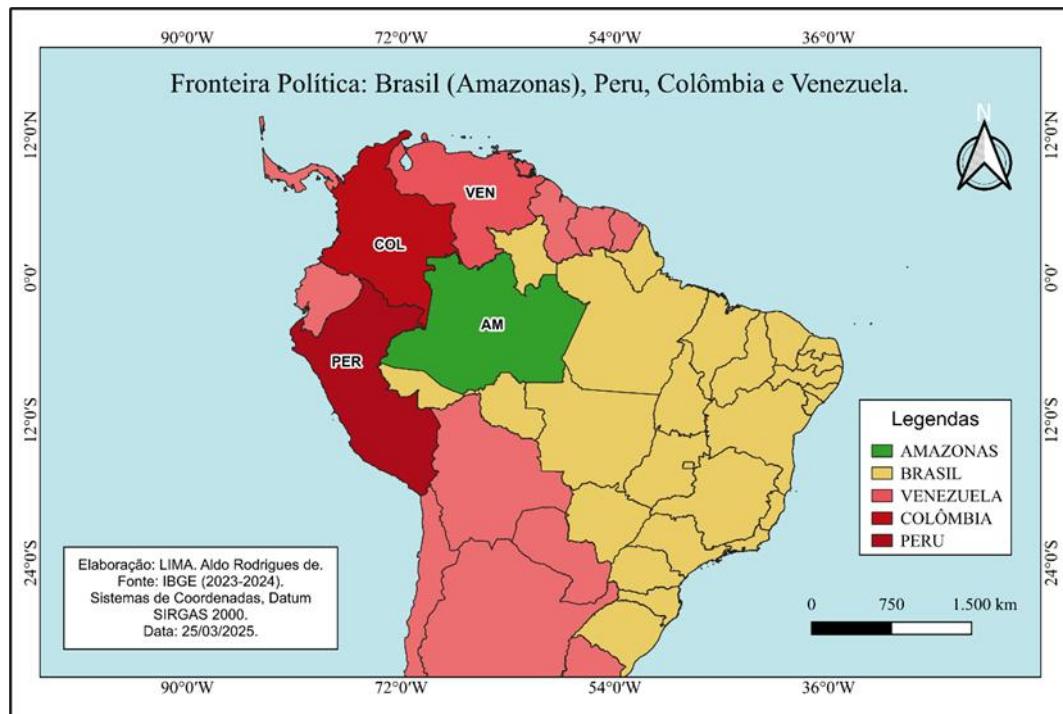
Fonte: Brasil, MD (2012). Elaboração: O autor (2023).

1.4.2 Amazônia no contexto da PND

Muitos pontos podem ser abordados na PND, no entanto, agora, limitamo-nos a uma abordagem no que tange à Amazônia. A Amazônia em todas as edições e atualizações da PND se destaca como área estratégica devido à sua proximidade com outros países e todos os seus recursos naturais. Essa área de fronteira é vulnerável e, para defendê-la, são necessárias estratégias voltadas condicionalmente para essa região, que, de tão grande, pode ser considerada um país, de proporções territoriais maiores que muitos países independentes e de super potência. A Amazônia faz fronteira com oito países e requer atenção com a fronteira colombiana, venezuelana e peruana.

Na figura 05, podemos verificar os países que fazem fronteira com a região Norte do Brasil.

Figura 05. Fronteira do Brasil (Amazonas), Peru, Colômbia e Venezuela



Fonte: IBGE (2023-2024). Elaboração: o autor (2025).

Nery (2019, p.37) diz que na PND “[...] foram eleitas duas áreas prioritárias para os planejamentos de defesa: A Amazônia brasileira e o mar territorial”.

Essa vulnerabilidade nas áreas fronteiriças terrestres ocorre devido a sua facilidade de tráfego humano e materiais diversos, em que, em muitos casos, a vigilância é ineficiente, não pelo desempenho das forças terrestres, mas pelas

dificuldades para o desenvolvimento de ações defensivas elencadas na estrutura geográfica da região e quantitativo humano. Diante desses fatos, é importante dar prioridade à Amazônia com foco estratégico na PND.

Em síntese, se farão comparações nas versões da PDN de 1996 até a atualização da PND de 2024.

No Quadro 06, estão os principais aspectos relacionados à Amazônia a partir da PDN de 1996.

Quadro 06. Os principais pontos relacionados à Amazônia no contexto da PDN e PND de 1996, 2012, 2016, 2020, 2024

Anos	Contexto da Amazônia (PDN-PND)
PDN (1996, p. 10)	J ² . Visa a proteção da Amazônia do Brasil em sinergia da sociedade e a presença militar (PDN 1996, p. 10).
PDN (2012, p. 31)	7.6. Para opor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível ações estratégicas para fortalecer a presença militar, efetivar ação estatal social, econômico e ambiental e a ampliar a sinergia com os países fronteiriços, tencionando à defensiva da biodiversidade (Brasil 2012 p.31 <i>apud</i> Nery 2019, p. 37).
PND (2016, p. 13)	2.2.12. Do ponto de vista da Defesa, sem descuidar-se das demais regiões brasileiras, deve-se ter maior atenção às áreas onde se concentram os poderes políticos e econômicos e a maior parte da população brasileira, além da Amazônia e do Atlântico Sul.
PND (2020, p. 13)	2.2.9. Do ponto de vista da Defensiva, além dos territórios onde se concentram os poderes político-econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul.
PND (2024, S/P)	Amazônia brasileira protegida e integrada às demais regiões do país

Fonte: PDN (1996) PND (2012, 2016, 2020 e 2024). Elaboração: O autor (2025).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2005 a PDN é sancionada. Sendo reformulada e aprovada na gestão presidencial de Dilma Rousseff em 2012, priorizando em seu escopo as áreas fronteiriças, o desenvolvimento da indústria militar e sustentável, além de enfatizar territórios sensíveis como a Amazônia e o Atlântico Sul.

Dentro dos parâmetros que condiz com o território sensível como a Amazônia na PND, segundo Brasil (2012, p.82) afirma que para desenvolver a Amazônia como território sustentável será necessário regularizar a questão fundiária, e para a

² Na PDN de 1996 os itens eram identificados por letras.

seguridade do território, “[...] será preciso ampliar a segurança jurídica e reduzir os conflitos decorrentes dos problemas fundiários [...]” (Brasil, 2012, p. 82).

Aos 19 dias de novembro de 2025, após ser reformulada e decretada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sob o Decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025, é aprovada a nova Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Dentro do seu escopo direcionado à defesa nacional, prioriza a diplomacia, entre os Estados nacionais e internacionais para preservar a soberania. Diante disso, as ações pautam-se em três pontos: o Desenvolvimento, a Diplomacia e a Defesa, que a PND vem chamar de 3D. Nos seus objetivos, houve apenas uma modificação da PND de 2020 para a PND 2024, em que foi modificado o item VIII dos objetivos, que antes descrevia: VIII - Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. E na PND de 2024, passa a ser item VIII - Contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional e para a sua inserção em processo decisório internacional. Em relação à sociedade, é objetivo da PND ampliar o envolvimento da sociedade nos assuntos de defesa nacional (BRASIL, DECRETO nº 12.725, de 18 de novembro de 2025).

No item 1.4.3 disserta-se sobre a importâncias da Amazônia na defesa estratégica para garantir a soberania nacional.

1.4.3 A importância estratégica da Amazônia.

O território brasileiro, em sua temporalidade, sofreu três redefinições de fronteiras a partir de 1900. Essas redefinições fronteiriças configuraram perdas e ganhos de território e reconfiguraram o território nacional brasileiro. Segundo Franchi (2013, p. 27), foram: “[...] a definição do território contestado entre Brasil e França (no atual Estado do Amapá) em 1900; a anexação do Acre, em 1903”; e a “Questão Pirara, envolvendo o Brasil, quando perdeu parte do seu território para a Guiana Inglesa, em 1904”. Essas novas alterações nas fronteiras e limites moldam as novas configurações, criando e recriando novos municípios, estados e países, impactando e alternando a geopolítica e ordens das ações da segurança nacional.

Segundo Silva *et al.* (2022, p. 2), por outro lado, a ideia de fronteira, por sua vez, sugere a necessidade de visualizar a Amazônia como um território geopolítico de afirmação do poder nacional, primordialmente nas áreas fronteiriças, para impedir invasões estrangeiras e ações criminosas para dentro do país.

Ainda, Deiró Neto e Luedy (2020) dizem que o Programa Calha Norte, lançado pelo Governo Federal em 1985, visa proteger as fronteiras da Amazônia Setentrional, desde o Oiapoque–AP até Tabatinga–AM, uma região com abundantes recursos minerais e intervalada por reservas indígenas.

A Amazônia brasileira, segundo Deiró Neto e Luedy (2020, p. 3), possui dois planos divisíveis: um norte-sul (Setentrional Meridional), que tem no rio Amazonas sua linha de transição, e um leste (Oriental–Occidental), que tem na divisa Pará-Amazonas, sua linha de transição. Como podemos conferir, a área de divisão geográfica na figura 06:

Figura 06: Divisão da Amazônia no plano Leste–Oeste (Amazônia oriental e ocidental)



Fonte: Deiró neto e Luedy (2020, p. 3). Elaboração: o autor (2024).

O território que corresponde à Amazônia setentrional se localiza na parte superior do rio Amazonas limitante, ou seja, “[...] uma área que se limita ao sul com o rio Amazonas e ao norte com os países vizinhos”, abrangendo territórios do “[...] Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá e faz fronteiras com a Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa” (Deiró Neto e Luedy 2020, p. 3). Como se pode conferir na figura 07, as áreas prioritárias amazônicas setentrional do Brasil.

Figura 07. Amazônia setentrional brasileira



Fonte: ESG/CLMN, 2003 *apud* Deiró Neto e Luedy (2020, p. 4).

Segundo Nascimento (2009, *apud* Luedy e Deiró Neto, 2020, p. 4), a Amazônia Setentrional Brasileira, devido à necessidade de presença estatal e militar para assegurar a soberania nacional e mitigar problemas fronteiriços, tornou-se uma prioridade no planejamento estratégico do governo central. Isso abrange desde a atração de investimento e desenvolvimento social até a construção de infraestrutura viária e a implementação de projetos de defesa e segurança nas fronteiras.

Quando se refere à organização numa extensão como a da fronteira, especificamente na região norte do Brasil, é necessária intervenção por meios de instrumentos, “[...] principalmente na área da defesa e segurança”, esses marcos,

foi balizada por documentos importantes como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, o Livro Branco de Defesa Nacional e, especificamente, no caso das fronteiras, o Plano Estratégico de Fronteiras, mas também se deu em virtude da percepção geopolítica e estratégica em torno do território [...] (Deiró Neto e Luedy, 2020, p. 5).

A divisão do território com dinâmicas regionais a princípio estratégicas é utilizada militarmente para a proposta de estratégias defensivas através da PND e Estratégia Nacional de Defesa (END), além de outros documentos normativos. A Amazônia se destaca na PND como um território sensível para o Estado brasileiro.

As FA Brasileiras são constituídas, segundo Brasil (2020, 2024), pela Força Aérea Brasileira (FAB), o Exército Brasileiro (EB) e a Marinha do Brasil (MB), são órgãos militares para defensiva nacional perenes e assíduas (Brasil, 2020, 2024). Sua

estrutura organizacional está baseada na disciplina-hierárquica. E sob autoridade maior do Estado democrático de direito do Presidente da República. Essas OM destinam-se à defesa territorial e da Pátria, para garantir a constitucionalidade e para assegurar a lei e a ordem quando assim forem acionadas.

Além do gestor de Estado Nacional outros poderes constitucionais brasileiro podem acionar as FA, em que se destaca como o presidente do STF e do Senado Federal, assim como o presidente da Câmara dos deputados se assim houver estado que necessite da GLO.

A CF/88 afirma que as FA exercem três prioridades: a Defesa territorial e patronal contra forças externas; assegurar os Poderes Constitucionais e suas funcionalidades e garantir a GLO que é a garantia da ordem pública interna.

A atuação das FA brasileiras em momentos atípicos à guerra é regulada pela Constituição Federal de 1988. Como consta nos artigos sobre a: Garantia da Lei e da Ordem (GLO) Art. 142 da CF que estabelece que as FA podem ser empregadas na GLO, que visa preservar a ordem pública em situações excepcionais, como distúrbios civis graves. Da Intervenção Federal Art. 34, CF, que permite a intervenção federal nos estados e municípios em casos de grave comprometimento da ordem pública, em que as FA podem ser acionadas para essa finalidade, sob o comando de um Oficial General competente. E no Art. 144, § 6º, refere-se sobre atividades desenvolvidas por grupos armados, que estabelecem que as atividades desenvolvidas pela Polícia Civil (PC) são análogas às dos militares, que proíbem as greves das forças. Portanto, as FA podem ser acionadas em momentos atípicos à guerra em consonância com CF/88 e a PND.

No item 1.5 destaca-se os projetos que ajudam na proteção, defesa e segurança nacional, proporcionando e contribuindo para o desenvolvimento local e nacional.

1.5 Projetos de Proteção, vigilância para defesa e desenvolvimento da Amazônia

1.5.1 TCA e OTCA

As questões climáticas são uma preocupação crescente tanto na Amazônia, quanto no mundo ao longo dos séculos XX e XXI. Os diversos eventos da consequência da ação humana na epiderme terrestre têm causado ao planeta distúrbios catastróficos, impactando na sequência natural como o aumento

termostático, enchentes e secas severas. As ações humanas desordenadas na utilização dos recursos naturais geram distúrbios globais.

Segundo a ONU (2023) as ações para combater a elevação da temperatura proposto no Acordo de Paris que seria de 1,5 °C são ineficientes. Somente com o uso adequado da biodiversidade é possível diminuir a temperatura global.

Neste sentido, a importância das cúpulas, congressos e convenções que busquem elaborar documentos para combater estrategicamente ações contra o planeta é essencial. Destarte, se destaca a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), atualizada em 1995. Essa organização é focada na Amazônia.

De acordo com Filippi e Macedo (2021), sobre a importância da atualização e da renomeação do TCA para OTCA, argumentam que:

[...] o surgimento da OTCA indviduosamente também acabou sendo influenciado pelos novos tempos em que a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais havia sido erigida a um princípio maior, passando a se tornar um dos pilares mais importantes na edificação do agora reconhecido direito ambiental internacional (Filippi e Macedo, 2021, p. 211).

Os instrumentos normativos até aqui apresentados são de ordem civil-militar. Eles promovem a segurança que significa ações diretas ao bem-estar da sociedade com o propósito de minimizar a utilização descontrolada dos meios naturais. Ao mesmo tempo, fazendo com que o uso desses recursos seja com segurança. Isso permitirá que as futuras gerações tenham acesso ao território biodiversificado e o direito de utilizá-lo.

Outros documentos normativos são de origem militar, de ordem da Defesa e proteção territorial. Neles, prevalecem as ações das Forças Armadas brasileiras para garantir a soberania do Estado nacional. No entanto, como escrito anteriormente sobre as ações das FA, em tempo de paz e não de guerra e conforme a Constituição Federal, essas ações podem ser ajustadas conforme a necessidade e de como empregá-las. Para isso, destaca-se como instrumento delineador para a segurança nacional, a Política Nacional de Defesa (PND) e outros documentos normativos que compõem as instrumentalidades que asseguram a soberania da nação brasileira.

1.5.2 Programa Calha Norte (PCN).

As dificuldades que o território Amazônico apresenta na sua localização geográfica são desafiadoras. Para superar desafios logísticos, buscam-se soluções estratégicas mensuradas por meio de ações organizadas, debatidas e documentadas,

como o PCN. Segundo Diniz (1994), o PCN “foi apresentado ao Presidente da República em 1985”. O PCN atualmente é administrado pelo Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

Num breve contexto histórico de atuações, veremos as evoluções e estimativas alcançadas pelo PCN; Brasil; Ministério da Defesa; PCN (2019). O PCN beneficia 08 Estados brasileiro AC, AM, AP, MG, MS, PA, RO e RR, além de 165 situados nos 14.938 quilômetro de faixa fronteiriça e 214 em cidades e municípios não fronteiriços totalizando 379 Estados federados beneficiados (Brasil. MD. PCN 2019).

Esse programa visa suprir as necessidades sociais para populações em lugares remotos no território brasileiro. Brasil; Ministério da Defesa; PCN (2023): O PCN possui suas ações capitadas pelo Ministério da Defesa pautadas em duas vertentes de atuação: resguardar a autonomia soberana e a integração do território, e apoiar a iniciativa estatal que promoverá o progresso territorial-regional. Neste sentido, exemplifica que,

Na primeira, também conhecida como a ‘*Vertente Soberania*’, o Programa desenvolve ações voltadas para o controle territorial, onde as Forças Armadas exercem papel primordial. Quando a segunda, também denominada ‘*Vertente de Desenvolvimento*’, é disponibilizada ajuda e assistência às regiões abrangentes pelo Programa e que se encontra em estado de hipossuficiência socioeconômica (Brasil; Ministério da Defesa; PCN, 2023, p. 21).

Em decorrência a novas ameaças incluindo áreas de fronteiras e para garantir maior abrangência, a “área de atuação do PCN mantém os 379 municípios e oito Estados em 2018” (Brasil; Ministério da Defesa; PCN, 2019). Sendo que: O PCN se expandiu tendo em vista, principalmente, o agravamento de ameaças internacionais ao mundo amazônico, de tal forma que seu espectro de abrangência inclui 619 municípios, em 10 federações estaduais (AC, AP, AM, MA, MG, MS, PA, RO, RR e TO) (Brasil; Câmara Legislativa; PCN 2023, p. 21-22).

Essa área de abrangência pode-se conferir na figura 08.

Figura 08. Área de abrangência da PCN 2022



Fonte: Brasil; Câmara legislativa; PCN (2022).

Para o desenvolvimento do Programa Calha Norte, o PCN recebe recursos orçamentários do recolhimento do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN), esse departamento executa e fiscaliza as ações do PCN. Segundo Brasil; Câmara legislativa (2023), as ações se definem a partir de dois programas administrados pelo DPCN. Como mostra a figura 09.

Figura 09. Programas desenvolvidos pelo DPCN



Fonte: Brasil; Câmara Legislativa; PCN (2023).

O PCN visa à coletividade através de programas, projetos e atividades direcionados a Estados e municípios em vários setores, visando a melhoria na

infraestrutura e de vida de seus pátrios ou repatriados. Brasil; Câmara legislativa; PCN (2023) diz que: “[...] as ações do DPCN de interesse público, voltadas para execução de programas, projetos e atividades de interesse mútuo com estados e municípios de sua área de atuação [...]” (Brasil; Câmara Legislativa; PCN 2023, p. 32).

Esse programa é importante instrumento, fortalecendo a soberania, a segurança, impactando na melhoria e qualidade de vida. O alcance de ações e beneficiários pelo Programa entre 1985 e 2023 se confere no gráfico 01.

Gráfico 01. Números e anos de municípios beneficiados pelo PCN (1985-2023)

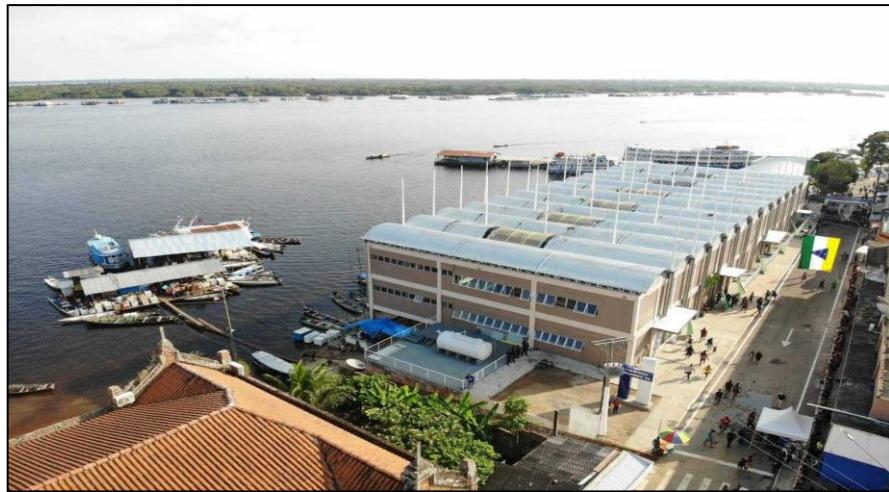


Fonte: Brasil de fato (2023).

O PCN prioriza promover o social e o desenvolvimento na infraestrutura a assistência socioambiental na região Amazônica, além da segurança nas fronteiras nacionais.

Segundo o MD (2021), o PCN realiza obras de infraestrutura impactando na vida de moradores, como a construção de escolas, pontes, sedes de prefeituras, praças, pavimentação, estradas e feira. Além disso, o programa atua no segmento militar, executando melhorias em unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na região abrangida pelo programa. Em relação a Tefé, no Amazonas, foi beneficiada com a construção da nova feira intitulada de Feira Municipal Eduardo Nunes de Sá, inaugurada no dia 24 de agosto de 2019, tendo vista panorâmica para o lago de Tefé, como se pode conferir na figura 10.

Figura 10. Feira municipal de Tefé (Eduardo Nunes de Sá)



Fonte: Revista eletrônica No Amazonas é assim (2019).

a. Os impactos do PCN na Amazônia.

O PCN tem como um de seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, mas enfrenta desafios significativos em relação ao impacto ambiental.

Identifica-se que o PCN apresenta ações voltadas a preservação ambiental e as características regionais e culturais. Isso inclui iniciativas para a conservação da Amazônia e a promoção do equilíbrio ecológico. O programa inclui ações de vigilância ambiental, como o mapeamento de queimadas e da floresta, e a coleta de dados é por meio de satélite que monitora o desmatamento e outras atividades ilegais (Motta, 2023).

Os pontos desfavoráveis se destacam, ao passo que a militarização e interferência com instalações de pelotões de fronteira em terras indígenas têm sido criticadas por interferir na vida das comunidades locais e causar transtorno. Essas instalações são vistas como corpos estranhos que afetam negativamente as aldeias. Os desafios de implementação, apesar das boas intenções, assim como a execução do programa, enfrentam dificuldades, como a falta de participação comunitária indígena e a militarização excessiva, que podem levar a impactos ambientais e culturais adversos (Santana, 2023).

Segundo a Revista Sociedade Militar (2024), em sua matéria publicada no dia 28 de outubro de 2024, diz que: “em 2025 o PCN passará a ser gerido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) órgão civil”. O programa PCN é

ligado à Defesa territorial entrelaçada com ações socioambientais. No entanto, segundo a Revista Sociedade Militar “A deputada Silvia Waiãpi, que é militar da reserva remunerada”, solicitou esclarecimento junto à Câmara como “o MIDR substituirá as Forças Armadas” no sentido da efetivação das ações na defesa e soberania nacional “em áreas críticas como as fronteiras sensíveis onde o PCN atua para coibir atividades ilícitas”.

Como já apresentado anteriormente sobre as atuações do PCN em diversas regiões e os benefícios que esse programa contribui para o desenvolvimento e a ação humanitária no Brasil os dados específico do programa se confere no quadro 07.

Quadro 07. Especificação do Programa Calha Norte 2025

CONVÊNIOS ATIVOS - DPCN		
Quantidade de Obras. 1.034	Quantidade de convênios Equipamentos 298	Quantidade de convênios 1.332
Valor global de Obras 3.405.605.257	Valor global equipamentos 454.021.143	Valor global de convênios 3.859.624.400
Desembolso Obras 1.358.004.468	Desembolso equipamento 334.251.950	Desembolso Convênios 1.692.256.418
Movimento Financeiro de Obras 1.159.540.692	Movimentação financeiro equipamentos 262.449.906	Movimentação financeira convênios 1.421.990.598

Fonte: Brasil. Ministério da Defesa (2025).

Esses dados refletem a capacidade e o alcance atuante que o PCN exerce sobre a população em regiões beneficiadas.

1.5.3 PROJETOS: Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)

Em 1990 surge o SIVAM e o SIPAM que são sistemas de ponta que monitora com eficácia fornecendo dados com precisão de territórios com indícios de desmatamento e outras ações ilícitas e eventos de ação climática.

Furtado; Franchi (2023) dizem que,

[...] o SIVAM representa o conjunto de equipamentos, tecnologias e estratégias de ação para exercer vigilância e segurança de voo no espaço aéreo da Amazônia Legal, bem como coletar dados que pudessem formar

matrizes de informações para serem transmitidas ao SIPAM (Furtado, Franchi, 2023, p. 2).

Para conhecimento, “O SIVAM é dividido em duas áreas de atuação que popularmente são conhecidas como as áreas azul, subordinada ao Ministério da Defesa, e a área verde, subordinada à Casa Civil da Presidência da República” (Schwaizer, 2016, p. 45).

1.5.4 Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

A PNDR, é mais uma instrumentalização que tem em seu cunho priorizar as regiões menos assistidas no Brasil. Segundo Monteiro Neto; Pêgo Filho (2019) dizem que, a PNDR foi instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, que prevê a equidade e promover a igualdade de desenvolvimento intra-regional e nacional no território brasileiro. Numa objetividade corroborativa a PNDR deveria, segundo Monteiro Neto, Pêgo Filho (2019, p. 29) atuar “entre os três entes de governo (federal, estadual e municipais), com participação social ampla dos setores sub-regionais”. Na região Amazônica, essas ações advindas de políticas direcionais são muito importantes para o crescimento e o desenvolvimento intrarregional. No quadro 08, temos os objetivos da PNDR conforme o Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

Quadro 08. Objetivos da PNDR 2024

DECRETO N.º 11.962, Art. 3º DE 22 DE MARÇO DE 2024. Objetivos	
	Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foca na redução de desigualdades.
I	Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
II	Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País, de forma a considerar as especificidades de cada região;
III	Estimular ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
IV	Fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.

Fonte: Brasil, Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Elaboração: O autor (2024).

As estratégias servem como meios para delinear a defesa e a organização do espaço é o que se discuti no item 1.6.

1.6 Estratégia

1.6.1 Estratégias no contexto da Geografia: uma breve abordagem

A Geografia é uma ciência que busca compreender a ação do ser humano e a transformação do território onde dele se ocupa. Neste sentido, se diversifica por buscar compreender ações interligadas entre o ser humano e o meio no seu sentido literal. A compreensão e o conhecimento do território onde se vive, ou pretende construir, e realizar ações diversificadas, contribuem para ter êxito em quaisquer circunstâncias. Quando se relaciona a estratégia e o conhecimento territorial para se obter sucesso, neste caso, em que se refere à estratégia no campo próprio da guerra, se elenca a Geografia Militar que,

[...] surgiu como um ramo da geografia geral que estuda os fatores geográficos humanos, físicos, econômicos, políticos e militares e suas relações espaciais correspondentes ao cenário de guerra, e interpretá-los para deduzir a influência que exercem na condição militar (Ribeiro, 2010, p. 11).

Os fatores geográficos podem ser classificados em três categorias no campo operacional militar: primeiro, “Os que determinam um povo a fazer a guerra [...]”, segundo “os que influenciam sobre a estratégia e a conduta das operações” e terceiro, “[...] os que exercem influência sobre a tática e o emprego das diferentes armas” (De Souza Junior, 1992, p. 122). As estratégias sempre nascem no anseio de conquistar ou vencer alguma guerra.

O conhecimento da área é um dos fundamentos para alcançar o sucesso e vencer o oponente, aliado ao planejamento, à infraestrutura e ao material bélico e humano que fazem parte das estratégias e das táticas que contribuem para a conquista da vitória. Sem um conhecimento prévio daquilo que vamos enfrentar é subitamente arbitrário, e as chances de alcançar a vitória ou sucesso são mínimas. Diante disso, “toda solução a uma situação tática ou estratégica requerem o conhecimento prévio do cenário de onde vai se atuar” (Ribeiro, 2010, p. 11).

Contextualizando, a estratégia envolve o planejamento holístico que considera objetivos de longo prazo, recursos disponíveis e cenários variados, como o do ambiente para analisar forças adversas, territórios e condições climáticas. Quando se

consideram elementos de tais naturezas, comprehende-se que a região Amazônica é um território que necessita de planejamento estratégico específico.

Para atuarem, as FA precisam estarem alinhadas às circunstâncias e preparadas conforme a especificidade de cada região, onde estejam sendo realizadas as ações. Para isso, uma boa estratégia é ter o conhecimento do inimigo e de si, compreendendo as próprias forças e fraquezas, bem como as do adversário.

Caso contrário, um exército sem estrutura, sem mão de obra especializada, quantitativo insuficiente, sem tecnologia, material bélico e dual defasado num mundo evoluído, onde a tecnologia é a propulsora que movimenta os setores de inteligência, percepção e ação; as estratégias serão ineficazes.

Em outro sentido, é necessário, para obter sucesso, ser perspicaz e saber enganar o inimigo. Ter estratégias como camuflagem, distração e movimentos inesperados podem confundir o adversário. Sobre isso, Sun Tzu diz que “Todo ataque é baseado na decepção” (Sun Tzu, 2012). Outro ponto importante é vencer sem combate, ou seja, a melhor estratégia é alcançar a vitória sem recorrer à batalha direta, minando a moral inimiga e conquistando alianças. Logo, “Supremo é aquele que vence sem lutar” (Sun Tzu, 2012). Explorar e identificar as fraquezas adversárias é crucial.

Quando se referi à vasta região Amazônica e aos desafios que ela apresenta, como sua logística complexa, rios traiçoeiros e ameaças como os “novos piratas”, é essencial possuir um profundo conhecimento do território e adaptar-se às novas modalidades de segurança e estratégias que surgem. Segundo Sun Tzu (2012), “conhecer tanto o inimigo quanto a si mesmo é essencial para não temer o resultado de cem batalhas”. No entanto, se alguém conhece apenas a si e não o inimigo, cada vitória será acompanhada de uma derrota.

Toda a estratégia de combate tende a se voltar para desarticular, incapacitar qualquer poderio de defesa e ataques dos oponentes, para então conquistar o objetivo, assim como também aniquilar qualquer ataque de invasão, neste caso, da defesa do território, pois todo o conhecimento de logística do território, as forças de defesa, têm que ser apurados e articulados com o próprio território, desde as questões climáticas, sazonais, populacionais, meios de locomoção e comunicação, incluídos nas estratégias que garantem uma ação eficaz e eficiente no combate. Diante disso, o autor estrategista prussiano Carl Von Clausewitz diz que:

“É preciso destruir as forças militares. O que significa que estas têm de ser colocadas em tais condições que se tornem incapazes de prosseguir no combate. É preciso conquistar o território, pois poder-se-ia constituir dentro dele uma nova força” (Clausewitz, 1979, p. 91).

Clausewitz (1979) propõe três maneiras que podem desestruturar as forças do oponente. O primeiro ponto não se trata somente de conquistar o território e nem de destruir o poder bélico, mas de causar dano à infraestrutura militar. A segunda é atacar os pontos vulneráveis e fragilizar as questões mais voltadas para a política e, a terceira, no desgaste gradual das forças militares, ou seja, naquilo que ele vem denominar de “usura” do inimigo. Ou seja, “A ideia de usura pelo combate implica *um esgotamento gradual das forças e da vontade por meio da duração da acção*” (Clausewitz, 1979, p. 95).

Diante de muitos aspectos preponderantes para se ter êxito numa guerra, precisa-se da obtenção de algumas metas e objetividades do que se tem e do que se pode obter de estratégia simplificada e inteligente, pois os atributos da virtude sempre serão a capacidade estratégica de como se desenvolverão tais ações. Diante disto, o estrategista prussiano diz que:

Constatamos, pois, que na guerra há muitas maneiras de se atingir o seu objetivo; nem todas conduzem forçosamente à derrota do inimigo; que a destruição das forças militares inimigas, a conquista das suas províncias, a sua simples ocupação, a sua pura invasão, as iniciativas visando directamente as relações políticas; [...] tudo isto são só meios de que cada um se pode servir para subjugar a vontade do inimigo; as circunstância particulares de cada caso específico é que nos incitarão a confiar mais nuns que noutras (Clausewitz, 1979, p. 96).

Para prosseguir numa guerra, não existe outro meio a não ser o combate. É através dele que se consegue alcançar o objetivo, ou seja, suplantar o adversário. No entanto, O sentido da guerra não se aplica somente ao combate humano ao brutal para a completa tomada, ou de manutenção de algo, ou alguma coisa, mas naquilo que está fugindo do controle, da objetividade e da ação contraria àquilo que se tem como ideal.

Por mais diversas que seja a sua forma, por mais distanciado que esteja da explosão brutal de animosidade e de ódio que se manifesta no pugilato, qualquer que seja o número de elementos que se lhe introduzam, se não pertencerem ao combate real, a concepção da guerra nem por isso deixa de implicar que todos os efeitos que aí se manifestam tenham como origem o combate (Clausewitz, 1979, p. 97).

Diante dessas várias ações, distingue-se entre o que determinará e o que vai conduzir as ações no embate, ou seja, a tática e a estratégia. Clausewitz (1979, p.

138) diz que: “Segundo nossa classificação, a táctica é, pois, a *teoria relativa à utilização das forças armadas no recontro*. A estratégia é a *teoria relativa à utilização dos recontros ao serviço da guerra*”.

Diante disso, Clausewitz (1979) diz que: “Pode-se, portanto, dividir em elementos de diferentes naturezas as causas que, em estratégias, determinam o recurso ao combate: os elementos morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos” (Clausewitz, 1979, p. 207).

Como é possível observar, a estratégia e as estratégias podem ser empregadas conforme a necessidade da ação, diante do problema a ser enfrentado, consoante o seu uso, poderá resultar em ações com ou sem sucesso. Por isso, as estratégias devem ser bem elaboradas, verificando e utilizando os recursos disponíveis, conhecendo a área a ser protagonizada, assim como o inimigo e a nós mesmos.

No próximo parágrafo, abordaremos as nuances que diferenciam a “Estratégia” das “Estratégias”, mergulhado nas argumentações de Brick 2020 (uma análise crítica dos documentos de alto nível da defesa do Brasil), em que o autor ressalta “[...] que existe uma distinção entre o significado de ‘estratégia’ e ‘estratégias’” (Brick, 2020, p. 3).

Numa breve análise, essas nuances poderão ser exemplificadas e discernidas. Partimos da argumentação de Gray (*apud* Brick, 2020, p. 3 e 4), que diz que a estratégia é “o arcabouço conceitual [...] permanente e aplicável a todas as sociedades e tempos”, envolvendo “fins (finalidade definida pela política), caminhos (de natureza estratégica, traduzíveis por métodos, ou maneiras) e meios (instrumentos de defesa)” (Brick, 2020, p. 3). A estratégia está vinculada com a política, ou “[..] necessariamente estar subordinada a objetivos políticos mais amplos [...]” (Brick, 2020, p. 4).

Nessa perspectiva, a estratégia não demanda tempo e está presente em todas as situações e ações. É o que Brick (2020) vem dizer que a “[...] estratégia é atemporal e ubíqua [...] um constructo que funciona como uma ferramenta para organizar o pensamento de quem se dedica a definir ‘estratégias’ e planejar a defesa de qualquer país em qualquer época” (Brick, 2020, p. 4).

Quando se refere que para si, ter êxito numa guerra é necessário conhecer o seu oponente, ou o território como estratégia do reconhecer, é que as “[...] ‘estratégias’, são as maneiras pelas quais a estratégia se expressa em um

determinado período, lugar e contexto. São sempre moldados pela geografia e válidas para um período específico” (Gray *apud* Brick, 2020, p.4).

No contexto do território, como exemplo de estratégia, se pode citar a defesa de fronteira, onde um país desenvolve a estratégia para proteger suas fronteiras terrestres, marítimas e áreas contra ameaças externas. Neste caso, as mesmas estratégias utilizadas para defender as fronteiras marítimas divergem das estratégias que são para a defensiva terrestre e aérea. Assim como a questão sazonal, o exército que usa um uniforme para atuar numa guerra na floresta não utiliza os mesmos fardamentos ou apetrechos utilizados no combate em território com sazonalidades diferenciadas, outro ponto é o posicionamento de tropas, sistemas de vigilância e cooperação com nações vizinhas. A dissuasão que visa desencorajar potenciais agressores, demonstrando capacidade de respostas efetivas que inclui a manutenção de forças militares prontas e visíveis. Se destaca também a estratégia de mobilização, que requer a preparação rápida na ação humana, recursos e materiais em caso de conflito, envolvendo treinamento, logística e coordenação. A estratégia defensiva cibernética, contra-ataques que comprometem a segurança nacional, são tipos diferenciados diante das suas estratégias específicas a cada situação.

Portanto, a estratégia é o plano que define o objetivo a ser alcançado, enquanto as estratégias ou as táticas são ações detalhadas e específicas executadas para implementar a estratégia global, garantindo que os esforços sejam direcionados e coordenados, aumentando as chances de vitória.

1.6.2 Estratégia Geopolítica

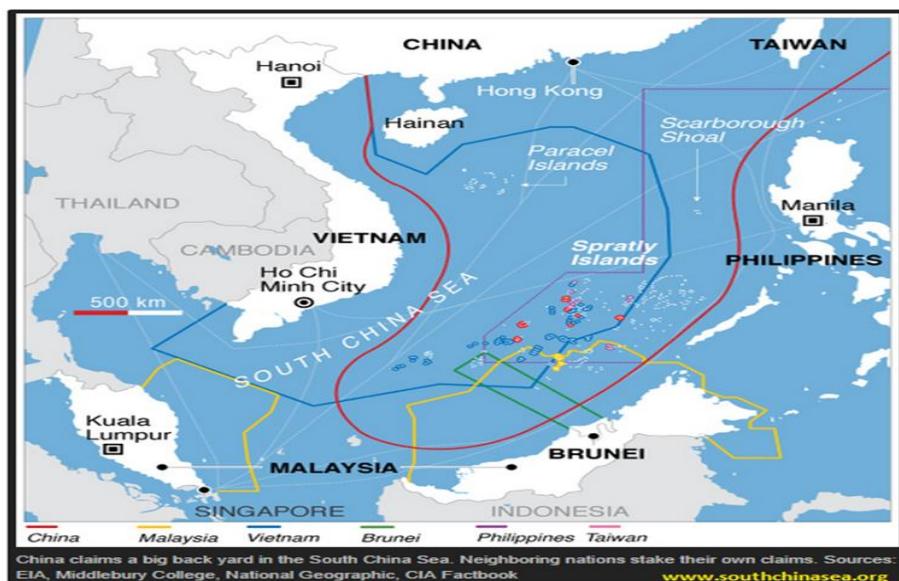
A geopolítica é como uma teia invisível que conecta nações e molda destinos, é um campo fascinante e complexo do poder e o espaço. Ela transcende mapas e fronteiras, envolvendo interesses, poder e estratégias cuidadosamente traçadas. Para Bertha Becker (2005), “[...] geopolítica: trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço” (Becker, 2005, p. 71). Ela envolve a busca por vantagens, a proteção de interesses nacionais e a projeção de poder. E ainda segundo para Bertha Becker (1988), a geopolítica na fronteira amazônica abrange todas as atividades de construções e desconstruções sociais inseridas em projetos que formam um conjunto de múltiplas ações, que desempenham novos e constantes momentos que se diferenciam a partir da ação e no gerenciamento do Estado como órgão

fomentador. Neste caso, Becker se refere a fronteira econômica que também coopera para os interesses dos Estados.

Alguns pontos são necessários serem analisados para compreensão de estratégia geopolíticas. O primeiro ponto é a visão global e objetivos. Neste sentido, a estratégia geopolítica enceta com uma visão global. Um país avalia seus recursos, sua posição geográfica, sua economia e sua influência. Por exemplo, a China, ao avaliar sua localização no cenário global, definiu objetivos claros, como a expansão territorial no Mar do Sul da China (MSC) e o acesso estratégico pelas rotas marítimas. Diante disso, Santos (2023, p. 31) argumenta que: “O Mar da China tem um dos locais de estratégias políticas e militares importantes desde o início do século XXI”. Essa importância é puramente econômica e territorial, tendo a parcialidade dos EUA como influenciador entre China e Taiwan. Como destaca Santos (2023, p. 31), “[...] é uma região de grande importância estratégica diante das disputas territoriais entre China e Taiwan, pois há um número considerável de bases militares ao redor que ajudam na influência americana regional”. Com isso, a segurança nacional e o controle dos recursos naturais são objetivos comuns em estratégias geopolíticas.

Na figura 11, se pode observar o Mar do Sul da China (MSC), em que a China reivindica a posse desse território considerando o direito histórico e por ser um potencial energético (gás e petróleo).

Figura 11. Rota de navegação que influencia a projeção de poder (Mar do sul da China)



Fonte: The South China Sea–Territorial Claims–Maps.

A Amazônia é cobiçada justamente pela sua biodiversidade, pela sua hidrografia e por fazer divisa com as áreas periféricas das fronteiras. Isso fortalece a necessidade de estratégias contundentes para a utilização estrutural e ambiental na região Amazônica. E como estratégia de defesa que surge no cenário nacional, para a defesa territorial brasileira, se destaca como referência principal a “[...] a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)” (Costa, 2017).

O segundo ponto são as alianças e rivalidades. As alianças são essências para o homogêneo global. Essas parcerias contribuem para o processo de cooperação que visa à economia, ajuda humanitária envolvendo assuntos ligados à exploração ilegal do meio ambiente, do tráfico internacional e da cibersegurança. Ações conjuntas formadas por alianças amenizam esses fatores de riscos. Neste sentido, é imprescindível a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAN) e da Organização das Nações Unidas (ONU), no combate e na intolerância que sobrepõe os direitos e a soberania dos Estados Nacionais. Por outro lado, as rivalidades também surgem. Neste sentido, a rivalidade é a mola que movimenta as estratégias competitivas em campos diversificados globais. Como exemplo, a concorrência entre China e os Estados Unidos da América na preponderância da “*High-tech*”.

Outros pontos são pertinentes, como os recursos naturais, sendo um dos elementos principais que surgem nas disputas de territórios, desencadeando guerras. A logística colabora para o elemento geoestratégico, relacionando-se a ponto estratégico, destacam-se o Ártico, o Canal de Suez e o Estreito de Malaca.

Com isso, a projeção de poder é outro ponto importante. Grandes potências buscam projetar seu poder além de suas fronteiras. Implantando bases militares, diplomacia e influência cultural, são as ferramentas utilizadas para esse fim. A Rússia, por exemplo, projeta poder na Síria e no Cáucaso, utilizando bases militares e influência política para manter sua presença e interesses na região. Assim como os Estados Unidos projetam bases militares em Taiwan.

Ainda se cita a adaptação e mudanças, pois a estratégia geopolítica não é estática. Ela se adapta a eventos globais, crises e mudanças de liderança. Como exemplo de adaptação estratégica geopolítica às mudanças globais, que podem ser de caráter pandêmico, vivido recentemente no cenário nacional com a COVID-19, ou de rompimento de grandes potências, como a ruína da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em contrapartida, a ascensão de novos blocos como a União Europeia (UE). As estratégias moldam conflitos, formações de alianças,

competições por rotas e recursos vitais nas dinâmicas globais, como peças definindo a geopolítica num jogo estratégico territorial.

A estratégia na região Amazônica remonta desde a organização dos fortes. A localização, para alocar essas guarnições militares, era estritamente escolhida para facilitar a defesa. Já que a presença de uma força defensiva já intimidava e mantinha a área protegida. Neste sentido, quando as fronteiras brasileiras são guarnecidas pelas Forças Armadas, “[...] a estratégia da presença, particularmente na área fronteiriça amazônica, faz parte de uma concepção estratégica de duplo alcance, na expressão militar cumprindo sua destinação constitucional e na expressão política e social [...]” (De Moraes, 2021, p. 17). No entanto, quando não são estrategicamente planejadas, as investidas inimigas obtêm sucesso.

Atualmente, a presença e atuação militar vão além da defesa, ela viabiliza ações em vários ângulos, como destaca Beaufre (1998, p. 5): “Nos tempos modernos, a estratégia ganhou dimensões incomensuráveis, extrapolando o domínio dos militares e estendendo-se à esfera da diplomacia, da economia, da política, do psicossocial, da tecnologia etc.”. No sentido do termo estratégia, o General André Beaufre argumenta que o ser da estratégia,

“[...] é a arte ou a ciência de desenvolver e aplicar o poder nacional em toda a sua vasta amplitude, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, ou o ‘jogo abstrato’ no conflito de vontades para impor a vontade de um dos contendores sobre a do outro [...]” (Beaufre, 1998, p. 5).

Ou seja, vale utilizar as armas, argumentações, a persuasão para obter êxito.

No sentido de orientação da ação estratégica, destaca-se a END que é o documento que vai definir como fazer as estratégias defensivas no território brasileiro é o que se discutiu no tópico 1.7.

1.7 Estratégia Nacional de Defesa (END): instrumento complementar de proteção defensiva brasileira

Para essa imensidão territorial brasileira ser protegida, necessita de estratégias alinhadas a parcerias estruturalmente organizadas. Os avanços na estratégia defensiva brasileira vieram a partir do documento que visa fortalecer a salvaguarda do território do Brasil e, consequentemente, áreas vulneráveis como as fronteiras, sendo necessário ressaltar a imprescindível elaboração de normativas que regessem a estratégia de segurança e defesa brasileira. Dentre os pressupostos que

fomentaram a elaboração de documento que regesse a estratégia defensiva, destaca-se “a crise militar do setor aéreo” com eventos catastróficos, e a “[...] aquisição de armamentos, navios e aviões militares pela Venezuela [...]” (De oliveira, 2009, p. 72 e 73). O Brasil em questão bélica e modal “estava” defasado não contribuindo para a operacionalidade e nem para a defesa efetiva. Com isso, surgiu no cenário nacional, especificamente em 2008, a END, um documento normativo, que possivelmente, possibilitaria estabelecer e agregar a estratégia defensiva de “multiplicidade de temas comuns” (De Oliveira, 2009, p. 74).

Agora, dissertamos sobre a END, sendo um documento que preconiza diretrizes que preparam e capacitam as FA brasileiras, visando garantir a defesa brasileira, em tempos de paz quanto de instabilidade nacional.

Segundo Brick (2020): a END se autodefine como um documento que norteia os segmentos social-estatal do Brasil, referente às estratégias que devem ser executadas, tendo em vista alcançar os objetivos fundamentados nos Objetivos Nacionais de Defesa (OND), estabelecidos pela PND. Diante disso, a END fixa, de forma factual, as estratégias norteando as ações defensivas no âmbito dos três poderes, assim como a sociedade e os segmentos não governamentais do país (Brasil, 2020, p. 31).

A interação comunidade militar, sociedade organizada, acadêmica, povos tradicionais e comunidades quilombolas elencam e alvitrarão para a defesa, contribuindo com ideias de ações e concepções estratégicas diversificadas. No que tange à concepção estratégica de defesa, “[...] está pautada na capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças, observando o estabelecimento na constituição, nos preceitos dos direitos internacionais e nos compromissos firmados pelo País” (Brasil, 2020, p. 32).

Os objetivos nacionais que regem e direcionarão a Estratégia Nacional de Defesa, advêm da PND. A END é o documento que estabelece as ações para o alcance dos objetivos. Segundo Brasil (2020, p. 24 e 25), esses objetivos se pautam em oito pontos, “a garantia a soberania e o patrimônio e integridade territorial, na segurança das missões constitucionais das FA, na autonomia técnico-produtiva de defesa, na coesão nacional, na salvaguarda de bens de interesses nacionais no exterior, na sinergia da sociedade e Defesa Nacional, contribuição para a instabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais, além de fomentar a sua proeminência em decisões internacionais”.

Na construção estratégica de defesa do território, a END preceitua pontos necessários para obter êxito nos seus objetivos.

Sinteticamente, sob a égide estratégica nacional das ações estratégicas priorizadas na END, se destacam a “[...] dissuasão defensiva, as crises de política-estratégica, a colaboração entre países de fronteiras, fortalecer a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, além da Amazônia e do Atlântico Sul como territórios geoestratégicos para o Brasil” (Brasil, 2020, p. 32 e 33).

As Capacidades Nacionais de Defesa (CND) agregam colaborações de outras entidades e órgãos, contribuindo para a defesa da região. Neste sentido, a CND são as capacidades de proteção, de pronta-resposta, de dissuasão, de coordenação e controle, de gestão da informação, da logística para a Defesa Nacional, da mobilidade estratégica, da capacidade de mobilização e de desenvolvimento tecnológico de Defesa (Brasil, 2020, p. 35).

Na seção (3.3), prioriza-se o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) no desenvolvimento de aparatos militares, para que estejam em consonância com a modernidade técnico-defensivo-operacional, capacitada para sobrepor eventos e ações externos e internos no território brasileiro. Atuando sinergicamente com interagências e órgãos, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Os recursos humanos se pautam na convocação obrigatória do serviço militar, garantido o quantitativo em disposição da Nação em sua defesa (seção 3.4).

Na questão da diplomacia, na seção 3.5 Brasil (2020) e seção 2.5 Brasil (2024): “A atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre nações e permite a conciliação de eventuais diferenças de percepções” (Brasil, 2020, 2024). No que prioriza o Setor Defensivo, sendo um segmento do Sistema de Defesa Nacional segundo Brasil (2020, 2024) é constituído pelo MD pela Marinha brasileira, pelo EB e pela FAB Brasil (2020, 2024).

Os setores estratégicos são essenciais para o desenvolvimento defensivo de qualquer Estado-Nação. No documento normativo da PND/END, destacam-se três setores que contribuem para o desenvolvimento defensivo nacional. No setor Atômico-Nuclear, o Brasil não pactua com o alastramento de armas atômicas (Brasil, 2020, 2024). No entanto, utiliza esse meio para fins de não-guerra. O ramo cibernético abrange a questão dual e as tecnologias de comunicações militares, “[...] de modo a assegurar sua interoperabilidade e a capacidade de atuar de forma íntegra, com segurança”, e no ramo aeroespacial está imbricado na solução de problemas

aeroespaciais-tecnológicos, ou seja, dos satélites, das telecomunicações com “[...] a cooperação internacional na concepção de projetos, de desenvolvimento e de operação de sistemas espaciais [...]” (Brasil, 2020, p. 58, 59, 60 e 61). Isto tudo, visando abranger o conhecimento técnico-científico.

A END é o documento complementar que estabelece diretrizes para operações estratégicas em todo território brasileiro. Essas diretrizes preparam e capacitam as FA para garantir a segurança e priorizar as áreas de fronteiras, principalmente na Amazônia, com a presença constante das organizações militares brasileiras. Diante disso, a Amazônia é citada na END como uma “área de interesse geoestratégico para o Brasil” (Brasil, 2020, p. 33), assim como é priorizada na Política Nacional de Defesa, no entanto, para a defesa desse território, algumas interações são complementares para a proteção da Amazônia, em que se destacam as cooperações das FA com o IBAMA, o ICMBio, o INCRA e a FUNAI no combate de ações ilícitas e ambientais. Outras ações são realizadas dando suporte a interagências militares, combatendo o tráfico de drogas e outras atividades transnacionais ilícitas, coibindo as ações ilegais e contravencionais.

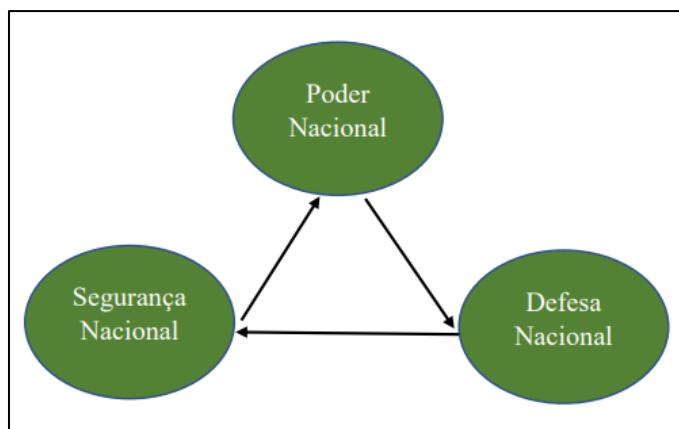
A Amazônia, por ser um território extenso e uma área propensa a isolamento, levam a atuação das FA e os órgãos ambientais a seguirem protocolos específicos para otimizar a eficácia das operações. Salientam-se os principais protocolos como a comunicação integrada; planejamento prévio; treinamento conjunto; logística compartilhada e ação emergencial. Outras ações são fundamentais para contribuírem na proteção ambiental, como a participação das comunidades indígenas, através do seu conhecimento tradicional, a COIAB ligada aos interesses das organizações indígenas e projetos, como o de Integração de Áreas Protegidas da Amazônia (IAP), sendo este, uma extensão da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO), assim como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ) participando da COP16 (2024), em que foi assinado um protocolo que visa a ações emergenciais às reações climáticas.

Todas essas ações conjuntas são estratégias que visam à melhoria de vida no território da Amazônia. Garantindo a conservação e preservação da biodiversidade, a integridade e soberania territorial. Neste sentido, a Estratégia é o método que prepara e utiliza o poder nacional para a consecução e manutenção do propósito fixados pela PND (Soares, 2021, p. 48).

1.7.1 O Tripé Estratégico: Poder Nacional, Defesa Nacional e Segurança Nacional

A PND tem como um dos propósitos fazer com que todas as áreas da sociedade entendam a importância de proteger o país e que todos os brasileiros têm o dever de fazê-lo. Para essa compreensão do dever de que todos os brasileiros necessitam defender o território nacional, a PND/END preceitua três ações. Esses preceitos estratégicos corroboram com a sinergia civil-militar. Na figura 12, temos os três pontos propostos na PND/END das finalidades que se pretendem alcançar através dos Objetivos Nacionais de Defesa (OND).

Figura 12. Tripé estratégico



Fonte: PND/END 2020. **Elaboração:** O autor (2024).

Esse tripé estratégico abrange todas as esferas para garantir a soberania coesa entre o Estado, a defesa, o direito e a segurança do cidadão e da cidadã em todo território nacional brasileiro. Diante disso, o Brasil, Congresso Nacional (2020, 2024) diz que o Poder Nacional se manifesta na junção da política-economia-psicossocial-militar-científico-tecnológico (Brasil, 2020, Brasil, congresso Nacional, 2024), ou seja, a interação e ordenamento social. O segundo ponto baseia-se na “Defesa Nacional”, caracterizada e pautada na conduta, nas ações e providências do Estado e na manifestação militar para defender a soberania territorial e nacional contra ações de incursão advindas externamente (Brasil, 2020, p. 11), isso se refere às ações estratégicas militares no combate de ações de responsabilidade do Estado, de interesse para a nação brasileira. O terceiro ponto se refere na segurança que permeia a preservação soberana nacional e territorial contra ameaças que restrinja os direitos constitucional do brasileiro.

Esses três pontos que formam o tripé de estratégias possibilitam a coesão entre os setores nacionais e a comunidades internacional, assim como, elenca a garantia da segurança para os brasileiros.

1.7.2 Pontos estratégicos PND-END (2012)

O desenvolvimento brasileiro militar desde a criação da PDN perpassa pela transição para a PND e suas atualizações. Observam-se algumas prioridades para minimizar dificuldades críticas na infraestrutura de defesa. Diante disso, a PND e a END (Brasil, 2012) argumentam que: “[...] é necessária identificação dos pontos estratégicos prioritários, de modo a planejar e a implementar suas defesas” (Brasil, 2012, p. 27). Podemos observar no Quadro 09, os pontos estratégicos para a implementação de defesa.

Quadro 09. Pontos prioritários estratégicos para planejar e implementar a defesa

O BRASIL (PND-END 2012, p. 23/27)	
5.1	O perfil brasileiro – ao mesmo tempo continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical, de longa fronteira terrestre com quase todos os países sul-americanos e de extenso litoral e águas jurisdicionais – confere ao País profundidade geoestratégica e torna complexa a tarefa do planejamento geral de defesa. Dessa maneira, a diversificada fisiografia nacional conforma cenários diferenciados que, em termos de defesa, demandam, ao mesmo tempo, uma política abrangente e abordagens específicas.
5.2	A vertente continental brasileira contempla complexa variedade fisiográfica, que pode ser sintetizada em cinco macrorregiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.
5.3	O planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul.
5.4	A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
5.5	O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul. A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar abre a possibilidade de o Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira “Amazônia Azul” essa imensa área, incluída a camada do pré-sal, estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais. A globalização aumentou a interdependência econômica dos países e, consequentemente, o fluxo de cargas. No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar quase todo o comércio exterior.
5.6	As dimensões continental, marítima e aeroespacial, estão sobreplicantes às duas primeiras, são de suma importância para a Defesa Nacional. O controle do espaço aéreo e a sua boa articulação com os países vizinhos, assim como o desenvolvimento de nossa capacitação aeroespacial, constituem objetivos setoriais prioritários.
5.7	Brasil defende uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares, e na busca da paz entre as nações. Nesse sentido, defende a reforma das instâncias decisórias internacionais, de modo a torná-las mais legítimas, representativas e eficazes, fortalecendo o multilateralismo, o respeito ao Direito Internacional e os instrumentos para a solução pacífica de controvérsias.
5.8	A Constituição tem como um de seus princípios, nas relações internacionais, o repúdio ao terrorismo. O Brasil considera que o terrorismo internacional constitui risco à paz e à segurança mundiais. Condena enfaticamente suas ações e implementa as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo a necessidade de que as nações trabalhem em conjunto no sentido de prevenir e combater as ameaças terroristas.
5.9	O Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países.
5.10	A intensificação da cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, integrada por oito países distribuídos por quatro continentes e unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante das nossas relações exteriores.
5.11	O Brasil tem laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados que possibilitam a troca de conhecimento em diversos campos. Concomitantemente, busca novas parcerias estratégicas com nações desenvolvidas ou emergentes para ampliar esses intercâmbios. Ao lado disso, o País acompanha as mudanças e variações do cenário político e econômico internacional e não deixa de explorar o potencial de novas associações, tais como as que mantém com os demais membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).
5.12	O Brasil atua na comunidade internacional respeitando os princípios consagrados no art. 4º da Constituição, em particular os princípios de autodeterminação, não-intervenção, igualdade entre os Estados e solução pacífica de conflitos. Nessas condições, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), participa de operações de paz, sempre de acordo com os interesses nacionais, de forma a contribuir para a paz e a segurança internacionais.

5.13	A persistência de ameaças à paz mundial requer a atualização permanente e o aparelhamento das nossas Forças Armadas, com ênfase no apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Visa-se, com isso, à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis.
5.14	Em consonância com a busca da paz e da segurança internacionais, o País é signatário do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares e destaca a necessidade do cumprimento do seu Artigo VI, que prevê a negociação para a eliminação total das armas nucleares por parte das potências nucleares, ressalvando o direito de todos os países ao uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos.
5.15	O contínuo desenvolvimento brasileiro traz implicações crescentes para a segurança das infraestruturas críticas. Dessa forma, é necessária a identificação dos pontos estratégicos prioritários, de modo a planejar e a implementar suas defesas.

Fonte: Brasil (2012), MD. Elaboração: O autor (2023).

Ressalta-se que na Política Nacional de Defesa (PND), 2012, na página 43, constava um item que não constou nas últimas atualizações (2016 e 2020), que se tratava da Estratégia de Defesa (END) e a Estratégia de Desenvolvimento (END). Sendo assim, destaca-se que, segundo Brasil (2012, p. 43), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Estratégia de Desenvolvimento (END) devem atuar em conjunto. Esses dois documentos de normas são recíprocos para a construção, defesa e desenvolvimento brasileiro. Permitindo que o Brasil não seja refém de nações, e poderá ser contra tudo o que não convém para o desenvolvimento brasileiro. Dizendo não, quando for necessário, dizer não.

Segundo Brasil (2012, p. 44), para um projeto estratégico de defesa, é preciso desenvolvimento estrutural econômico-financeiro, diante disso, propõe alguns princípios, como se destaca no Quadro 10.

Quadro 10. Princípios para desenvolver projetos para ação militar

Três Princípios para um projeto de desenvolvimento militar (END, 2012, p. 44)	
a	Independência nacional efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos, para o investimento do potencial produtivo do país. Aproveitar os investimentos estrangeiros, sem deles depender.
b	Independência nacional alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa, como para o desenvolvimento.
c	Independência nacional assegurada pela democratização de oportunidades educativas e econômicas e pelas oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do País.

Fonte: Brasil (2012) Adaptação: o autor (2023).

As atualizações dos documentos aqui mencionados, PND e END, ocorrem em quadriênios. Foram utilizadas várias versões para que se compreenda a dinâmica e as necessidades das atualizações e sua contribuição para a defesa estratégica do Brasil, assim como em cooperações com outros Estados, viabilizando intercâmbio nos setores de defesa e de economia. Todo dinamismo enraizado na defesa do território

brasileiro pautados nesses documentos, prioriza as áreas geoestratégicas abordadas em todas as versões atualizadas, manifestando o compromisso com as regiões de fronteiras como a Amazônia. Assim como as novas ameaças que comprometem a segurança nacional. São motivos óbvios da necessidade das revisões para adaptação ao que surge de novo. A sinergia da população civil e militar é destacada como forma de agregar conhecimento, abrangendo as geoestratégicas e geotecnologias, contribuindo assim, com a defesa do Brasil.

A região Amazônica, desde a supremacia lusitana, vem se destacando pela sua localização geográfica e política. A grandeza territorial, a biodiversidade, as riquezas minerais, tornam esse mundo Amazônico visível aos olhos das potências globais. Nesse contexto, a defesa das FA está enraizada e imbuída na dissuasão a outrem, e na assiduidade para a defesa no território e seus nacionais. A importância estratégica de defesa para um Estado-Nação é crucial para a sobrepor a qualquer ação externa, que tenha o propósito de invasão e tomada do território, que ameace a soberania nacional. Além disso, como foi destacado no decorrer do capítulo, as ações estratégicas de defesa contemporânea atuam para além da guerra, abarcando ações direcionadas para a sociedade civil em situação de vulnerabilidade social, complementada através de programas, documentos normativos, segmentos sociais, que viabilizam e corroboram para a segurança interna e externa do território brasileiro.

CAPÍTULO II

2. A 16^a BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E SUA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

“Toda a estratégia de combate tende-se a se voltar para a desarticular, incapacitar qualquer poderio de defesa e ataques dos oponentes” (Clausewitz, 1979).

Os territórios mundiais vêm passando por mudanças e evoluções, às novas situações e tensões. Essas tensões variam de momentos atípicos como guerras preponderantes com novos meios tecnológicos a eventos climáticos mais recorrentes com gravidades intensas que variam de destruição total, parcial a mortes. Evoluindo para tensões transfronteiriças que desencadeiam e subestimam a capacidade defensiva do poder dos Estados.

No Brasil, as tensões se voltam para as questões climáticas, ações de transfronteiriços ilícitos e outros eventos socioambientais, defesa e segurança que desafia a soberania nacional, não literal, de invasão de tomada de território, mas na intencionalidade da invasão do comércio de ilícito e das Organizações Criminosas (OrCrim).

Essas preocupações vêm sendo exemplificadas nas ações que decorrem das operações realizadas pelas Forças Armadas (FA) brasileiras em sinergia com interagências internacionais e nacionais.

No Amazonas, as preocupações no que tange a de defesa são para com as fronteiras sensíveis, sendo o principal obstáculo a geografia que, através da vegetação e rios, viabiliza a circulação humana para comercialização legal e ilegal, ao mesmo tempo que também não possibilita as operacionalidades defensivas eficazes.

Essas ações operacionais são geralmente realizadas pelas FA do Brasil. No entanto, quando se refere à fronteira terrestre, cabe ao EB a incumbência de formalizar e realizar essa defesa. Diante disso, destaca-se no território fronteiriço no Amazonas a Guardiã do Solimões (16^a BDA INF SL). No item 2.1 destaca-se a genealogia histórica da 16^a BDA INF SL que antes denominada de 16^a Brigada de Infantaria Motoriza e sua transferência para a região norte na cidade Tefé no Amazonas.

2.1 A Brigada na Amazônia: do Sul para o Norte, a genealogia histórica: A trajetória da 16^a BDA INF SL, a Guardiã do Solimões que não dorme nem sente sono

Segundo Paiva (2006, apud Franco, 2019), as questões ambientais, indígenas e o enfrentamento aos ilícitos transnacionais em 1980 foram fundamentais para que houvesse uma coação externa ao governo brasileiro relacionada à salvaguarda da Amazônia. Nesta conjuntura, o Brasil começa a planejar estratégias para que as FA estejam presentes nos territórios sensíveis, como a Amazônia. Pinheiro (2010, apud Franco, 2019) afirma que em 1990, começaram as transferências de brigadas para a região norte do Brasil. Segundo Brasil (2018), A transferência em 1992 da 16^a. BDA INF SL para a Cidade de Tefé teve como finalidade defender o território ocidental da Amazônia.

A BDA das Missões, como uma organização militar do EB, tem as suas ações militares focadas para a defensiva do território nacional (Brasil, 2020). Com isso, essa organização militar tem responsabilidade, como destaca Franco (2019, p. 20) que explique sobre à Subárea e Segurança Integrada na Defesa (SASI), dizendo que:

“A SASI da 16^a. Bda Inf SI fica localizada no extremo oeste da Amazônia Ocidental, na porção centro-oeste do Estado do Amazonas. Nesse sentido, fica posicionada no interior do subcontinente sul-americano, não possuindo acesso ao mar”.

Essa BDA é responsável por guarnecer um quinhão de terras de fronteira da Amazônia. Outra área em que Franco (2019) destaca é a cidade de Tabatinga, que possui uma unidade militar subordinada à brigada das missões na tríplice fronteira, distante aproximadamente 950 km pela Hidrovia Rio Solimões-Amazonas da cidade de Tefé.

A 16^a. Brigada de Infantaria de Selva integra as três Forças Militares defensivas que pertencem ao FA. Está alocada em Tefé no território Amazonense. Seu território de defesa estratégica corresponde à região do Alto e Médio Solimões.

No entanto, a Brigada das missões e a sua geo-história ocorrem a partir do decreto do Gen. de Exército Emílio Garrastazu Médici no dia 11 de novembro de 1971, “library” (2025 apud atlas históricos, 2025), para a criação do primeiro Grupamento de Fronteira (1º Gpt. Fron). Essa organização militar foi transferida em 1972 da cidade de Cruz Alta para Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul (RS) (TeféNews,

2024). O 1º Gpt. Fron teve como seu primeiro comandante o General de Brigada Confúcio Dalton de Paula. Em destaque as OM que pertenciam ao Gpt de Fronteira no Estado do RS:

- 61.º Batalhão de Inf. Mtz;
- 1.º Regimento de Cav. Mtz;
- 3.º Esqd do 1.º Rgt. de Cavalaria Mtz;
- 27.º GAC;
- Companhia de Comando (Cia Cmdo) da Brigada.

O 1º Gpt Fron foi extinto em 16 de dezembro de 1980, sendo criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada (16ª BDA INF MTZ) sendo regida pela 3ª Divisão de Exército, sediada em Santa Maria (RS).

A 16ª. BDA INF MTZ em 1982, era composta pelas seguintes subunidades militares:

- 8.º Batalhão de Infantaria Motorizado (BI MTZ);
- 17º Batalhão de infantaria;
- 61.º BI Mtz;
- 27.º GAC;
- Companhia de Comando;
- 16.º Esquadrão de Infantaria Mecanizado.

No dia 30 de março de 1992 foi proferido a transferência sob a égide nº 02 da 16ª BDA INF MTZ para a Amazônia. Essa transferência do Sul pra o Norte ocorreu em duas fases:

- 1ª. Fase: Deslocamento do Escalão Avançado para Manaus Amazonas. A 16ª BDA INF SL instalou-se provisoriamente no 2º Grupamento de Engenharia e Construção (2º. GEC) em 23 de abril de 1993.
- 2ª. Fase: Deslocamento definitivo para a cidade de Tefé no Estado do AM. A partir de maio de 1993, após as adaptações de obras na antiga Escola Técnica Rural de Tefé, passando a abrigar o Quartel General do Comando da Brigada e suas organizações militares subordinadas.

Com essa transferência, a 16ª. BDA INF MTZ passa a se denominar 16ª. Brigada de Infantaria de Selva (16ª BDA INF SL). Sua missão é proteger, defender e garantecer a fronteira que condiz à sua área de responsabilidade defensiva entre a

Cachoeira do Machado ao norte e ao sul com o rio Jaquirana contra forças externas que comprometem a jurisdição brasileira.

A organização da 16^a. BDA INF SL na Amazônia ocidental é composta pelas OM na cidade de Tefé, Amazonas:

1. Comando da 16^a. Brigada de Infantaria de Selva
 - a. Organizacional: Gen. de Bda, Chefe do Estado Maior (ChEM),
 - b. Oficiais superiores de comando da brigada,
 - c. Base administrativa (Organizar, planejar, dirigir e controlar atividades administrativas de apoio e segurança de acordo com as diretrizes do CMD da 16^a. BDA INF SL).
 - A base é formada por uma sessão de comando,
 - a. 01 pelotão de comando;
 - b. 01 Pelotão de administração;
 - c. 01 Pelotão de Segurança.
 - d. Instalações situadas ao quartel general da brigada.
2. A Companhia de Comando (Cia Cmdo) da 16^a. BDA INF SL.

Suas instalações estão alocadas no quartel-general da brigada. A sua missão é manter a capacitação profissional, a operacionalidade para executar ações visando o apoio humano e material, promovendo a segurança do CMD da Brigada das Missões.

A Cia de Cmdo é formada por:

- 01 pelotão de comando;
- 01 pelotão de administração;
- 01 pelotão de segurança;
- 01 pelotão de manutenção e transportes.

A 16^a BDA INF SL é composta por cinco subunidades de organizações militares:

3. 34º. Pelotão de Polícia do Exército (34º. PE).

Alocado na área do quartel general da 16^a. BDA INF SL. As suas atribuições são:

- Atividade de polícia coopera com a manutenção disciplina e assegurar cumprimento de leis ordens e regulamentos militares;
- Realizam patrulhamentos ostensivos em áreas militares,
- Escoltas em comboios e autoridades e;

- Guarda de presos militares EB.

Estrutura do 34º PE:

- Grupo de comando;
- Seção de cães de guerra;
- Grupo de segurança;
- Grupo de escolta e;
- Grupo de choque.

4. 16º Pelotão de Comunicação de Selva (16º PEL COM SL).

O 16º PEL COM SL está alocado na área do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS). Sua missão é instalar e explorar os meios operacionais de comunicações, eletrônica e informática, otimizando ao máximo esses recursos à disposição da 16ª BDA INF SL.

Estrutura do 16º PEL COM SL:

- Grupo de comando (Gp Cmdo);
- Grupo de comunicações;
- Grupo de comunicações posto de comando de Selva e;
- Grupo de comunicações com posto de comando recuado.

Seus equipamentos são modernos e instalados em viaturas especiais.

5. 16ª Base Logística de Selva (16ª BA LOG).

Segundo Franco (2019), essa é uma organização militar responsável por apoiar a 16ª BDA INF SL em transportes, manutenção e suprimento na região amazônica do Médio e Alto Solimões.

Suas estruturas compõem:

- Seção de Comando

Companhia Logística:

- Pelotão Logístico de Manutenção (Pel Log Mnt)
- Pelotão Logístico de Suprimento (Pel Log Sup)
- Pelotão Logístico Transporte (Pel Log Trnp)

Existe a viabilidade de reestruturar, transformando essa base logística em Batalhão Logístico de Selva (Defesa Net, 2021).

6. Comando de Fronteira Japurá 17º Batalhão de infantaria de selva (17º BIS-Batalhão Curupaiti).

O Comando de Fronteira Japurá 17º BIS é uma unidade de infantaria do EB. Sua missão é a capacitação profissional permanente, prontidão operacional efetiva para atuação na sua área de responsabilidade territorial em operações defensiva contra forças externas e internas na fronteira oeste do Estado do AM.

Sua estrutura organizacional é composta por:

- Base administrativa;
- Cia de Cmdo e apoio;
- 1ª. Cia Fzo SL;
- 2ª. Cia Fzo SL e;
- 3º. PEF–Vila Bittencourt.

Outra subunidade é o posto médico da guarnição de Tefé. Presta assistência médica, odontológica e fisioterapêutica aos militares e servidores civis do exército na ativa ou na reserva, pensionistas na guarnição de Tefé na área do comando da 16ª. Brigada de Infantaria da Selva.

7. Comando de Fronteiras Solimões 8º Batalhão de Infantaria de Selva (Batalhão Forte São Francisco Xavier).

Seu objetivo é capacitar profissionais para prontidão, atuando em qualquer ponto de sua área de responsabilidade territorial em operações de defesa externa, garantindo a inviolabilidade do território nacional e garantecendo a front. oeste do território amazonense.

Sua estrutura é composta por uma:

Base administrativa;

- Cia de Cmdo e apoio;
- 1ª. Cia Fzo SL;
- 2ª. Cia Fzo SI;
- 3ª. Cia Fzo SI.

As Cia Especiais de Fronteira subordinadas a 16ª BDA INF SL são:

- 1º. PEF Palmeira do Javari limites do Brasil com o Peru;
- 2º. PEF Ipiranga (Fronteira Brasil/Peru)
- 3º PEF Vila Bitencourt (Fronteira Brasil/Colômbia)
- 4º. PEF–Estirão do Equador (Localizado as margens do Rio Javari em Atalaia do Norte no limite territorial do Brasil/Peru).

Essas organizações são capacitadas e operacionalizadas para atuarem em defesa transfronteiriça no território nacional, especialmente nas quatro fronteiras do Brasil (Amazonas) com o Peru, Colômbia e Venezuela.

A 16^a. BDA INF SL, além de atuar na defesa territorial contra ataques externos, tem a missão de combater atividades ilícitas transfronteiriças e operar em ações cívico-sociais, em áreas de difícil acesso em Tefé (Alto e Médio Solimões). A necessidade de assegurar a supremacia territorial nas áreas fronteiriça e proteger sua biodiversidade, além de povoamento milita foi o que motivou a sua transferência do Sul para a região do Solimões, no Amazonas, norte do Brasil. De acordo com Moraes (2021) e Mattozinho (2022), as Frnt Ter do Brasil, particularmente aquelas onde se localizam os PEF, apresentam diversas ameaças internas e transnacionais que comprometem a segurança e a soberania (Moraes, 2021; Defesa em foco, 2021; Mattozinho, 2022).

Diante dessa importância, tanto territorial quanto ambiental, a região precisava ter uma maior cobertura de segurança e uma guarnição mais presente nas fronteiras e lugares longínquos do Brasil, como é o território fronteiriço da Amazônia.

É o que Moraes (2021a, 2021b) argumenta quando discute que “Os Pelotões Especiais de Fronteiras alcançam a extremidade territorial brasileira no Norte e Oeste amazônico. Muitas vezes”, sua presença representa “o Estado em determinadas áreas que, não fosse a sua existência, estaria desassistido da proteção do Estado (Moraes, 2021a, 2021b).

A estratégia da presença, particularmente na área fronteiriça amazônica, faz parte de uma concepção estratégica de duplo alcance (Moraes, 2021). Ou seja, na expressão militar, cumprindo sua destinação constitucional, e na expressão política e social, a fim de contribuir no desenvolvimento de uma mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade. Na figura 13, 1º GPT Fronteira BDA MTZ Santo Ângelo (RS) e figura 14, 16^a BDA INF SL Tefé (AM).

Figura 13. 1º Grupamento de Fronteira



Fonte: 16ª BDA INF SL.

Figura 14. 16ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: 16ª BDA INF SL.

No item 2.1, trata-se da Brigada das Missões e suas estratégias tanto no contexto geográfico como geopolítico como ator na defesa do território nacional.

2.2 A 16ª BDA INF SL no contexto geográfico e geopolítico estratégico

A Amazônia e sua história entre contradições e teorias que a geopolítica-histórica se reveste de inúmeros relatos entre descobertas e conquistas, Meira Matos (2002), diz que a Amazônia se revela aos poucos e que foi o espanhol Pinzón após viajar por Pernambuco, em janeiro de 1500 partiu com a suas naus rumo ao norte se deparando com a foz do grande rio em fevereiro do mesmo ano ‘la boca del rio grande o Mar Dulce, que saie quarenta léguas em la mar³’. Ele a chamou de ‘Tierras de Nuestra Señora de la Consolación del Rostro Hermoso⁴’.

Meira Matos (2002) inclusive salienta que Diego de Lepe navegador espanhol, chega na foz do rio e observa a imensa massa de água doce avançando para o mar e denomina o rio de ‘Maranon’, nome que passou a ser conhecido no continente europeu.

Sobre lendas e teorias, Meira Matos (2002) desdobra lendas e concepções que deram origem ao nome do maior rio de água doce do mundo. A lenda de que havia mulheres guerreiras, como descrevia frei Cabral, segundo Meira Matos, era que as

³ ‘a foz do grande rio ou Mar Doce, que corre quarenta léguas através do mar’. Ele a chamou de

⁴ ‘Terras de Nossa Senhora da Consolação da Bela Face’. Tradução do autor.

indígenas tinham pele alva e brancas, o corpo desenvolvido, praticava suas atividades nuas, cabelos compridos e usavam arco e flecha, e guerreavam como homens. Essa lenda foi inspiração para a mitologia grega e protagonizou dando o nome ao rio Amazonas.

Destarte, a geopolítica é composta por fatores e ideologias que se compreendem e moldam a estrutura universal entre regiões, é o que Messias da Costa (2017a, 2017b) vem chamar de intersecção da geo-história e da ciência política-estratégia e da segurança & defesa nacional, e sua longa e tumultuada trajetória tem sido a seu modo a expressão de importantes transformações do Estado Moderno e das relações internacionais (MESSIAS DA COSTA, 2017a, 2017b).

As geopolíticas estratégicas são responsáveis pela bilateralidade, composição estratégica de defesa e ataque, cooperação e acordos internacionais, principalmente em territórios onde a geografia é complexa e dificulta as estratégias defensivas, como na Amazônia. Neste sentido,

[...] revela-nos a natureza e a influência desse campo de reflexão e de ação política na condução dos negócios territoriais internos e externos dos estados e nas relações de poder entre eles nas diversas ordens mundiais desde, pelo menos, o Tratado de Westfalia de 1648" (MESSIAS DA COSTA, 2017a, 2017b).

Esse território amazônico é característico e desafiador. Neste sentido, Meira Matos diz respeito ao defluxo de água, às planícies inundáveis, à floresta tropical em contraste com o homem inerte pela geografia que a natureza impõe. Ou seja, a própria natureza desafia o ser humano que, de acordo com Samuel Benchimol (apud Meira Matos 2002), converte em evidência as particularidades geográficas amazônica como, a vigésima parte da superfície terrestre, um quinto da disponibilidade mundial de água doce, quatro décimos da América do Sul, três quintos do Brasil, um terço das reservas mundiais latifoliada e dois e meio milésimos da população mundial.

Essas características físicas naturais da Amazônia expõem as dificuldades impostas pela natureza diante desse território. Uma síntese notável dissertada por Meira Matos e escrita pelo inglês Arnold Toynbee (Estudo da História), baseando-se em processo civilizatório, da luta entre o ser humano e o meio físico geográfico. Dizem que: A geografia condiciona, neste caso (pode-se condicionar as formas espaciais construídas pela sociedade nas dinâmicas espaciais), justifica, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim, oferece o seu desafio, cabe ao homem responder a esses

desafios. Ou os responde e os supera ou não os responde e é derrotado (Meira Matos, 2002).

Na atualidade, os desafios da Amazônia podem ser superados por processos e sucessivos avanços tecnológicos. Diante disso, Euclides da Cunha (apud Meira Matos, 2002) diz que a superação por progressos científicos e meios tecnológicos das dificuldades da estrutura física amazônica são estratégias que possibilitam a interação entre as realizações e ações, utilizando a estrutura territorial e natural com menor impassividade humana.

Diante dessas descrições, comprehende-se que a Amazônia é um imenso território natural que dificulta e, ao mesmo tempo, favorece a quem dela precisa. Neste sentido, os rios, a vegetação densa e a floresta inundada que chamamos de igapó, assim como a várzea (leito dos rios que são inundados e secos durante o ciclo hidrológico das águas) e a terra firme (porção de terra que não inunda em tempos de cheia dos rios), esses ciclos de enchente e vazante dos rios amazônicos são eventos a serem vencidos pelo ser humano. Nesse sentido, as FA são organizações capacitadas com estratégias que conseguem subverter essas dificuldades impostas pela natureza mesmo com dificuldades estruturais e mão de obra humana.

A 16^a. BDA INF SL é uma dessas organizações militares que vivenciam esses ciclos hidrológicos nos rios do Alto e Médio Solimões, dificultando o monitoramento e o deslocamento humano em áreas onde acontecem com maior intensidade esses fenômenos naturais típicos e por estar localizada numa posição centralizada no coração da Amazônia.

As questões ambientais e naturais na Amazônia são importantes temas que envolvem defesa e soberania. São elementos que edificam a sociedade e seus modos de vida. Segundo Peixoto Júnior, Paiva Junior (2020), os recursos bio-geoestratégicos são elementos indispensáveis em diversos ramos e setores sociais, logo são cobiçados mundialmente. Nesse sentido, quem detém a posse ou domina os elementos naturais representa vantagens geopolíticas-econômicas-tecnológicas, sem contar a própria preservação da vida e das populações dos espaços vividos que moldam a temporalidade mundial consumista (Peixoto Júnior, Paiva Junior, 2020).

A locação das FA na Amazônia, como a 16^a. BDA INF SL impõe autoridade sobre um território cobiçado internacionalmente. No cenário atual, em que a disputa por elementos que possam produzir condicionadores para defesa e ataque se faz necessária, a imposição da presença não só na possível tomada de território por

forças externas, mas pela própria área, propicia a conjugação de fatores preponderantes e associativos à invasão externa por meio de transfronteiriços e narcotráficos internacionais.

Peixoto Júnior, Paiva Junior (2020, p. 11) diz que: Uma tentativa de diminuir a soberania brasileira sobre a Amazônia foi a de internacionalizá-la com a alegação econômica e ambientais.

Sobre esse aspecto, o autor cita algumas afirmações feitas por políticos de Estados sobre a posição defensiva brasileira quanto à região amazônica, em que se destaca: Al Gore, senador norte-americano (1989), que a Amazônia pertencia a todos; François Mitterrand, presidente da França, que o Brasil precisava aceitar soberania relativa na Amazônia; o ex-líder da União Soviética Mikhail Gorbachov, afirmou que o Brasil deveria se destituir e repassar aos organismos internacionais seus direitos sobre a Amazônia (Conjur, 2002). E que, para outros países industrializados, só existem pela disponibilidade de recursos não renováveis, como afirma o diplomata Henry Kissinger (2015).

Emmanuel Macron, em 2019, em Genebra, no grupo dos sete países mais ricos do mundo chamado de G7, afirmou que os órgãos, associações e ONGs poderiam definir para a Amazônia um status internacional. Pode-se notar pelos discursos de líderes mundiais, de acordo com Peixoto Júnior, Paiva Junior (2020), que é intervencionista, ferindo a soberania numa pretensiosa e premeditada intervenção ecológica, tendo como argumento a concepção geopolítica global.

Neste sentido, Becker (1988, p. 61) diz que:

Um dos últimos grandes espaços escassamente povoados do planeta, a Amazônia brasileira, vem sendo nos últimos quinze anos envolvido por um intenso movimento de apropriação de seu solo e seus recursos por forças internacionais e nacionais (Becker, et al. 1988, p. 61).

A fronteira Amazônica brasileira, segundo Bertha Becker (1988), não é apenas limites territoriais físicos ou econômicos, mas um território movimentado e conflituoso por posse territorial e projetos moldando a geopolítica na fronteira Amazônica, sendo este um território estratégico politicamente sólido. Portanto, para Bertha Becker (1988), a geopolítica na fronteira amazônica abarca todas as atividades de construções e desconstruções sociais inseridas em projetos que formam um conjunto de múltiplas ações, que desempenham novos e constantes momentos que se diferenciam a partir da ação e no gerenciamento do Estado como órgão fomentador.

Com isso, a geopolítica é remodelada e ganha novos elementos moldados pela ação humana.

Para Therezinha de Castro (1999), em face de um contexto regionalizado afirma que é factível a viabilidade de uma geopolítica regional, pois a partir de certas características físicas-geográficas, humanas e fatores estratégicos que abarca um determinado território composto de um Estado regional ou mesmo extraterritorial, cada Estado de direito possui a sua própria legislação, ou seja, o poder autônomo governamental estadual conforme a CF/88.

Assim sendo, a fronteira não é o limite que norteia, mas as questões específicas desenvolvidas internamente, como questões da vulnerabilidade, que tem no seu esboço delineado pela infraestrutura, as questões demográficas e naturais, que contribuem para a geopolítica no território. Essa geopolítica regionalizada contribui e norteará as estratégias para ação tanto do Estado como órgão gestor, assim como para estratégias de cunho militar. Em contextualização, a geopolítica para Therezinha de Castro (1999) seria a interação da geografia e da política, que são termos desassociáveis, pois ligam tanto as ações externas quanto as ações internas de um território determinado por elementos geográficos diversificados e em movimento.

Com isso, a importância de as FA atuarem em pontos estratégicos são puramente questões imbricada na ação e nas estratégias para defesa de um território, envolvidos em movimentos peculiares e distintos configurando a geopolítica local, regional e territorial como na Amazônia.

Diante dessas novas ações múltiplas territoriais, a partir da fronteira, surgem outros elementos e atividades que, na atualidade, a preocupação é com a intensa proliferação de invasão territorial das chamadas Organizações Criminosas transfronteiriço (OCT).

Diante desses fatos que ocorreram desde 1989, referindo-se ao poder dissuasório brasileiro e a sua defesa, Peixoto Júnior, Paiva Junior (2020) diz que, a estatal brasileira comprehende que a geopolítica está imbricada na dominância política e que molda o espaço, com isso, o compromisso de defender o território nacional, assim como a biodiversidade defini a PND, preconizando e territorializando as FA em locais estratégicos, segundo Peixoto Júnior, Paiva Junior, 2020.

Com a implementação dessa política, o EB é responsável para detectar e combater ações que venham ameaçar o domínio brasileiro sobre a Amazônia em um

cenário geopolítico contemporâneo, garantindo o domínio e a autonomia sobre o território Amazônico, conforme Peixoto Júnior, Paiva Junior (2020).

O território amazônico compõe duas Amazônia, a ocidental (AM, AC, RO e RR) e a oriental (PA, MA, AP, TO e MT), percorrendo os limites territorial de: Guiana Francesa, Suriname, República Guianense, Venezuelano, Colombiano, Peruano e Boliviano. Destarte, que o Amazonas é o único estado brasileiro que tem seu território com três países fronteiriços, sendo o território: Brasileiro, venezuelano, Colombiano e Peruano. Essas delimitações de território requerem atenção pela sua diversidade geográfica, fragilidade e sensibilidade de atividades ilegais. Na figura 15, a fronteira do Brasil (Amazonas), Venezuela, Peru e Colômbia (BPCV).

Figura 15. Fronteira (Brasil, Venezuela, Colômbia e Peru)



Fonte: IBGE (2023-2024). Elaboração: O autor (2025).

A singularidade amazônica eleva a importância territorial, da biodiversidade e da água. São recursos estratégicos que estimulam os interesses internacionais no século XXI, colocando o território como vital (Peixoto Júnior, Paiva Junior, 2020).

No tópico 2.3 faz menções sobre os comandos militares de áreas que são responsáveis pela defesa no território brasileiro.

2.3 Comando Militar da Amazônia e sua jurisdição militar

O CMA tem sobre sua jurisprudência militar, segundo Franchi (2013, p. 179), o território pertencente desde o esmo ao norte do Estado do Tocantins ao oeste do Estado do Maranhão.

Segundo Franchi (2013), no Brasil existem sete comandos militares de áreas subordinados ao CMD de Operações Terrestres (COTER).

Na figura 16 estão as regiões com suas OM no Brasil.

Figura 16. Comandos militares distribuídos por regiões do Brasil 2012



Fonte: FRANCHI, 2012.

Retificando o que Franchi (2012) dissertou sobre os COTER de áreas (regionais), de acordo com Correia e Vidal (2025) o Brasil possui em seu território 08 arquiteturas físicas de comandos (Cmdo) das FA brasileira, e desses, quatro são fronteiriços: Cmdo Militar (Mil) do Norte (CMN), Cmdo Mil da Amazônia (CMA), Cmdo Mil do Oeste (CMO) e o Cmdo Mil do Sul (CMS)" (Brasil, 2024; Correia, Vidal 2025) e complementando segundo Brasil (2024) o Cmdo Mil do Planalto (CMP), Cmdo Mil do Leste (CML), Cmdo Mil do Nordeste (CMN) e o Cmdo Mil do Sudoeste (CMSE).

Na figura 17, os oito comandos militares regionais de áreas brasileiras.

Figura 17. Os 08 Comandos militares de áreas do Brasil



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: o autor (2025).

Essas distribuições estratégicas permiti maior força de dissuasão para defesa dos territórios entre as FA brasileiras.

No entanto, a ocupação dessas organizações militares tem um contexto histórico que remonta ao período colonial das grandes ações dos lusitanos, conforme Marques, 2007; Castro, 2006 e Barreto, 2012, (apud Franch, 2013) descrevem, que utilizavam de métodos linguísticos, hinos e símbolos desmisticificando a cultura no Brasil.

A criação dos fortões é um marco para a genealogia da invasão da Amazônia e os pontos estratégicos seguiam a lógica defensiva e de ataque na região. A estratégia de transferir a 16^a. BDA INF SL para a Amazônia foi para asseverar o jugo ao Estado brasileiro e o povoamento militar.

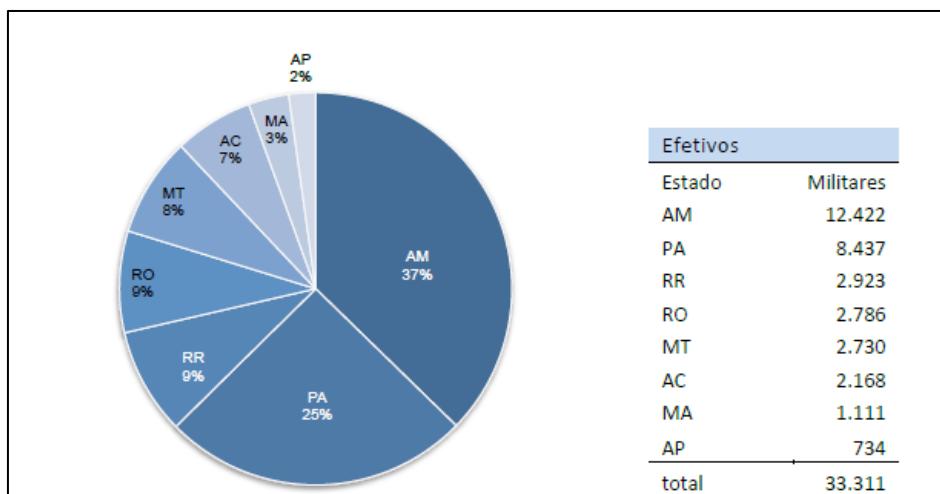
Franchi (2013, p. 193) afirma que a 16 BDA INF SL foi instalada em “Tefé sobre um nó na rede fluvial do rio Solimões, dominando todos os principais afluentes do Amazonas conectados com as fronteiras de Colômbia e Peru”. Essa área de calhas, lagos e rios é as estradas no Amazonas, por essas vias fluviais que navegam,

transportam e comercializam produtos legais e ilegais. Sendo desafiador para quem patrulha, guarnece e defende esse território no norte brasileiro.

Um tema relevante é o quantitativo do EB na Amazônia relacionado a outras regiões. Franchi (2013, p. 194) exemplifica esse quantitativo de 2013, que somente o Estado do RS tinha um quantitativo de 33.123 militares, equivalente ao quantitativo dos Estados da Amazônia legal, 33.311 militares, e ainda complementa que no Amazonas o quantitativo era de 12.422 militares. Em 2020, esse quantitativo passou para 17.000 militares.

Esse quantitativo no Amazonas é distribuído em quartéis fixos nas cidades, os comandos. E nos PEF que são destacamentos de militares que guarnecem por um determinado período e, são substituídos por outros militares de tempos em tempos, as áreas mais sensíveis e vulneráveis transfronteiriças. No gráfico 02, verifica-se o quantitativo militar do m 2013.

Gráfico 02. Efetivo do Exército em 2013 na Amazônia Legal



Fonte: Exército Brasileiro. Dados tabulados: Franchi (2013).

O efetivo da 16ª BDA INF SL em 2013, segundo o Franchi (p. 195), era o quarto maior efetivo com 1.220 militares, enquanto Tabatinga 1.636 e São Gabriel da Cachoeira contavam com um contingente de 1.951 militares.

As atividades subsidiárias desenvolvidas pelo exército (Brigada das Missões) fora de procedimento defensiva, comparáveis a época da colonização, mas com a diferença que atualmente essas atividades subsidiárias são tencionadas a tipicidade regional da região e não na modificação cultural local. Neste sentido, Franchi (2013, p. 196) afirma que a lógica de desenvolvimento subsidiária, pareceu estar em

consonância estreita com a prioridade defensiva estratégicas de fronteira e aos extremos regionais, ambos na calha dos principais rios da bacia amazônica: na foz do rio Amazonas, as Colônias Militares do Oiapoque e de Clevelândia do norte, além das unidades em Belém e Macapá; para o controle dos acessos e da calha do rio, as colônias de Tabatinga e Óbidos e os fortés fronteiriços no Amazonas (Franchi, 2013, p. 196).

Ressalta-se que

[...] o modelo de unidade de fronteira, antes baseado em fortes ou colônias militares, aparece na forma de companhias, pelotões e destacamentos especiais. Este novo formato, inaugurado em 1940, com a 1^a CEF de Clevelândia do Norte, foi adotado pelo Exército até a primeira década do século XXI (Franchi, 2013, p. 196).

Quando se trata de ações militares a Brigada das Missões não atua somente em território terrestre, mas em territórios fluviais é o que se discuti no tópico 2.4.

2.4 16^a BDA INF SL e o caminho das águas

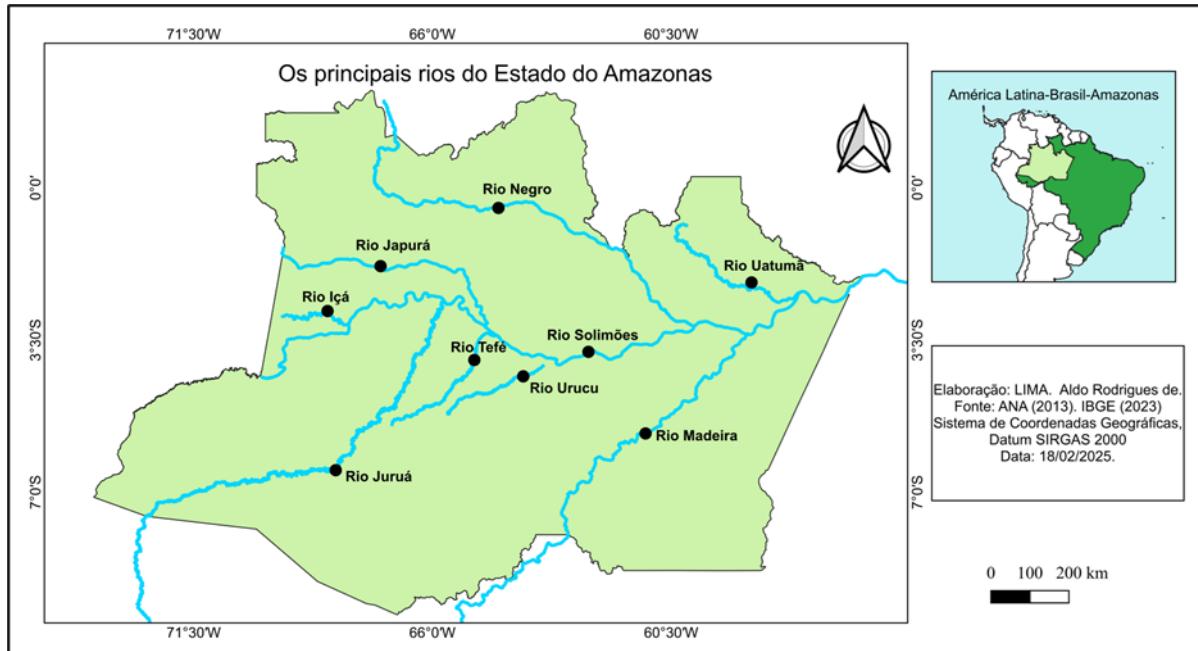
Os rios da Amazônia são elementos essenciais que corroboram com a geopolítica entre os limites transfronteiriços onde ocorrem as delimitações internacionais e nacionais. Em consonância com Nogueira e Neto (2022, p. 57), os rios serviram de caminho para entrada no interior dos continentes para conquista territorial, do mesmo modo, para definição de limites transfronteiriços territoriais (Nogueira, Neto, 2022). O movimento das águas, entrelaçado pelas atividades de que deles se extraem alimentos e utilizam-se para transportes, minimiza a distância de grandes centros como Manaus, capital do Amazonas, que fazem a vida no Amazonas ser diferenciada.

Esses rios são onde exercem ações defensivas, atividades subsidiárias desenvolvidas pelas forças militares brasileiras, como, por exemplo, a Guardiã que não dorme nem sente sono (16^a BDA INF SL). As extensões dos rios são responsáveis por interligar as diversas regiões do Brasil, tornando-se principalmente no Amazonas como principal via de acesso a outros territórios transnacionais. E ainda, Nogueira e Neto (2022), destacam três importantes usos dos rios: a água como recurso, para navegação e fronteira delimitante.

A bacia amazônica é o maior complexo hidrográfico de água doce do planeta. Ela percorre vários territórios. Sobre isso Nogueira e Neto (2022, p. 58-59), dizem que “Embora a bacia amazônica se encontre principalmente em território brasileiro,

inúmeros rios têm suas nascentes fora do país”, destacando os rios “Mamoré, Abunã, Purus, Solimões, Içá, Japurá, Negro”. Esses rios de limites territoriais e geopolíticos são controlados a partir de sua foz ou nascentes por Estados diferentes, gerando pactos ou divergências (Nogueira e Neto, 2022). Na figura 18, estão os principais rios de tráfego humano e produtos no Amazonas.

Figura 18. Os 09 principais rios do Estado do Amazonas



Fonte: ANA (2013). IBGE (2023) Elaboração: O autor (2025).

Os rios do Amazonas são lacunas que fazem proliferar ações decorrentes de atividades legais e ilícitas. A hidrografia possibilita a navegação para o translado de drogas e impossibilita a defesa e a segurança nacional, seja mediante de seus cursos de rios de difícil acesso, seja por dificuldades instrumental, humana, tecnológica e financeira. Conforme o portal G1.com da reportagem ‘Amazônia 2030’, os rios são onde circulam e transportam volumosos produtos do tráfico de drogas, crescendo, com isso, a violência nas comunidades ribeirinhas que fazem parte da rota chamada de ‘Rios de Cocaína’ ou rota Solimões, pois o rio não é vívido, mas concebido por ações externas. O G1.com (2025) afirma que as organizações criminosas distribuem as drogas através das rotas fluviais, em que foram identificados pelo projeto ‘Amazônia 2030’ dez rios no Amazonas que ajudam na dinâmica organizacional de distribuição de entorpecentes na Amazônia. Neste sentido, segundo Couto (2018), destaca que Manaus e Belém como metrópoles da Amazônia são perfeitos para

atuação das OrCrim, por fatores geográficos e atividades que empregam mão de obra acessíveis, baratas e descartáveis.

Diante disso, Eirunepé é banhado pelo Rio Juruá (rota do crime organizado), a consequência do tráfico de drogas para esse município fez aumentar a taxa de homicídios entre os anos de 1996-2004 de 3,7 de um grupo de 100 mil habitantes para uma taxa demográfica de 34 homicídios entre 2005-2020 (G1.com, 2025).

Consoante com o projeto ‘Amazônia 2030’ os dez rios usados na rota da droga são: Rio Amazonas, Rio Japurá, Rio Javari, Rio Envira, Rio Madeira, Rio Negro, Rio Purus, Rio Tarauacá, rio Uaupés e Rio Xiê. Na imagem 19, em destaque, o rio Amazonas.

Figura 19. Rio Amazonas (Peru - Brasil)



Fonte: ANA (2013). IBGE (2024). Elaboração: o autor (2025).

A extensão fluvial da bacia Amazônica corresponde aos territórios brasileiro, colombiano, venezuelano, equatoriano, boliviano, guianense, surinamês, franco-guianense em um total de nove países. O Rio Amazonas tem sua nascente no Peru, nos Andes, sua extensão percorre o território da Colômbia e Brasil, desaguando no Oceano Atlântico. Esse rio é um grande delta no território paraense e amapaense.

Os rios da Amazônia são pujantes e requerem atenção, estratégias, quantitativo humano, material bélico, modais, suporte em tecnologia para obtenção substancial no emprego das atividades subsidiárias, de defesa e ao combate aos

crimes transfronteiriços. Na figura 20 ao 30, cartas-mapas dos dez rios e as rotas do Crime Organizado Transfronteiriço (COT).

Figura 20. Os dez rios da rota do tráfico de drogas no Território Amazonense



Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

Em muitos desses territórios, as dificuldades de locomoção e assistência básicas e subsidiárias são precárias ou inexistentes. A ausência, não literal, do Estatal é pormenorizada pelas Forças Militares brasileiras, como a 16^a BDA INF SL, cumprindo sua missão defensiva e soberania, garantindo a civilidade e a brasiliade, inibindo ações variantes como tráfico, explorações ilegais e contribuindo com a geopolítica em consonância com a CF/88, favorecendo a população que se localiza distante da capital Manaus, no Amazonas.

Nas imagens 21 a 30, é notória a dinâmica dos rios e seus braços que facilitam a entrada e saída de produtos ilícitos no Amazonas.

Em destaque os principais rios e suas dinâmicas de integração que interligam e contribuem para a facilidade do tráfico de drogas.

Figura 21. Rio Uaupés

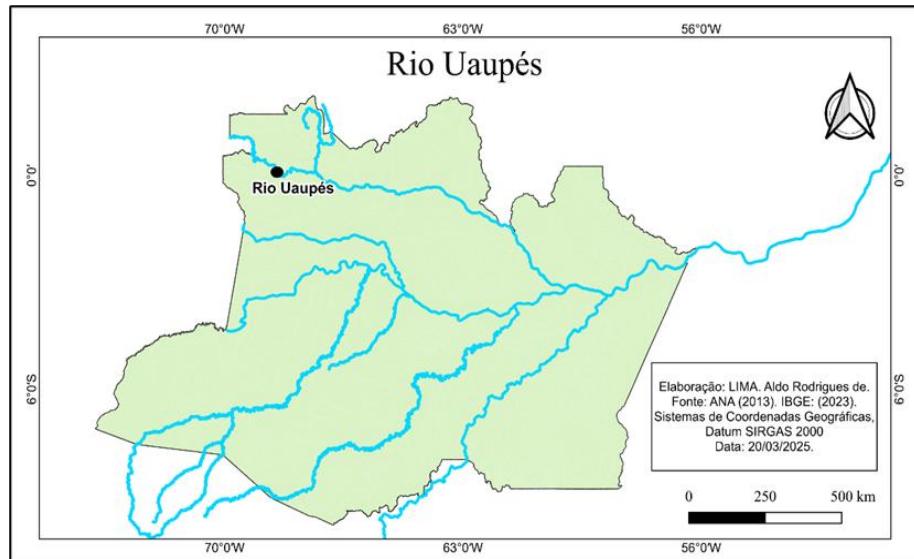
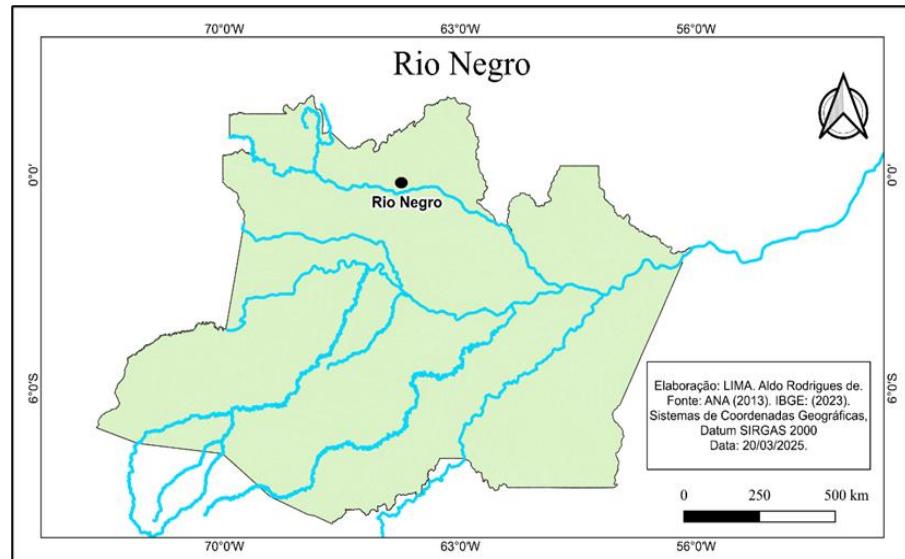


Figura 22. Rio negro



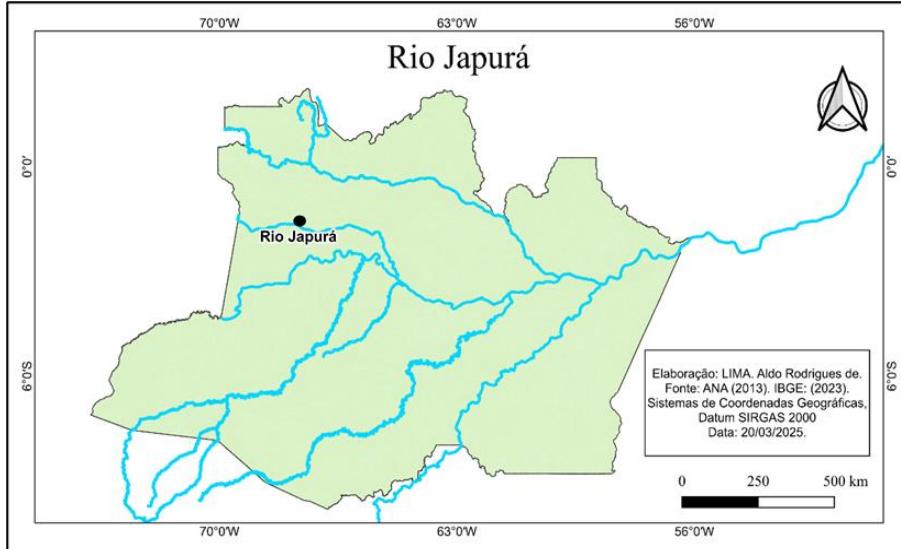
Fonte: ANA (2013); IBGE (2023) **Elaboração:** O autor (2025).

Rio Uaupés: Colômbia 1050 km São Gabriel da Cacheira. afluentes do Rio Negro.

Fonte: ANA (2013); IBGE (2023) **Elaboração:** O autor (2025).

Rio Negro: Nascente: Colômbia ‘Guainia’. Afluentes: rio Branco e Uaupés.

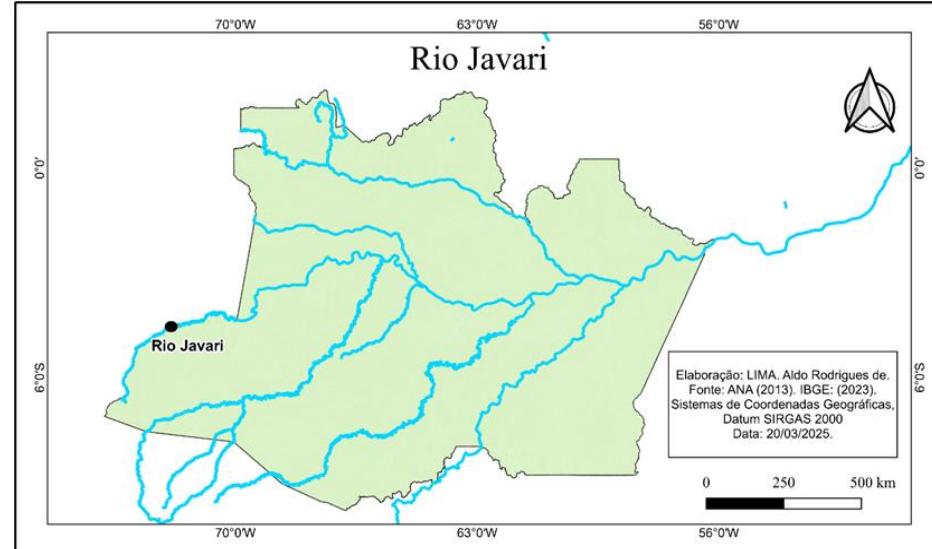
Figura 23. Rio Japurá



Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

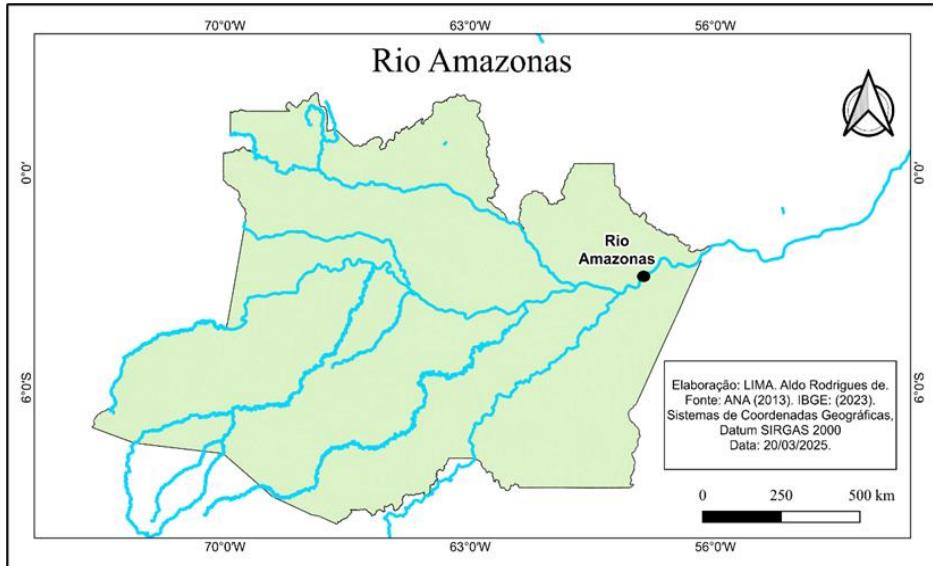
Rio Japurá, extensão: 2.820 km. Nascente: Sul da Colômbia (rio Caquetá). Dos 1367 quilômetros que estão no território colombiano, no território brasileiro, esse rio possui uma extensão de 733 quilômetros, sendo que o Apaporis é o rio que delimita a fronteira fluvial entre o Brasil e a Colômbia. No Brasil, é formado por um delta com os rios: Puruí, Juami, Mapari, Panapua, Auati Paraná e Mirim Pirajuana (Wikipédia, 2025).

Figura 24. Rio Javari



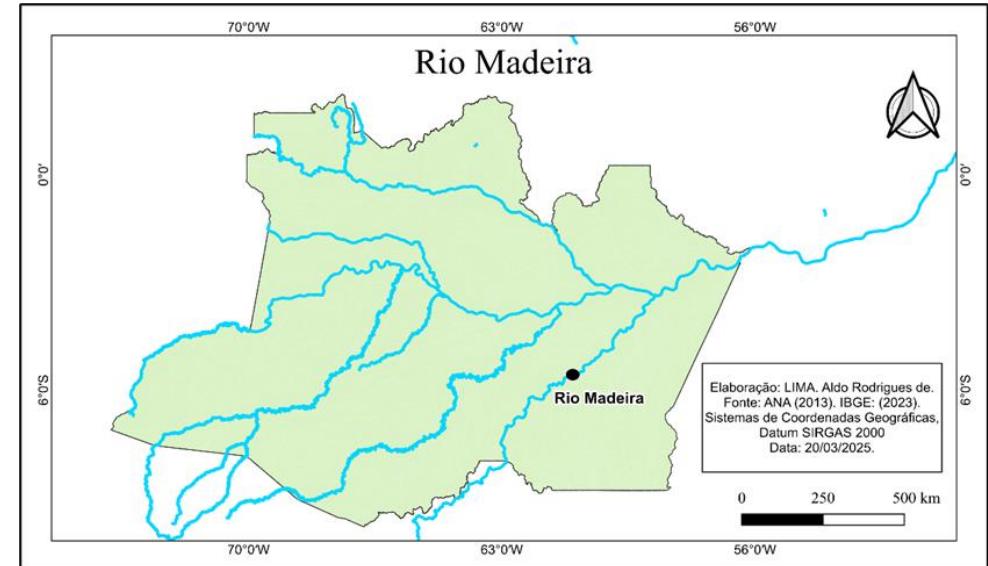
Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

Rio Javari: Nascente: Peru. Extensão de 1.180 km. Brasil/Peru. Delimitações: Atalaia do Norte/ Benjamin Constant–AM. Foz: 03 braços com duas ilhas Islândia/Petrópolis.

Figura 25. Rio Amazonas

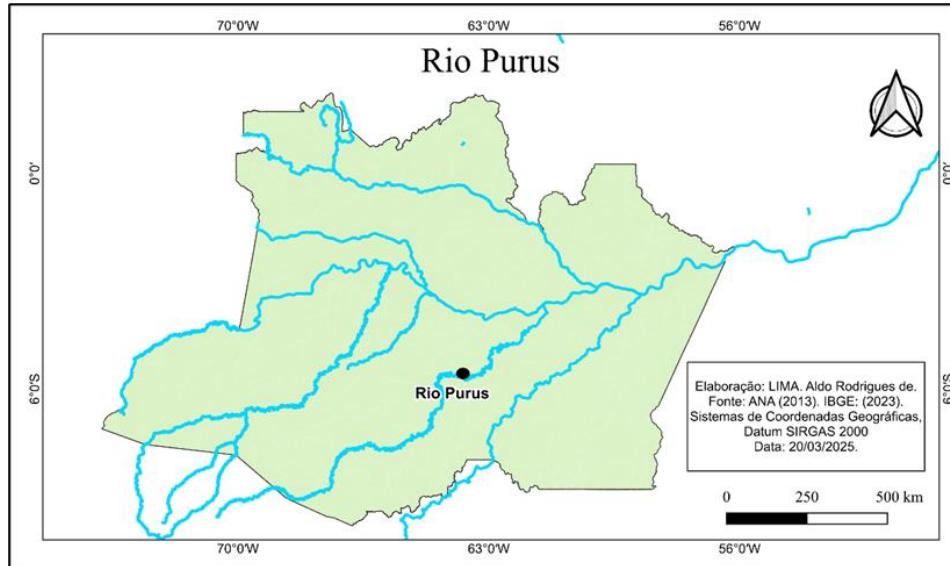
Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

Rio Amazonas: km 6.992,06. Nascente: Peru. No Brasil, nomeado de Solimões).

Figura 26. Rio Madeira

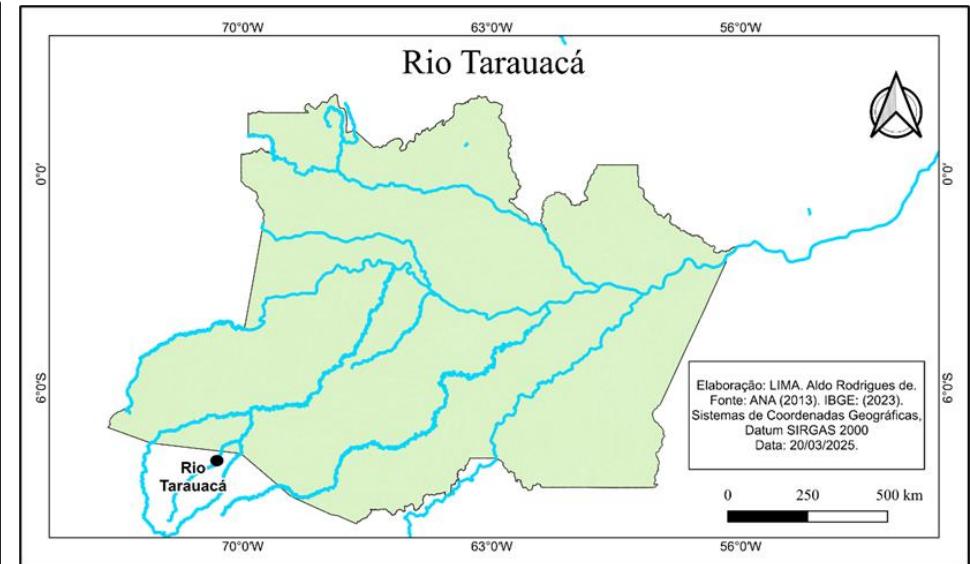
Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

Rio Madeira: Nascente: Rio Beni Cordilheira dos Andes-Bolívia. Divisa: Brasil/Bolívia. Extensão: 3315 km.

Figura 27. Rio Purus

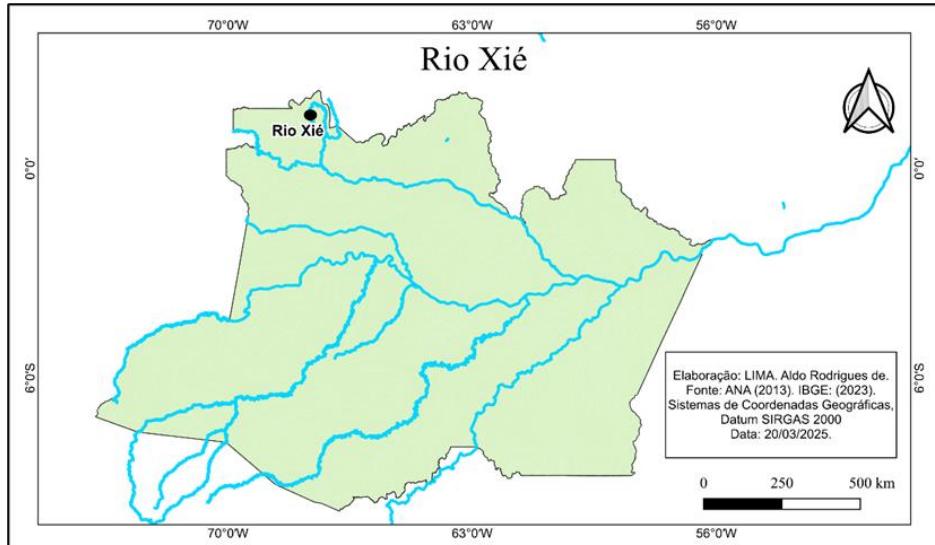
Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

Rio Purus: Peru/Brasil. Estado Acre/Amazonas. Comprimento 3379.

Figura 28. Rio Tarauacá

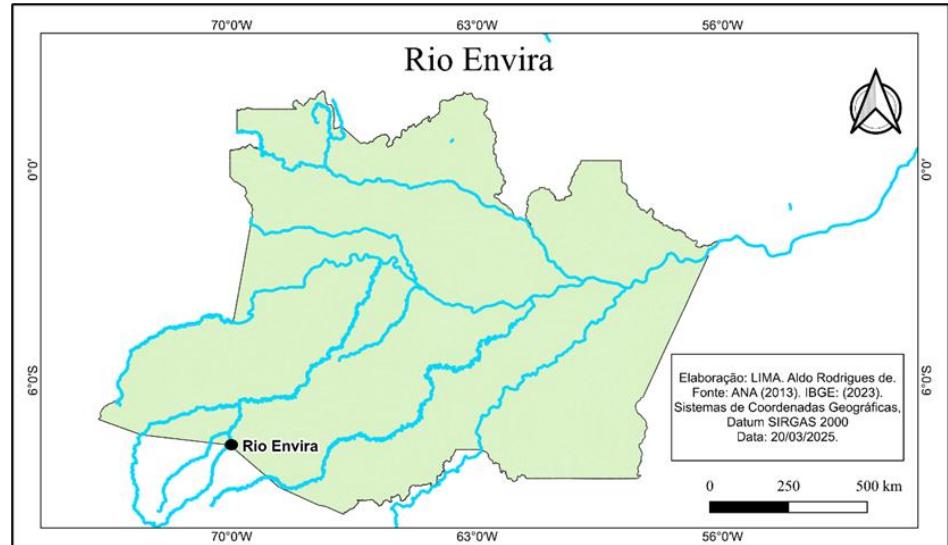
Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: o autor (2025).

Rio Tarauacá: Amazonas e Acre, principal afluente do Rio Juruá. Extensão: 715 km.

Figura 29. Rio Xié

Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

Rio Xié: rio importante que percorre regiões de proteção ambiental e cultural onde habitam os povos Baré e Werekena na terra Indígena Alto Rio Negro, esse rio está nas margens do Rio Negro ao noroeste do Amazonas, na cidade de São Gabriel da Cachoeira no limite com a Colômbia e Venezuela.

Figura 30. Rio Envira

Fonte: ANA (2013); IBGE (2023). Elaboração: O autor (2025).

Rio Envira é um rio que banha dois territórios (Brasil/Peru) sua nascente está em Contamana no Peru, com 512. km de extensão.

Essa dinâmica interativa pelas hidroviárias viabilizadas pelos grandes Deltas que possibilitam a mobilidade para tráfego humano e produtos são também meios que estabelecem contato com a defesa proposta pelas forças que guarnecem e defendem a soberania nas mais longínquas e perigosas fronteiras brasileiras, como a 16^a BDA INF SL do EB.

2.5 O papel da 16ª BDA INF SL e as estratégias defensivas na faixa de fronteira Amazônica

As delimitações de um Estado-nação ocorrem em uma fronteira, seja marítima, aérea ou em terra. As fronteiras são geralmente fragilizadas por inúmeras questões, sejam pela falta da presença estatal, pela sua geografia, pelas práticas de uso dos meios ilícitos e ilegais que diversificam essa fração territorial que simboliza a identidade nacional.

Quando se refere às fronteiras amazônicas e às estratégias desenvolvidas pelas FA brasileiras, percebe-se que são em territórios sensíveis onde as ações dissuasórias emergem como ponto fundamental na defesa da soberania. Essas fronteiras, como as da Amazônia, são entradas multiuso e passam a ter acesso ao território e às demais cidades no Brasil. No entanto, o Amazonas é interligado com outros Estados do Brasil por terra pelas BR-174 (Manaus–Roraima), BR-317 (Amazonas–Acre) essas estradas são de importância regional e a BR-319 (Manaus–Porto velho), é a ligação direta do Amazonas com o restante do país e a BR- 230 a Transamazônica, que faz essa conexão com sete Estados brasileiros, começando na Paraíba, passando por Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e o Amazonas. Mas quando se refere ao território de Tefé no Amazonas, o tráfego é somente por meio aéreo e hidroviário, sendo que o mais viável em custo e benefício é o hidroviário, por meio de embarcações como o “ferryboat”, transporte de cargas, mercadorias e passageiros para o Alto e Médio Solimões chegando até a capital Manaus no Amazonas.

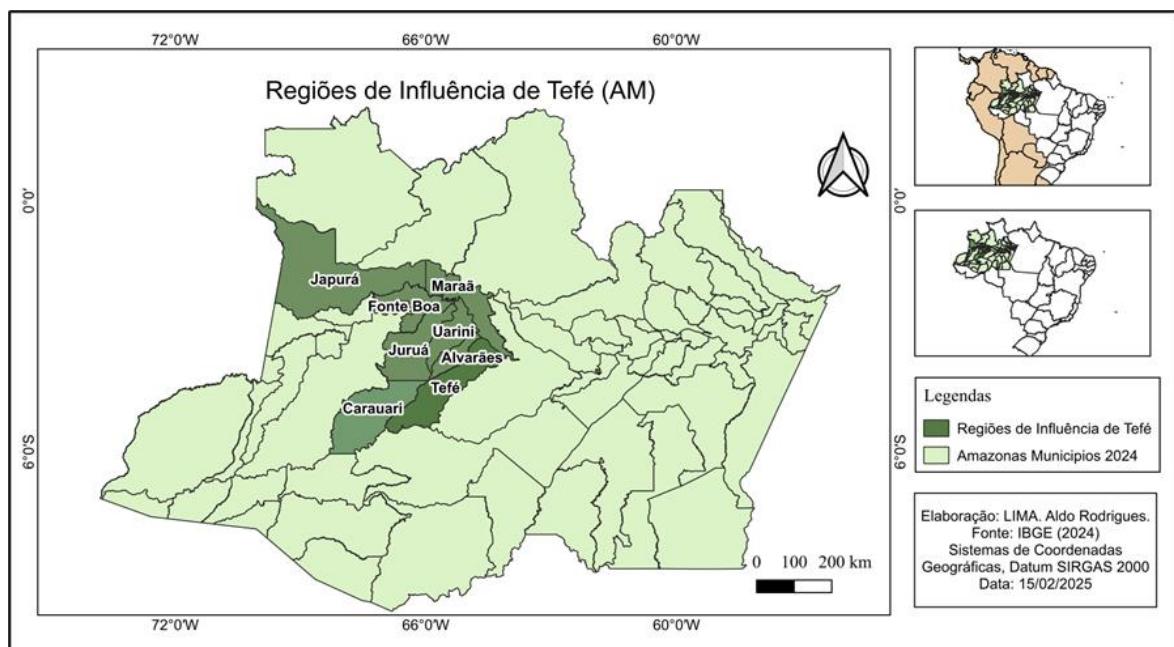
O EB na fronteira brasileira tem a incumbência de manter a autonomia nacional, combatendo os transfronteiriços ilícitos, crimes ambientais, patrulhamento terrestre-fluvial e a prática do civismo, além de ação cooperativa com forças internacionais.

Essa responsabilidade é executada pela Guardiã do Solimões (16ª BDA INF SL), quartel alocado na cidade de Tefé, no Amazonas. Ressaltando que essa cidade é reconhecida como Cidade Intermediária (capital do Médio Solimões), esse reconhecimento foi realizado pelo Programa do Governo Federal gerido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), visando a redução das disparidades inter-regionais e atenuando as pressões sobre as grandes capitais.

Foram catalogadas 26 cidades no Brasil como cidades intermediadoras para o desenvolvimento regional. Essas cidades foram escolhidas a partir de dados

fornecidos pelo IBGE referentes às cidades influentes para os municípios próximos às regiões de influência. Segundo a classificação do IBGE advinda da pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), essas cidades receberam o nome de ‘município-vetores’. As Cidades Intermediárias podem promover o desenvolvimento sub-regional, como trabalho-renda, bens e serviços, infraestrutura urbana e econômica articulada por meios federais e da União (Brasil, 2024). O Município de Tefé, em sua Região de Influências (RI), é composto pelos municípios de Alvarães, Carauari, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Maraã, Tefé e Uarini. Totalizando oito municípios de sua Região de Influência. Na figura 31, RI de Tefé em 2025.

Figura 31. As 8 regiões de influência de Tefé



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: O autor (2025).

2.5.1 O Exército e o poder de polícia na fronteira

Nas quatro fronteiras do Brasil com o Peru, Colômbia e Venezuela (BPCV) é onde ocorrem as ações tanto de defesa quanto de segurança. O EB atua na defesa da soberania da nação, como organização responsável pela defensiva do território terrestre e fluvial, principalmente em áreas de fronteira. Para a consideração de fronteira terrestre (FRNT TER), a CF (1988) diz que essa delimitação fronteiriça é definida a partir de 150 metros de largura, sendo vital para a defesa do território (Constituição Federal, 1988. Art. 20, § 2º). Na figura 32, as quatro fronteiras do Brasil.

Figura 32. Fronteiras do Brasil (Peru–Colômbia–Venezuela)



Fonte: IBGE (2024). **Elaboração:** O autor (2025).

A fronteiras do Amazonas (BPCV) é um território sensível mistificado das ações do narcotráfico transfronteiriço, crimes de piratas dos rios (assaltantes contemporâneos do modal fluvial nos rios), crimes contra os ecossistemas, dos territórios indígenas e de exploração das reservas minerais.

Todas essas ações subsidiárias estão nos limites de atuação do EB, assim como o apoio aos ribeirinhos nos ciclos hidrológicos no Amazonas. Quando o exército atua na fronteira, essa força militar adquire novo status como a jurisdição de polícia na faixa de fronteiriça territorial, disposto na lei n.º 97/1999, alterada pela LC n.º 117/2004 e 136/2010. O EB na área de atuação na fronteira está relacionado à repressão e repressiva contra infrações e delitos na fronteira, que inclui patrulhamento, prisões e revistas em transportes e pessoas, conforme descrito no inciso IV do art. 17-A.

Segundo Ferreira Neto (2009), sobre a jurisdição de polícia, “tem como razão de existência o interesse social, da coletividade, e como objetivo coibir ações que possam afetar esta coletividade ou pôr em risco a segurança nacional” (Jus.com.br, 2009. Ferreira Neto, 2009). E ainda Bandeira de Mello (2008 apud Ferreira Neto 2009) relacionado ao uso da jurisdição de polícia, dizem que é necessário que a

administração aja com cautela, não utilizar meios mais atroz que os necessários para obter o resultado pretendido pela lei, sob penalidade de sanções jurídica (Bandeira de Mello, 2008 apud Ferreira Neto, 2009. Jus.com.br, 2009).

As ações preventivas incluem o preparo da tropa, cooperações com interagências como a PF. As ações repressivas incluem instalações de postos operacionais com bloqueio, além de controlar os fluxos, como nas patrulhas em estradas e nas hidrovias, fiscalização rigorosa de pessoas e em modais, além de deter indivíduos mediante flagrante por atividades ilícitas.

Ressaltando que essas atribuições são decorrentes de Emenda Constitucional em artigos e leis na Constituição Federal, no entanto, ela só foi promulgada a partir da LC n.º 117/2004, do art. 17-A, para que as FA operem com jurisdição policial nas fronteiras Brasileiras. Porém, essa Lei preconiza que as FA, como o exército, atuem com interagências como órgãos de segurança, ministério público, o judiciário, além de órgãos ambientais e da justiça, mas podem atuar exclusivamente.

Essa autonomia de polícia para as FA e para a população é um avanço para coibir, repreender e fortalecer as medidas preventivas e repressivas, contribuindo para uma soberania que resguarda a sociabilidade brasileira em territórios antagônicos.

Em vista disso, a 16^a BDA INFSL tem a jurisprudência de atuar diretamente em ações efetivas na salvaguarda contra o narcotráfico e as organizações criminosas (OrCrim). Como nas rotas do crime, que, segundo UOL.com (2024), destaca que piratas contemporâneos, grupos armados e facções litigam o controle de dédalos de rios no Pará e Amazonas os maiores estados da Amazônia para mercanciar narcóticos e armas, em um trajeto pelo rio Solimões no Amazonas ao Porto de Barcarena no Pará (UOL.com.br, 2024).

Conforme o documento normativo descrito no item 6 da Execução disposto na PORTARIA n.º 061 de 16 de fevereiro de 2005, que trata dos tipos de crimes transfronteiriços e ambientais referente à prevenção e repressão de tráfico pelas forças terrestres, em que se destacam dos ilícitos na fronteira: o adentramento-saída na ilegalidade de material bélico, entorpecentes e seus componentes químicos; contrabando art. 334 do Código Penal; e tráfico de plantas e animais sob as Leis 9.605/98 de crimes ambientais, Lei 4.771/65 código florestal e a Lei 5.197/67 do Código de Proteção à Fauna; Vetores que infrinjam a normativa epidemiológica de vigilância. Dos atos delituosos ambientais destacam-se atividades ilegais como a

biopirataria, desmatamento, extrativismo, garimpo e exploração predatória, sob pena da Lei 9.605/98 dos crimes ambientais.

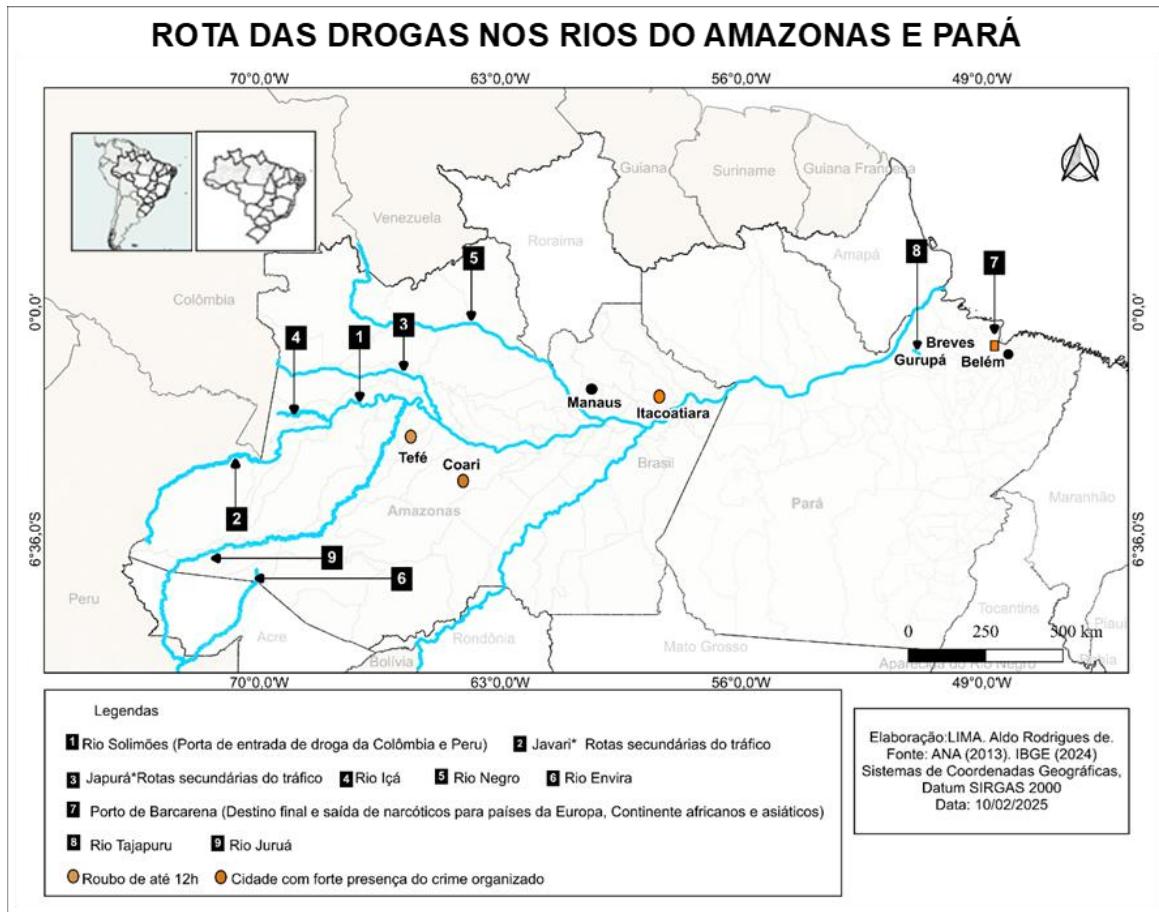
Segundo Jus.com.br (2009 apud Ferreira Neto, 2009. S/P), os delitos ocorrem com assiduidade, mesmo com toda a estrutura montada e operante nessa área fronteiriça (Jus.com.br, 2009 apud Ferreira Neto, 2009). Com isso, destacam-se: a Tríplice Fronteira: BRA–PER–BOL, uma das rotas fundamentais para a distribuição de narcóticos e o contrabando de armas utilizadas pelas OCT (Jus.com.br, 2009 apud Ferreira Neto, 2009) e de desvio, sem contar com menções de existência de grupos associados ao terrorismo internacional, e a possibilidade de transbordamento das ações da Força Armada Revolucionária da Colômbia (FARC) para o território do Brasil (Ceará, 2009). Destacam-se, ainda, os crimes ambientais, praticados por meio do garimpo e da extração de madeira ilegais, dentre inúmeros outros.

Segundo Amazonas Atual (2023), as facções criminosas como o PCC utilizam os 1.700 km de extensão do Rio Solimões para transportar mercadorias ilícitas, como armas e drogas. Segundo o Igor Starling, do MP do Amazonas (apud UOL.com, 2024), dizem que as facções buscam rotas alternativas por meio de ramificações de igarapés e igapós em tempos de cheia dos rios, o que facilita a fuga de grupos criminosos como as facções que operam nos rios da Amazônia.

Roberto Magno (apud UOL.com, 2024) afirmam que o cais de Barcarena é alvo do tráfico de drogas porque diminui em 50% a distância para os países Europeus. Segundo a UOL.com (2024), nos pacotes de drogas estão as cores do símbolo nacional colombiano. E o território com índices elevados de roubos de embarcações é a região de Breves, no Pará, sendo uma rota do tráfico. Que conta nos últimos quatro anos com fiscalizações integradas 24 horas por policiais civis e militares e o apoio do corpo de bombeiros.

Essas rotas utilizadas pelas organizações criminosas conferem-se na figura 33, localização das principais hidrovias utilizadas pelo crime organizado.

Figura 33. Hidrovias utilizadas pelo crime organizado (AM–PA)



Fonte: imguol.com.br/c/noticias (2023). Reelaboração: o autor (2025).

E ainda conforme a UOL.com, 2024, o deslocamento por hidrovias entre a capital Belém e Manaus é destacada pela PC como tática para o tráfico de entorpecentes. Em certas situações, as drogas são escondidas em carregamentos de pescados, açaí, equipamentos eletroeletrônicos para burlar as fiscalizações (UOL.com.br, 2024).

Outro rio importante para as facções criminosas, segundo o artigo da UOL.com. 2024, é o “rio Juruá (uol.com.br, 2024), é um dos mais sinuosos do Amazonas, o que permite mais autonomia aos criminosos” (uol.com.br, 2024). Muitas vezes, “os grupos enterram as drogas sob as águas e as armazenam [...] em sacos de drogas para dentro da floresta para dificultar a apreensão” (uol.com.br, 2024).

A disputa entre facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) ocorre nos rios da Amazônia pela “autonomia” territorial no Pará, assim como no Amazonas, em cidades como Coari, Tefé e Itacoatiara (UOL.com, 2024).

Um fato importante destacado pela reportagem da UOL.com (2024) é que: a disputa pelas rotas do tráfico no PA e AM acentuou-se após o falecimento do narcotraficante Jorge Rafaat, executado em uma ação premeditada em 2016 no PRY⁵. Na sequência, as OrCrim no Brasil passaram a envolver-se sistema do tráfico transnacionais (uol.com.br, 2024). Neste contexto, Couto (2020), argumenta que a relação de países transfronteiriços com o Brasil estabelece relações entre o crime organizado para o transporte e a mercancia de produtos ilícitos, em que o autor destaca a cocaína.

Logo, segundo a uol.com.br, 2024, as OrCrim enveredaram para a exploração de madeira e garimpo ilegal, ampliando sua ação na região (uol.com.br, 2024).

A presença do exército na fronteira exprime a necessidade persuasiva para garantir a segurança defensiva nos territórios, como nas quatro fronteiras brasileira (BPCV), exortando a temperança da 16^a BDA INF SL como ação dissuasória com o poder de polícia em territórios transfronteiriços, garantindo a defesa e segurança, perpassando para o interior dos Estados brasileiros.

2.5.2 Estratégias defensivas e segurança na fronteira: a 16^a BDA INF SL e os sistemas estratégicos para defesa na Amazônia. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON) e o Programa de Proteção Integrada de Fronteira (PPIF)

As estratégias defensivas para a Amazônia advêm de documentos normativos e leis que formalizam a ação, planejamento, autonomia e diversificam e ajudam a compor o escopo efetivo contra atividades ilícitas no território brasileiro e especificamente na Amazônia Legal como ocorre nos nove Estados federativos (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RR, RO, TO) da Amazônia legal como território prioritário.

Na figura 34, o mapa da Amazônia Legal, 2023.

⁵ PRY é o termo usado pela ONU que se refere ao Paraguai.

Figura 34. Os 9 Estados da Amazônia brasileira



Fonte: IBGE (2024). **Elaboração:** O autor (2025).

O EB utiliza o respaldo das leis como estratégias para efetuar as ações e missões mediante documentos normativos como a PND e a END, além de programas como o SISFRON e o PPIF, entre outros, estando diretamente ligados à defesa na fronteira.

Essas normas e programas facilitam as atividades militares de defesa na fronteira, como, por exemplo, o SISFRON. Esse sistema estratégico fortalece e potencializa a marcante presença do EB como representante do poder estatal na faixa fronteiriça. Visando o monitoramento nas fronteiras terrestres, utilizando tecnologias por meio de radares e sensores que coletam informações meteorológicas por meio de suas estações. Esse projeto se baseia em um tripé para a eficácia estratégica: projetos-obras, infraestrutura e atuação (apoio logístico). Conforme De Oliveira e Farias (2023), o SISFRON é um sistema estratégico do EB, que tem objetivos de incrementar a representação do Estado nos limites territorial auxiliando no combate aos ilícitos transnacionais.

Na figura 35, o sistema operacional do SISFRON.

Figura 35. Monitoramento do SISFRON



Fonte: www.revistaoperacional.com.br/wp-content/uploads/2014/07/sisfron.jpg
Adaptação: O autor (2025).

Na figura 36, tripé de base estratégica do SISFRON.

Figura 36. Projetos, infraestrutura e atuação do SISFRON



Fonte: www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fdefesabrasil.com%2Fforum%2Fviewtopic.php%3Ft%3D16472%26start%3D255&pssig=AOvVaw3IPqyaqxM3gU7Lx1KmnTV&ust=1751120167402000&source=images&c=d=vfe&opi=89978449&ved=0CBQQjRxqFwoTCOjbyd_YkY4DFQAAAAAdAAAAABAg

O SISFRON, em 2020, disponibilizou recursos que possibilitaram a compra de produtos bélicos, de modais e defesa, potencializando a capacidade operacional e defensiva da 16ª Base Logística (BALOG), organização subordinada à 16ª BDA INF SL e também beneficiada diretamente pelo programa do SISFRON. Conforme a Defesanet (2020), dentre as conquistas adquiridas estão: um dique flutuante, “ferry boat”, dois motores de propulsão, uma balsa com capacidade para 800 toneladas, um

empurrador, uma lancha com capacidade para vinte passageiros ou militares, uma balsa (contratada) com capacidade de 300 toneladas para a logística do 8º Batalhão de Infantaria de Selva (CFSOL/8º BIS), também subordinada à 16ª BDA INF SL, além de melhorias em alojamentos para os militares e no porto da 16ª BALOG, e ainda, modernizou as oficinas de embarcações no 8º BIS.

Segundo Brasil (2025), a área fronteiriça é o caminho que unifica o mundo e possibilita aos países a oportunidades de desenvolver e prosperar, no entanto, é a rota por onde circulam os ilícitos transnacionais, possibilitando a entrada de ameaças diversas e a subtração de riquezas do povo brasileiro, que por consequência, geram impactos diretos (Brasil, 2025) à segurança pública, à economia, à saúde, à soberania e ao progresso brasileiro.

Essa complexidade que ocorre nos limites transfronteiriças ilícitos criou-se em 2016 o Programa de Proteção Integrada de Fronteira (PPIF) sob o decreto federal n.º 8.903 para o fortalecimento, prevenção, coibição e à fiscalização dos delitos que decorrem a partir da fronteira internacional (Brasil, 2025). Esse programa compartilha informações, incentivando implementações e estruturação de projetos, coopera com os países da fronteira e aperfeiçoa as políticas e ações efetivas nacionais que garantem a presença estatal na fronteira, sob coordenação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) (Brasil, 2025). Na figura 37, ação do PPIF.

Figura 37. PPIF: ação militar na fronteira (local não informado)



Fonte: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico/apoio/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras/-1/@@images/26c0c122-5811-4ead-b189-9e61ef0ca8bb.jpeg>

Além de cooperar, integrar, aprimorar e buscar articulação entre os poderes executivos e forças militares federais, estaduais e organizações militares de defesa do Brasil e internacionais. O PPIF tem a missão estratégica de combater as atividades ilícitas das organizações criminosas transfronteiriças nos segmentos do narcotráfico, tráfico ambiental, de pessoas, armas e garimpo em parcerias com os municípios brasileiros e países vizinhos; buscando amenizar e contribuir para melhoria e desenvolvimento humanitário contra eventos e ações decorrentes do tráfico de drogas, sob o comando das organizações criminosas que adentram no território nacional pelas fronteiras brasileiras.

Na figura 38, a organização e os órgãos que contribuem para o desenvolvimento do PPIF.

Figura 38. Órgãos federais articulados com o PPIF



Fonte:[@@images/2779f427-27e5-4a77-8324-568e4d2c5d17.png](https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-de-fronteiras/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1/PPIF.png)

Na figura 39, os 23 Estados transfronteiriços apoiados pelo PPIF para a defesa e segurança do Brasil.

Figura 39. Estados brasileiros inseridos no Programa do PPIF



Fonte:[@@images/54e6fef7-0c63-42e1-9d76-d26854435c12.png](https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-de-fronteiras/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-prif-1/PPIF_Mapa.png)

O PPIF busca a sinergia dos estados e municípios para compor em seu escopo estratégico a eficácia corroborativa entre os órgãos militares e segmentos civis para que, entrelaçados da união, força, inteligência e estratégias, consiga restringir o crime cada vez mais organizado e preparado para atuar nas cidades das fronteiras amazônicas/Amazonas através da 16^a BDA INF SL e suas organizações subordinadas, como os PEF atuantes na fronteira do sul do território amazonense e no Médio e Alto Solimões, combatendo essas ações ilícitas que abalam a soberania nacional.

2.6 16^a BDA INF SL e os PEF na proteção, defesa e segurança na fronteira do Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela (BPCV)

Essa Brigada reúne em sua estrutura estratégica organizações militares que operam na dinâmica territorial defensiva/segurativa nas fronteiras brasileiras. Esse grupo de organizações militares é a: 16^a BALOG, 17º BIS, 16º PELCOM e o 34º PE e a CIA DE COMANDO, e em Tabatinga, o CFSOL/8º BIS. Ademais dessas organizações militares, a Brigada possui destacamento em áreas delimitativas na fronteira denominadas de Pelotões Especiais de Fronteiras, conhecidos como PEF.

De acordo com Brasil (2020 *apud* Moraes, 2021, p. 102), afirmam que, os PEF são instrumentos do Estado, geridos pelo EB. Neste caso, no Amazonas, são subordinados à 16ª BDA INF SL, instrumento estratégicos para a efetuação da estratégia da presença, pois contribuem sobremaneira para alcançar os objetivos nacionais de defesa para garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.

Esses PEF atuam diretamente na defensiva territorial, combatendo as ações contra invasões transfronteiriças. Segundo o CMA (2025), em meio aos desafios da Amazônia Ocidental, o CMA está presente nas quatro fronteiras do Brasil no Amazonas, representado pela 16ª BDA INF SL e pelos PEF na Amazônia Ocidental. Como destacado pelo CMA (2025), essa presença é atuante nas quatro fronteiras Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela (BPCV). As ações variam de defesa para segurança, contrapondo-se ao desenvolvimento regional, à segurança das terras dos povos originários e à contínua colaboração, à ajuda mútua aos ribeirinhos e às atividades nocivas ao bioma em Terra Brasilis.

Torres (2020, p. 8) afirma que no território da Amazônia Ocidental agregam-se os Estados do AC, AM, RO e RR. Sua delimitação territorial corresponde aos estados brasileiros e países: a sul, a República da Bolívia; a oeste, as Repúblicas do Peru e da Colômbia; a norte, as Repúblicas Venezuelana e da Guiana; a Leste, com o território paraense e do Mato Grossense. Na figura 40, os soldados do exército em missão de defesa na Amazônia.

Figura 40. Operação na Terra Indígena Vale do Javari



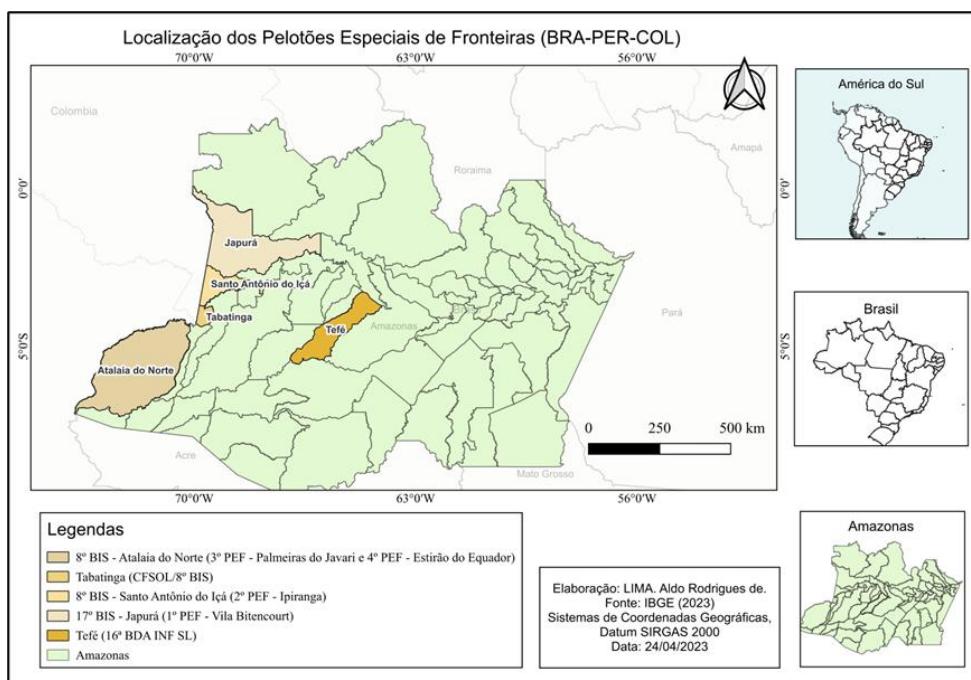
Fonte:https://i0.wp.com/www.ecoamazonia.org.br/wp-content/uploads/2025/05/EB-CMA-Cma_na_fronteira_4.jpeg?resize=973%2C547&ssl=1

Segundo o CMA (2025), “A vulnerabilidade socioeconômica dessas áreas torna a presença do Exército ainda mais essencial para coibir práticas ilegais e fomentar o desenvolvimento regional”. E ainda, “[...] busca fortalecer a cooperação com as Forças Armadas dos países lideiros, realizando operações como a espelhadas para garantir a segurança das fronteiras e proteger a biodiversidade da Amazônia Ocidental” (CMA. EXÉRCITO BRASILEIRO, 2025).

Esses destacamentos de PEF vivem “isolados” por estarem em locais remotos e de difícil acesso, porém estratégicos para a defesa do Brasil, como nas quatro fronteiras (BPCV) e tríplice fronteira (BPC). Esses grupos de militares são especialistas em combate e treinados para atuar em diversas situações nessas áreas de conflitos internos e externos. Ressalta-se que há diversidades inerentes à região Amazônica enfrentadas pelos militares, como destaca Torres (2020, p. 09). O calor e a umidade elevada afetam o bem-estar do ser humano e contribuem para um habitat ideal para a proliferação de insetos causadores de doenças endêmicas, como: a febre amarela, a malária, a leishmaniose, entre outras (Esteves, 2024).

Para Moraes (2021), existem três pilares que sustentam a missão dos PEF: ‘combate, vida e trabalho’. Esses PEF estão geograficamente posicionados em pontos estrategicamente onde é possível adentrar no território brasileiro (Moraes, 2021). Na figura 41, a localização dos PEF no Amazonas.

Figura 41. Localização dos PEF nas fronteiras do Brasil (Peru e Colômbia)



Fonte: IBGE (2023)

Elaboração: O autor (2023).

A área destacada com pontos amarelos é a área de atuação dos PEF e suas organizações de comando, em que se destaca o CFSOL/8.^º BIS (Tabatinga), sob seu comando estão o 1.^º PEF Palmeira do Javari (Atalaia do Norte), 2.^º PEF Ipiranga (Santo Antônio do Içá), 4.^º PEF em Estirão do Equador (Atalaia do Norte) e o 17.^º BIS (Tefé) sob seu comando está o 3.^º PEF Vila de Bittencourt (Japurá), todos subordinados à 16.^a BDA INF SL.

Segundo Moraes (2021, p. 103), destaca-se que o alocamento dos PEF em vilas ou municípios permite que a comunidade local tenha sinergia com seus integrantes, exercendo certa influência nessas localidades, materializando a presença estatal na zona transfronteiriça.

Sobre as operações dos PEF, Moraes (2021) diz que identifica-se as frações operacionais do EB, incluindo os PEF, possuem sua preparação para ações em estado de guerra, como a ofensiva e defensiva, e, também, em ações de não guerra com as ações sinérgicas e coordenadas com as agências.

Torres (2020, p. 15) assevera que os PEF têm como a incumbência primordial e estratégica a sua localização com ‘sensor avançado’ como guardião diurno contra ações impetradas advindas de atividades ilegais. Esses pelotões patrulham os limites terrestres e fluviais e ainda atuam na integração regionalizada de povos amazônicos. Essa sinergia com os povos tradicionais ocasiona conhecimento empírico dos indígenas, além de agregá-los na carreira ou no serviço militar, oportunizando a aquisição de outros conhecimentos e civismo (hasteamento de bandeira, preceitos militares) aos indígenas.

Nesse contexto, a sinergia com interagências de defesa, segurança, vigilância e programas como o SIPAM e SIVAM (Moraes, 2021) colaboram para que a estratégia defensiva seja eficaz, diminuindo a distância e pormenorizando a comunicação diagnóstica entre as organizações militares mediante conexões de transmissões de informações e dados fornecidos pelo SIPAM e SIVAM.

Os PEF têm relevante presença nas fronteiras brasileiras, não apenas pela sua defensiva e segurança, mas como organização militar que, além de desenvolver sua missão proposta pela PND, é orientada pela END e amparada pela CF, no que tange ao que advém para além-fronteira; internamente, desenvolve ações que amenizam os problemas que essa fração do território impõe aos nacionais que nela se localizam. Exemplificando, os mais diversos atendimentos médicos feitos pelos militares que estão agregados ao efetivo humano nos PEF.

2.7 Das ações operacionais a colaboração da Brigada das Missões nas ações subsidiárias na proteção ambiental e social

A defesa segurativa no território brasileiro, desenvolvida pela 16ª BDA INF SL na Amazônia, sobretudo no sul do Estado do Amazonas e no território do Alto e Médio Solimões, desenvolve operações que buscam coibir a presença de fatores ilícitos transfronteiriços. Algumas operações se desenvolvem em caráter excepcional, como apreensão de produtos de origem alucinógena, na garimpagem ilegal, no desmatamento, no tráfico humano e produtos da biodiversidade da Amazônia-Amazonas.

Quando se refere a Amazônia-Amazonas se justifica pelo fato que o Estado Amazonense assim como os outros oito Estados considerados da Amazônia brasileira, seja exequível desmembrar ou referir-se somente ao único Estado, pois o impacto que ocorre no território amazonense, neste caso se referindo ao Amazonas, influência na Amazônia, assim como em todo território pátrio, a priori, pela expansão das facções criminosas quanto ao fator da biodiversidade.

A Brigada efetua ações em diversos segmentos, como ações militares de atos infracionais e subsidiários. Neste sentido, destacam-se, as ações operacionais de caráter puramente militar, na qual essas operações desarticulam e inibem o Crime Organizado Transfronteiriços (COT), sendo este um fator significante na contemporaneidade que está ameaçando a soberania nacional.

Sobre as operações realizadas pela 16ª BDA INF SL destacam-se: Operação Ágata que tem suas ações efetivadas desde 2011, sendo agregada ao PPIF (Agência Gov.com.br. 2025). Segundo Brasil (2024), essa operação em 2024 mobilizou um quantitativo de 1.500 militares para combater o COT com o apoio das forças terrestres, aéreas e navais (Brasil, 2024). Segundo o General de Brigada Carlos Alberto Rodrigues Pimentel (2024 apud Brasil 2024) dizem que, o grande desafio logístico fora os 600 mil km quadrados abrangendo uma totalidade de 15 municípios, e o diferencial foi a estiagem severa dos rios no Amazonas dificultando o percurso de embarcações e militares para o monitoramento.

E ainda em 2024, contou com o apoio logístico de 14 órgãos de segurança num total de 56 agentes de agências como Centro Gestor e Operacional(CGO) (FAB.mil.br, 2024) do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), órgãos do MD, assim como da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Agência Nacional do Petróleo, Gás

Natural e Biocombustíveis (ANP), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal (PRF), IBAMA, FUNAI, Receita Federal, ICMBio, Distrito Sanitário Especial Indígena, Ministério da Agricultura e Pecuária, Polícias Civil e Militar (Brasil et al. 2024).

Na figura 42, Operacionalidade da Operação Ágata em 2024

Figura 42. Operação Ágata 2024



Fonte:https://cma.eb.mil.br/images/Fotos_2024/JUL_24/OP_AGATA_-_16_BDA_2.jpg

Na figura 43, os dados quantificados das ações no primeiro semestre em 2024.

Figura 43. Resultado do 1º semestre das ações da 16ª BDA INF SL 2024



Fonte: https://16bdainfsl.eb.mil.br/images/imagens_menu/MURAIS%20PADRO%2037.jpg

Segundo a Marinha do Brasil Notícia (2025), na Operação Ágata de 2025, no Amazonas foram disponibilizados 1.700 militares das 03 forças defensiva brasileiras: EB, MB e da FAB (Agência da Marinha Notícia, 2025). A Brigada das Missões patrulha uma região de 1.630 quilômetros de fronteira (Peru e Colômbia). Esse patrulhamento ocorreu na operação denominada de “Operação Ágata Amazônia 2025” em sinergia com o Comando Conjunto APOENA⁶ (Defesa em foco, 2025 e Brasil, 2025). A atuação da 16ª BDA INF SL nas fronteiras brasileiras é desenvolvida pelos PEF. Segundo a Defesa em Foco (2025) afirma que os PEF patrulham a BR-307, estrada que conecta o município de Benjamin Constant ao município de Atalaia do Norte, centralizado no território Indígena Vale do Javari, garantindo a presença do Estado na fronteira.

Para a execução das operações militares da Brigada das Missões, são utilizados vários modais, como destaca Defesa em Foco (2025): “[...] embarcações fluviais, viaturas adaptadas, equipamentos de comunicação avançada e tropas treinadas para combate em selva”. Defesa em Foco (2025) ainda afirma que:

o desafio logístico é constante, mas o grau de prontidão operacional permite que os militares estejam prontos para intervir contra ilícitos, apoiar missões subsidiárias sociais e garantir a representação do Estado brasileiro onde ele mais se faz necessário (Defesa em foco 2025).

Nas ações desenvolvidas na Operação Ágata 2025 foram realizadas com interagências, efetivando maior eficácia e sinergia com órgãos civis como a Receita Federal, IBAMA, ICMBIO, FUNAI, EB, MB, FAB e a PF (Defesa em foco 2025). Essa sinergia desarticula as barreiras do COT, assim como ações ligadas ao contrabando biodiverso, garimpagem e o desmatamento que operam na clandestinidade.

Esses patrulhamentos buscam por pontos prioritários e sensíveis, como destacado por Defesa em Foco (2025), posto fluvial, embarcações e patrulhas em áreas de vegetação para fiscalização ambiental. Na figura 44, militares em ação, fiscalizando embarcações.

⁶ APOEMA significa na língua Tupy “Aquele que vê ou enxerga mais longe”

Figura 44. Vigilância atuante da 16ª BDA INF SL



Fonte:[@images/beecb780-51ef-4e4d-a7fd-885ef5a4fa2b.jpeg](http://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais/noticias/PHOTO202505191528371.jpg)

Um território com maior relevância e desafiador decorrente da sua geopolítica territorial, em que a Brigada tem efetivado sua atuação, é no chamado Saliente Noroeste da Amazônia, na tríplice fronteira BPC. Em 2025, a Operação Ágata alcançou uma área territorial de quinhentos e dez metros de quilômetros quadrados (510 mil km²) no ocidente amazônico. Onde houve diversos meios operacionais, como é destacado por Brasil (2025): “Navio-Patrulha Fluvial, Navio de Assistência Hospitalar, lanchas blindadas, aeronaves de asas rotativas, drones, tropas especializadas em selva e aeronaves de reconhecimento e de caça” (Brasil. Ministério de Defesa, 2025). No escopo dos seus objetivos está a garantia da soberania na proteção da Amazônia e dos recursos naturais, e dos povos da floresta (Brasil, 2025). Na figura 45, o emprego de quantitativo humano, modais e tecnológicos na Operação Ágata 2025.

Figura 45. Resumo da Operação Ágata e Apoema 2025



Fonte:www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/photo-2025-05-19-15- 23- 35-3-edit.jpg

As interagências que agregaram a operação Ágata, conduzida pelo Comando Conjunto APOEMA 2025, de acordo com Brasil (2025), destacam-se o CENSIPAM, órgão vinculado ao Ministério da Defesa (MD); agentes da PF; ABIN; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP); Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Amazonas, entre outros (Brasil, 2025).

Entre muitas ações operacionais, destaca-se a que teve como foco o garimpo ilegal. Dessa ação, foram contabilizados, conforme Brasil (2025), a inutilização de 06 dragas, 02 rebocadores e 02 balsas de combustível, além de desativar um acampamento que dava suporte aos garimpeiros. Essa ação teve o suporte e apoio da PF, do ICMBio, EB e MB.

Em prejuízos causados às organizações criminosas na Amazônia Ocidental, a Operação Ágata, iniciada em maio e encerrada em junho de 2025, soma um montante de R\$ 225 milhões em material utilizado na exploração de minério e metais preciosos. Segundo (Brasil, 2025), nessa operação contabilizou-se 34 estruturas para garimpagem, 20 embarcações, 184 kg de cocaína, 1.000 kg de drogas do tipo Skank e tirou de circulação treze pessoas envolvidas com a prática ilegal de entorpecentes.

Na figura 46, a balsa utilizada pelos garimpeiros para extração de ouro.

Figura 46. Balsa utilizada para extração de ouro



Fonte:https://www.eb.mil.br/documents/42953/958568/%C3%81GATA_26MAI.jpg/80efde3b-2b24-1ad6-cdae-7ad3a35d6549?t=1748867639387

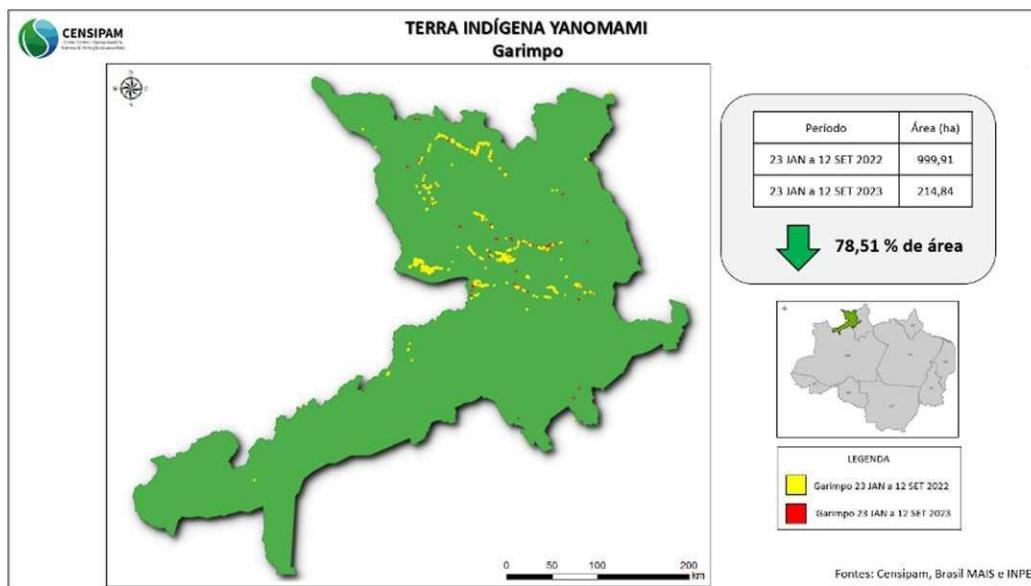
Para operação na Amazônia região Ocidental, no território do Amazonas, precisamente nos territórios de São Gabriel da Cachoeira e Terra Indígena Vale do Javari, foram utilizadas 81 embarcações, 11 aeronaves, 18 viaturas e dois meios satelitais. Segundo Brasil, MD, Comando APOEMA e Agência da Marinha (2025), dizem que: os nossos meios, em conjunto com as agências, se posicionaram bem mais próximo da fronteira e nós conseguimos um resultado efetivo contra a criminalidade (Brasil. Agência da Marinha, 2025). E ainda conforme o Vice-Almirante João Alberto de Araujo Lampert, de acordo com Brasil e Ministério de Defesa (2025), as FA continuarão atuando no patrulhamento e presença na fronteira, para coibir esses crimes e contribuir com a nossa soberania (Brasil. Ministério da Defesa, 2025).

Outra operação deflagrada após a Operação Ágata foi a Operação Espelhada entre os Estados-nação Brasil e Colômbia na área fronteiriça denominada de rio PURUÊ (Brasil, Ministério da Defesa, Defesa do Consumidor, 2025). O objetivo foi a neutralização estrutural de garimpagem no território colombiano (Brasil, 2025). O quantitativo humano do Brasil e Colômbia era de 200 militares, além da colaboração efetiva de interagências como CENSIPAM, PF, ABIN, ICMBio, FUNAI, SESAI, MAPA, ANP, PC-AM e PM-AM.

Ressalta-se que, em 2023, a exploração do garimpo nas terras Yanomami. Segundo CENSIPAM (apud Brasil 2023) em 2022, a extração do garimpo ilegal ocupava uma área de 999 ha. Em 2023, com a intensificação operacional das forças

militares, houve, no terceiro trimestre, a redução de 78,51% de área ocupada pelo garimpo, ou seja, de 999 ha para uma área de 214 ha, sistematizando a eficácia das ações sinérgicas de órgãos e instituições civis e militares. Na figura 47, território indígenas ocupadas pelo garimpo ilegal.

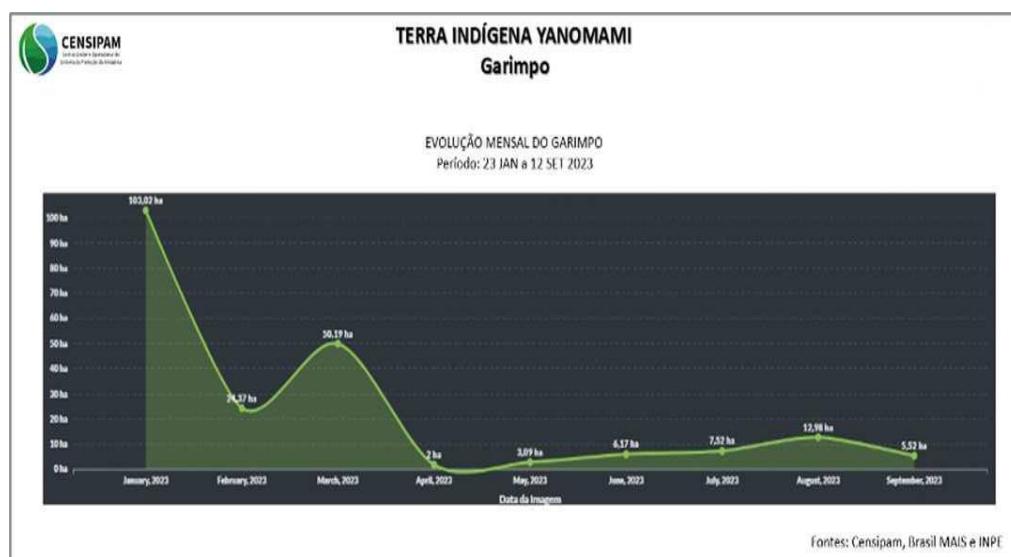
Figura 47. Garimpo na terra indígena Yanomami 2023



Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/download.jfif/@@images/50f4a161-9e0e-4924-9d2e-ff8ef8b27a8d.jpeg>

No gráfico 03, confere-se a evolução do garimpo de janeiro a setembro de 2023.

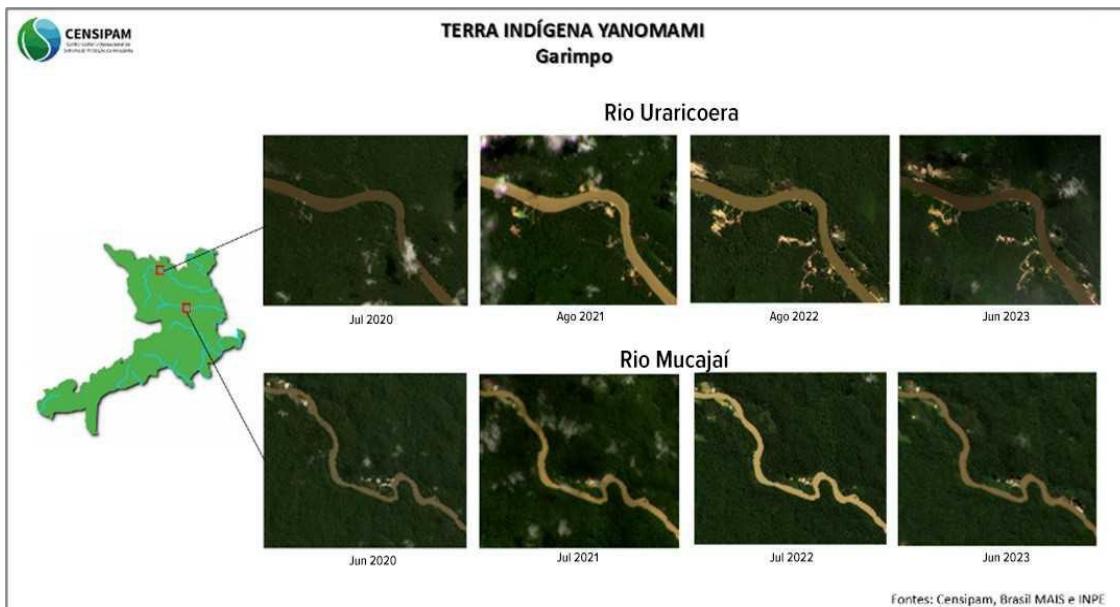
Gráfico 03. Sinuosidade do garimpo na Terra indígena Yanomami em 2023



Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticia/@@images/91f9ed60-7469-4bb1-b040-2722bda78b37.jpeg>

A evidência da presença de garimpeiro é visível em pequenas áreas residuais, mas houve a redução de 80% antes ocupada por áreas pela atividade garimpeira. A consequência da ação para desarticular a exploração do ouro em terras indígenas, como as do Yanomami, nota-se nas cores das águas fluviais dos rios Uraricoera e o rio Mujicajaí como demonstra a figura 48.

Figura 48. Rio Uraricoera e rio Mujicajaí



Fonte:<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/forca-tarefa-do-governo-/@@images/b3dd9eee-eda0-49b6-8974-69436acaa6b1.jpeg>

Essa conjuntura sinérgica promove a garantia significativa e eficaz das operações, compartilhando e agregando valores, conhecimento mútuo, efetivando o compromisso da garantia soberana do Estado Nacional.

A 16^a BDA INF SL, como organização militar presente e atuante na sua área de responsabilidade no limite transfronteiriça da Amazônia Ocidental, conforme Brasil, MD (2025), nos primeiros três meses de 2025, patrulhou 21.239 km de rios em 22 operações com resultados mensurados de R\$ 69,2 milhões a partir de apreensões, multas e lucros, diminuindo o poder operacional do COT atuante na área fronteiriça brasileira. Dentre as apreensões destacam-se 1.252 kg de produtos entorpecentes, além de material bélico como 12 armas e 452 munições.

Na figura 49, o resultado da operação no primeiro trimestre de 2025.

Figura 49. 16^a BDA INF SL resultado no 1º trimestre de 2025



Fonte:https://www.sociedademilitar.com.br/wp-content/uploads/2025/04/16bda_1trim_.jpeg.avif

A Brigada das Missões atuou contra crimes ambientais em 2025, desativando 02 dragas com apoio do ICMBIO e interrompendo as atividades de mais 106 dragas, contribuindo para a preservação de 54 ha de área florestal nativa, evitando que mercúrio fosse despejado nos rios. Durante essas ações subsidiárias, houve apreensões de 2,5 t de atividades predatórias, como pesca e caça da biodiversidade da Amazônia.

Nas figuras 50, 51, 52 e 53 apreensões de pescado em 2025.

Figura 50. Vistoria em embarcações



Fonte: 16 BDA INF SL (2025)

Figura 51. Apreensão de pescado



Fonte: 16 BDA INF SL (2025)

Figura 52. Pescado em barco de pesca

Fonte: 16 BDA INF SL (2025).

Figura 53. Pescado confiscado

Fonte: 16 BDA INF SL (2025).

Outras atividades desenvolvidas são às Ações Cívico-sociais (ACISO) desenvolvidas pela Brigada sendo um pilar estratégico para ajudar as comunidades tradicionais e ribeirinhas no Amazonas que estão em locais que não disponibilizam de ação imediata estatal, ou intermitente, para atendimento médico e até mesmo com apoio logístico e humanitários.

As atividades subsidiárias desenvolvidas pelo exército brasileiro no tocante à Brigada variam do momento e da necessidade do território, de sua responsabilidade defensiva e de segurança exigida dessa OM. No Amazonas, as ações postas pela natureza e pela ação humana exprimem ação intermitente anual. Essa porção espacial, correspondente a 18,3% do território brasileira, tão, imenso que caberia dentro do seu espaço territorial aproximadamente 10 a 15 países.

No quadro 11, a comparação em vezes que países caberiam no espaço territorial do Amazonas.

Quadro 11. Países que caberiam no território do Amazonas

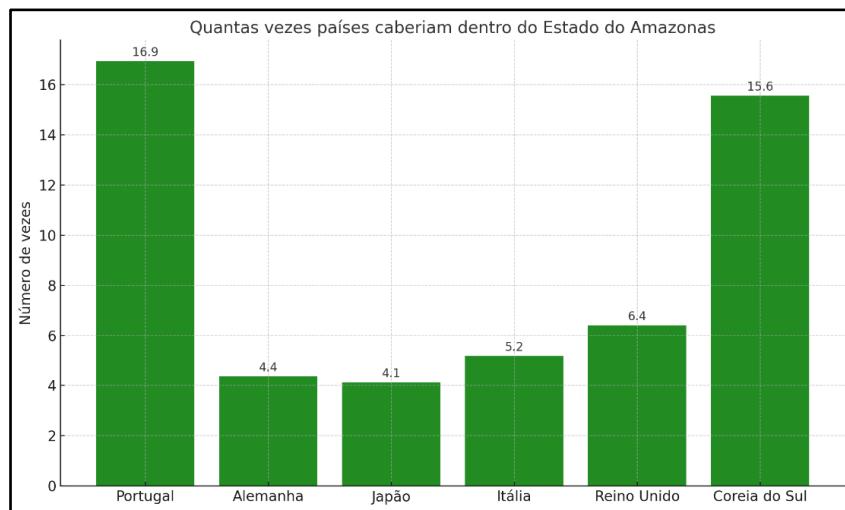
Nº	Países ordem alfabética	Área total por Km ²	Total de vezes
01	Alemanha	357.386	4,4
02	Áustria	83.871	18,6
03	Coreia do Sul	100.210	15,6
04	Cuba	109.884	14,2
05	Equador	256.370	6,1
06	França	643.801	4,0
07	Filipinas	300.000	5,2
08	Grécia	131.957	11,8
09	Inglaterra	130.395	11,9
10	Itália	301.340	5,2
11	Japão	377.975	4,1
12	Portugal	92.090	16,9
13	Reino Unido	243.610	6,4
14	Suíça	41.290	37,7
15	Uruguai	176.215	8,8

Elaboração: o autor (2025).

Esse quadro explica que o Amazonas por si só poderia ser um território continental pela sua grandeza geográfica.

No gráfico 04, confere-se a sinuosa capacidade geográfica referente a 08 países europeus e asiáticos que poderiam alocar-se no território do Amazonas.

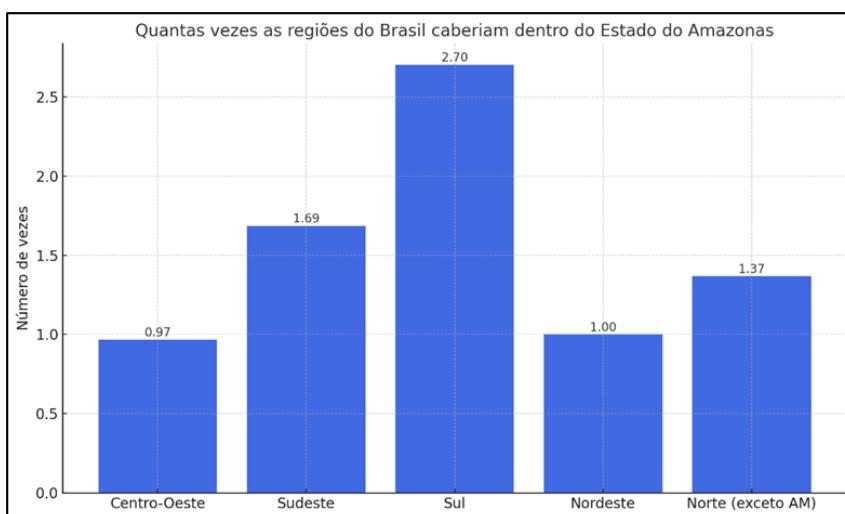
Gráfico 04: Representação gráfica do número de vezes que países como Portugal, Alemanha, Japão, Itália, Reino Unido e Coréia do Sul caberiam dentro do território amazonense.



Elaboração: O autor (2025).

Entre outras regiões brasileiras, ele comportaria o RS inteiro dentro do espaço territorial do Amazonas dentre outras regiões, como exemplifica o Gráfico 05.

Gráfico 05. Regiões do Brasil que caberiam dentro do território do Amazonas



Elaboração: O autor (2025).

Diante dos argumentos dispostos, considera-se que, assim como a grandiosidade desse território, seus problemas também são gigantes. Compreende-se que, como sua grandeza, observam-se também suas grandezas diversificadas em dificuldades que perpassam a defesa e coadunam-se, apropriando-se da assistência humana, em que o poder estatal se estagna no que tange à ação social para os povos tradicionais e ribeirinhos amazonenses.

Neste contexto, a 16^a BDA INF SL é uma forte aliada representante do Estado em locais onde a necessidade humana se faz tão necessária quanto ao combate aos transfronteiriços de atividades ilícitas. Para análise efetiva das atividades subsidiárias, busca-se como base os três últimos anos de ação efetiva da Brigada das Missões (2023, 2024 e 2025), assim como os resultados quantitativos de ações e atendimentos de pessoas beneficiadas.

Em 2023, segundo a 16^a Brigada de Infantaria de Selva e Instagram (2023):

A 16^a BDA INF SL desenvolveu uma Ação Cívico-Social (ACISO) na comunidade Santa Isidoro em sinergia com a Prefeitura Municipal de Tefé, no Estado do Amazonas. Esse ACISO dispôs da participação de médicos e enfermeiros militares, oferecendo atendimento odontológico, vacinação e palestras, além da distribuição de kits odontológicos e medicamentos.

Na figura 54, Comunidade de Santo Isidoro, 55 palestras odontológica; na figura 56, atendimento médico; e na figura 57, distribuição de kits bucais.

Figura 54. Comunidade de Santo Isidoro



Fonte: 16^a BDA INF SL (2023).

Figura 55. Palestra odontológica



Fonte: 16^a BDA INF SL (2023).

Figura 56. Atendimento médico

Fonte: 16^a BDA INF SL (2024).

Figura 57. Distribuição de kits bucais

Fonte: 16^a BDA INF SL (2024).

Na comunidade Santo Isidoro, foram quantificados atendimentos a 700 comunitários da comunidade e comunidades adjacentes. Outras ações foram desenvolvidas na cidade de Tefé, na Escola Municipal Colônia Ventura, disponibilizando serviços como emissão de RG, certidão de nascimento e Carteira de Trabalho. Essa ação foi desenvolvida pelo 17º BIS, organização militar subordinada à Brigada, em parceria com o Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Solimões (DSEI/MRSA). 700 indígenas da comunidade indígena Porto Praia foram assistidos por dentistas e médicos militares, além de tratamentos estéticos como cortes de cabelo.

Na Escola Municipal Helyon de Oliveira, com o quantitativo de 150 alunos, entre as crianças e adolescentes do ensino básico, tiveram a experiência e a sensação de ser soldado por 1 dia. Essa atividade foi desenvolvida pelo 34º Pelotão de Polícia do Exército (34^a PE), subordinado à Brigada, onde foram arrecadados alimentos, vestuários e brinquedos que foram doados a órgãos e entidades do município de Tefé. Desses órgãos, destacam-se a Casa de Recuperação Fazenda da Esperança (Comunidade Indígena do Pavão) e a Associação dos Pais e Amigos dos Expcionais (APAE). Nas figuras 58, dança indígena da comunidade do Pavão, e na figura 59, distribuição de cesta básica

Figura 58. Dança Indígena (Comunidade do Pavão)



Fonte: https://cma.eb.mil.br/images/ACISO_PAVO_2.jpg

Figura 59. Distribuição de cesta básica



Fonte: https://cma.eb.mil.br/images/ACISO_PAVO_1.jpg

Esses eventos foram em decorrência das celebrações dos 30 anos de presença da Brigada na cidade de Tefé. Como resultado do ACISO, somente no ano de 2023 foram quantificados 3.010 atendimentos e procedimentos beneficiando a sociedade tefeense (CMA, 16ª BDA INF SL, 2023).

Em 2024, a Brigada, segundo Defesa em foco (2024) referente aos ACISO, afirma que “Essas iniciativas têm como objetivo proporcionar serviços essenciais de saúde, como atendimentos médicos e odontológicos, beneficiando comunidades indígenas e ribeirinhas que, de outra forma, teriam acesso limitado ou nenhum acesso a esses serviços vitais”. Essas atividades subsidiárias formam uma sinergia entre a sociedade civil e a militar, formalizando a competência do vínculo militar para a

progressiva estabilidade em territórios sensíveis como o território do Amazonas. Na figura 60, resultados dos ACISOS em 2024.

Figura 60. Resultado dos ACISO 2024



Fonte:agroflorestamazonia.com/noticias-recentes/16a-brigada-de-infantaria-de-selva-promoveu-mais-de-9-mil-atendimentos-em-diversas-acoes-civico-sociais/

Segundo os dados apresentados, os ribeirinhos beneficiados pela Ação Cívico Social foram 1.587, indígenas 1.004 e a população urbana 6.248, totalizando, em 2024, 8.839 atendimentos humanizados.

Nos primeiros três meses de 2025, a Brigada prossegue com as ações subsidiárias, com atendimento direto aos povos tradicionais e aos ribeirinhos, sempre presente e atuante. Segundo ecoamazonia e 16^a BDA INF SL (2025), afirmam que foram atendidos mil cento e cinquenta e quatro indígenas, mil trezentos e vinte e seis ribeirinhos e, na zona urbana, mil duzentos e noventa e dois moradores, e ainda foram distribuídas cinco mil e setecentas cestas básicas em decorrência da estiagem severa em 2024.

Para efetivação e eficácia dessas ações, a Brigada recebe apoio e parcerias de órgãos, como destacado pela 16^a BDA INF SL (2025), a Marinha do Brasil (9º DN), ICMBIO, DSEI (Tabatinga-Alto Solimões/Atalaia do Norte-Vale do Javari), Prefeitura de Tefé, UNIP, SENAR e Instituto Amor Maior (Tefé).

Na figura 61, resultado das Ações Cívico Sociais (ACISO) em 2025.

Figura 61. Resultado das ações assistenciais no 1º semestre em 2025



Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/photo-2025-05-19-15-23-35-2-edit.jpg>

Na figura 62, a supostação das ações de jan. a mar de 2025.

Figura 62. Ações realizadas no 1º trimestre de 2025 (16ª BDA INF SL)



Fonte: https://cma.eb.mil.br/images/16_bda_aciso_2.jpeg

Assim sendo, a Guardiã do Solimões que não dorme nem sente sono é uma grande vigilante e defensora em suas missões tanto quanto subsidiárias através dos ACISOS, apoiando, protegendo, servindo e acolhendo os povos tradicionais e ribeirinhos, quanto assegurando a autonomia nacional, perpassando pelo poder dissuasório.

Ressalta-se que, segundo Brasil (2020), todas as ações desenvolvidas pelas forças militares brasileiras são advindas de um documento normativo denominado PND e END, que dizem que as ações das FA do Brasil são destinadas à defensiva territorial brasileiro (Brasil, 2020). No entanto, para ações subsidiárias, no que tange às atividades desenvolvidas pela Brigada das Missões do EB, se pauta na LC 97/1999.

Diante dos fatos dissertados é notório a importância que tange a presença de OM como a 16^a BDA INF SL, não somente no puro atributo da caserna pautadas nas aptidões físicas e estratégias militares destinadas à guerra literalmente, mas em virtude da necessidade humana imposta pela geografia do território da Amazônia, no norte, assim como no Amazonas, na qual foi dissertado sobre as grandezas naturais, mas no conflitante embrenhado pelos rios, igarapés e braços de rios que contextualizado com a vegetação significa, mas também restringe a possibilidades para a justaposição territorial, em que a distância, a falta de vias acessíveis a locais e localidade seja um desafio diário para quem busca proteger, defender e amenizar a vida cabocla num território grandioso como a Amazônia dos brasileiros.

É sabido que os esforços realizados pela 16^a BDA INF SL são exemplarmente realizados com excelência, resguardando todo o preceito disposto pelas normativas, no entanto, precisa-se buscar soluções desmistificando região para região pautadas em documentos normativos direcionados às necessidades próprias de cada território. Neste sentido, a ação do exército é regida pela PND e END, mas não desmitifica regiões. Esse documento normativo rege todo o território nacional, apenas dirigindo a Amazônia como uma área prioritária (Brasil, 2022).

Ressalta-se que esta dissertação de cunho acadêmico não tem nenhum preceito em glorificar ou exaltar as Forças Militares defensivas, pois é de conhecimento que no passado o povo brasileiro viveu um momento nebuloso com a tomada de 1964, foi um período de opressão e quem viveu não quer reviver. Mas dizer que as FA são capazes de atuar em diferentes ocasiões, em que a população necessite de ajuda humanitária, caso contrário para que serviria as FA em tempos de não guerra? Sem o preceito de preparação defensiva.

Consequentemente, o tempo corrigiu erros. Atualmente, o EB emerge em meio aos novos tempos, estreitando laços com universidades e órgãos, buscando simetria e sinergia com a sociedade civil, e no sentimento ainda fluido, aceitando em suas fileiras militares a incorporação de soldado feminina, impensável no século XX.

CAPÍTULO III

3. A 16^a BDA INF SL: A GUARDIÃ QUE NÃO DORME NEM SENTE SONO: BASE DA DEFESA E SEGURANÇA DA AMAZÔNIA

“A supremacia e a soberania da Amazônia são irrefutáveis, inegociáveis” (O autor, 2025).

Neste III capítulo, será abordada a 16^a BDA INF SL (Brigada das Missões) como a Guardiã do Solimões que não dorme nem sente. Disserta-se sobre as suas características operacionais regionais, dos desafios e de que forma a sociedade tefense compreende a sinergia entre essa organização militar de defesa e “segurança” local e o conhecimento da sociedade sobre a PND e a END, documentos que regem as ações de defesa no território brasileiro e de que forma isso contribui para a defesa nacional.

3.1 16^a BDA INF SL e suas características socio-operacionais

Essa Brigada tem em seu escopo fundamental a operação na selva. Seus militares são compostos por homens e mulheres⁷ (até 2025, as mulheres eram integradas por meio de concursos e sua menor patente era Sargento) que desempenham funções e patentes diversificadas, seguidas por hierarquias comuns das Forças Armadas (FA). No entanto, a maioria do efetivo da Brigada é de soldados masculinos, oriundos de municípios de Coari, Alvarães, Maraã e principalmente de Tefé. Segundo Nascimento (S/D), “os cidadãos são chamados à caserna e capacitados para integrar o poder militar na necessidade de um conflito. O serviço militar, então, é responsável pela criação do combatente mobilizável, aquele que está apto a pegar armas e defender o país” (Do Nascimento, S/D).

Além da formação militar recorrente do dia a dia da caserna, sendo referência como um dos meios para efetivar outras forças, como as de segurança, sendo a PM, Polícia Civil (PC) e Guarda Municipal (GM). O Exército oportuniza aos seus comandados profissionalizações em áreas de mecânica automotiva, comunicação (opera rádio e sistema de comunicação), saúde, aprovisionamento e construção civil, proporcionando aos licenciados a garantia de uma profissão. Neste sentido,

⁷ Sob o Decreto nº 12.154, de 27 de agosto de 2024, sobre o alistamento militar feminino. Em 2025, foram alistadas nas FA, 33.721, sendo que 2.334 no Amazonas foram para as fileiras do EB. Ressalta-se que o alistamento feminino é somente para as capitais, sendo que para o masculino é obrigatório e voluntário para o feminino.

Huntington (1996a, 2016b) afirma que profissão é “um tipo peculiar de grupo funcional com características altamente especializadas”. Esse processo ocorre depois que o militar entra na reserva não remunerada, como destaca Brasil (2019 apud Da Silva, 2022a, Borges Da Silva et al. 2022b), sobre a Lei nº 13.954/2019, que trata, entre outras coisas, que “o militar temporário é aquele que não adquire estabilidade e ingressa na reserva não remunerada após o prazo limite de permanência na instituição”. Como exemplo, este autor alistou-se nas fileiras do exército em 1992, sem profissão, e serviu por 09 anos, foi licenciado com as profissões de confeiteiro-cozinheiro-copeiro, com a graduação denominada nas FA de Taifeiro. O curso de Taifeiro é realizado em hotéis cinco e quatro estrelas e no SENAI dentro do território nacional, ministrado por profissionais civis.

Como é de fato, o EB é uma saída aos jovens brasileiros desempregados que veem nas FA a oportunidade de garantia de emprego, pré-estabilidade e conhecimento para o futuro. No entanto, como dissertado nos capítulos anteriores, a função das FA é a de defesa da soberania. Nas figuras 63, 64, 65 e 66, cursos profissionalizantes do EB em atividade no aprovisionamento.

Figura 63. Curso de confeiteiro EB



Fonte: CDN. Defesa. Aérea naval (2021).

Figura 64. Curso de copeiro-dispenseiro



Fonte: SENAI. Victor Hugo Pessoa (2023).

Figura 65. Curso Técnico em Mecânica

Fonte: Sociedade Militar (2024).

Figura 66. Certificados recebidos no EB

Fonte: CDN. Defesa Aérea Naval (2021).

Nota-se que, além da defesa, cumpre-se o lado social-profissionalizante no EB. Diminuindo efetivamente na expressa conjuntura militar enraizada entre a força defensiva e a sociabilidade aplicada em seus combatentes.

A diferença entre o “militar da força” e o “ser humano na força” é a apreciação do bem-estar militar (Bernardino, 2022) e do bem-servir militar, onde o bem-estar militar (humano na força) se expressa do lado aprazível do querer ser um militar por meio de oportunidade de emprego, não de forma insubordinada, e o lado do bem-servir como militar exteriorizando o lado subserviente do querer viver o servir à estereotipada conduta militar (o que se chama no exército brasileiro de “Caxias”).

Neste contexto, Bernardino (2022), afirma que “O bem-estar tem um papel cada vez mais importante no contexto militar, sendo benéfico para trabalhadores, chefias e organizações” (Bernardino, 2022, p. 7). No entanto, como discorrido, essa subserviência é diluída quando o militar percebe que a força não é mais limitadora, mas uma continuidade para a vida humanizada, oportunizando a vivência qualificada para a sociedade. Com isso, o EB precisa moldar-se à modernidade, observando de que forma é influenciado nos modos comportamentais de seus militares e estes são influenciados pela sociedade em transformação (Santos, 2018, apud Denardin et al., 2022, p. 82). Sendo que esta não é estática.

No próximo tópico, apresentam-se dados adquiridos a partir do conhecimento da sociedade tefense das ações que a 16^a BDA INF SL desenvolve no território do Médio e Alto Solimões, assim como a importância dos documentos normativos da Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END).

3.2 Perfil dos inquiridos na cidade Tefé, Amazonas e sua identidade com a 16^a Brigada de Infantaria de Selva

Tefé está distante 523 km da capital do Amazonas, Manaus. Sua estimativa demográfica é de 79.278, sua área territorial é equivalente a 23.692,621 km² (IBGE, 2024). É uma cidade que possui atrativos fixos, como destacam Lima; Queiroz (2022, p. 6) “A presença desses fixos especializados públicos e privados promoveu fluxos estabelecidos pelas relações sociais fundamentais para a organização do espaço nessa fração da cidade” (Lima; Queiroz, 2022, p. 6). A 16.^a BDA INF SL é um desses fixos na cidade de Tefé, atraindo centenas de jovens para o serviço militar na 16^a BDA INF SL e suas OM subordinadas a 16^a BALOG; 16^a PEL COM SL; 17º BIS e o 34º PE.

Na figura 67, a carta-mapa do Amazonas e o município de Tefé, localizada no centro do território do amazonense.

Figura 67. Localização do território de Tefé–AM



Fonte: IBGE (2023-2024). **Elaboração:** O autor (2025).

A cidade de Tefé é subdesenvolvida a partir da comercialização e dos órgãos municipais, estaduais, militares, educacionais e de empresas como a Agroindústria JUTICA, a Apoema agroindústria de produtos da Amazônia (Produção de farinha), o frigorífico Meu Peixe e o frigorífico Frigopeixe da Amazônia com exportação de filé e o EB e a prefeitura municipal de Tefé são as que mais empregam na cidade.

As universidades são órgãos formadores de professores no município, como o Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST–UEA). A cidade, a partir de a construção de universidades, torna-se uma cidade mais culta, em que o ensino e a aprendizagem são elevados. Além de outras universidades particulares e órgãos que formam profissionais, como o CETAM e o SENAI.

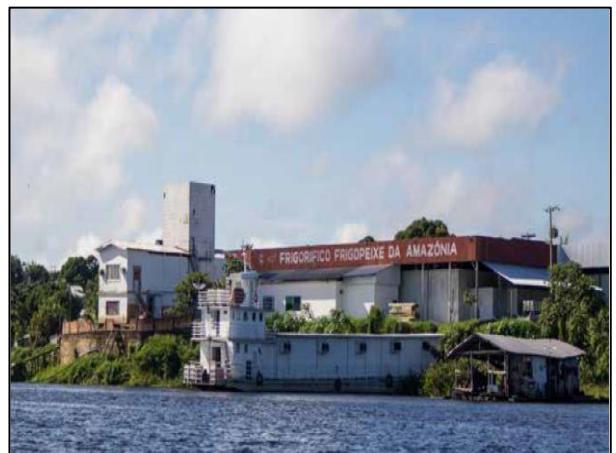
Nas figuras 68, 69, 70 e 71, as imagens de empresas como a JUTICA, Frigopeixe e o CEST–UEA que garantem a empregabilidade na cidade de Tefé.

Figura 68. JUTICA produtos da Amazônia



Fonte: tv e radio encontro das águas.

Figura 69. Frigopeixe



Fonte: Amanda Lelis.

Figura 70. CEST–UEA



Fonte: UEA.

Figura 71. 16^a BDA INF SL



Fonte: 16ª BDA INF SL.

A região do Médio e Alto Solimões e as fronteiras são territórios que exigem alto grau de sensibilidade defensiva e segurativa. Quando se questiona esses espaços territoriais fronteiriços, logo se indaga quais os desafios e as adversidades

para se defender um território com os seus movimentos sinuosos, como os rios e o tráfego humano, e quais os meios legais que amparam essas ações. Logo, surgem a PND e a END, que são documentos normativos que regem as ações das organizações das FA.

Essas normativas são posteriores à chegada da 16ª BDA INF SL na cidade de Tefé em 1993, pois a PND surge em 1996 e a END em 2008 (Brasil, 1996, 2020). É por meio destes documentos que as ações são planejadas, elaboradas para serem executadas. No entanto, essas normativas segundo o BRASIL. Ministério da Defesa. Agência do Governo (a, b, c, 2024), o MD lança em 2024 um convite à sociedade para participar da elaboração da PND e da END, cujas atualizações ocorrem no período de quadriênio.

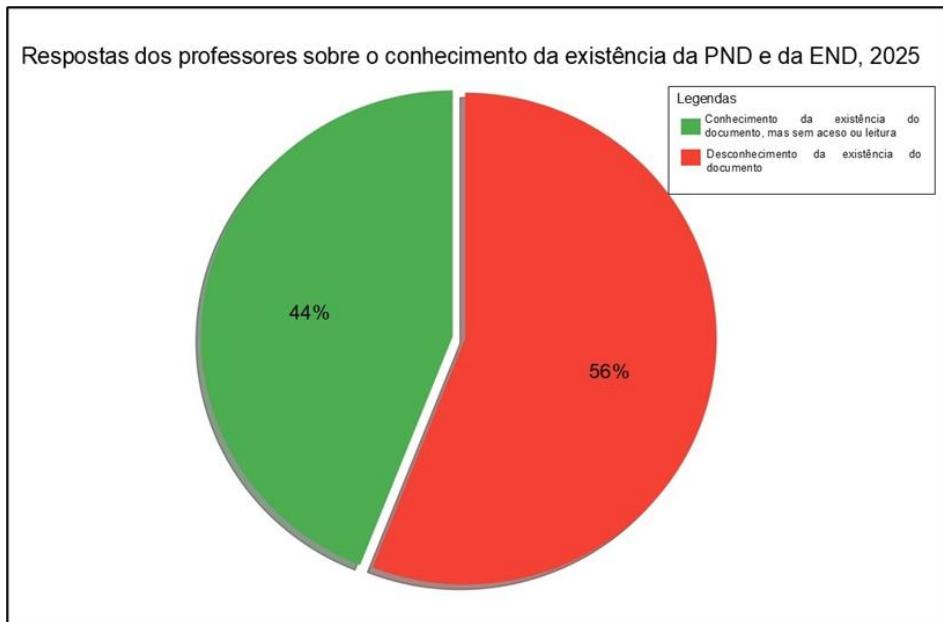
3.3 Os professores da rede estadual de ensino em Tefé, no Amazonas, e a importância do documento das normas e diretrizes da Defesa Nacional, da PND/END

Conforme a pesquisa em campo realizada na cidade de Tefé, onde foi aplicado um questionário para os professores da rede de ensino de cinco escolas estaduais nos dias 13, 14, 15, 16 e 20 de maio de 2025, na qual cada escola selecionou cinco professores, sendo que um professor teria que ser titulado em geografia, totalizando um quantitativo de vinte e cinco professores.

Para o questionário foram formuladas cinco questões de múltipla escolha, sendo que uma questão foi direcionada ao conhecimento da existência da PND e END. Em respostas, totalizaram-se onze respostas corretas e quatorze respostas incorretas, perfazendo uma totalidade de 25 questões respondidas somente sobre a PND e a END.

No gráfico 06, os dados qualitativos foram transformados em dados quantitativos em porcentagens das respostas dos professores sobre o conhecimento da existência do documento normativo da PND e da END.

Gráfico 06. Respostas dos professores sobre o conhecimento da existência da PND e da END, 2025

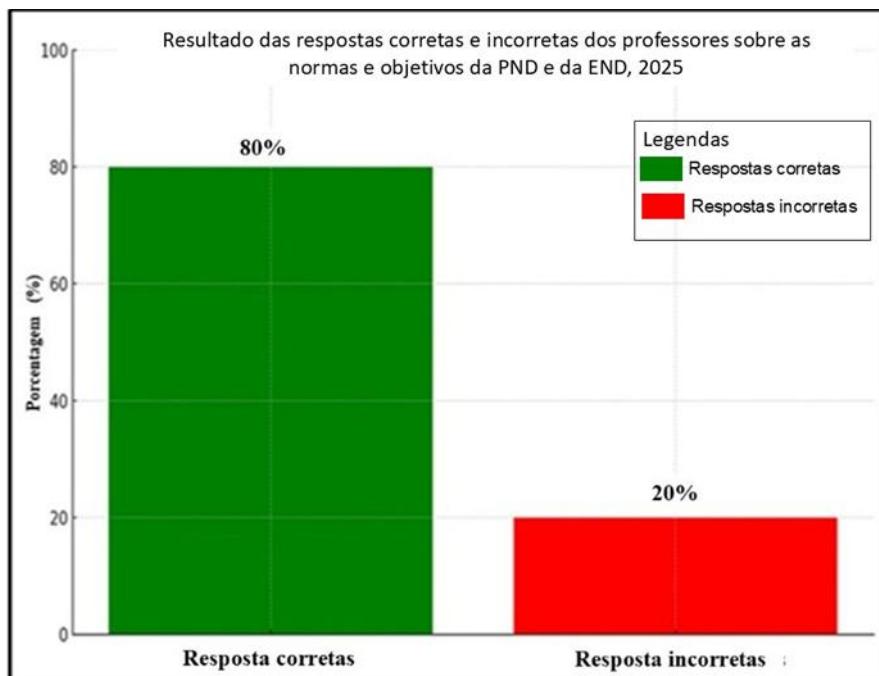


Fonte: Trabalho de campo (2025) elaboração: O autor (2025).

Conforme o gráfico 06, 56% não conhecem e nem ouviram falar sobre a PND e a END, os 44% já ouviram falar, mas não conhecem esse documento normativo e não sabiam que a sociedade poderia colaborar para a elaboração desse instrumento importante para a União quando o assunto é a defesa brasileira. Neste sentido, conforme a 1^a minuta divulgada em [2024] da nova atualização da PND e da END, diz que sua atualização ocorre em quadriênio para fins de adaptação às novas modalidades de ações de defesa e ataques contra a democracia e a soberania nacional preceituadas na defensiva externa. A END, de outra forma, é o documento de orientação para fins de segurança e defesa brasileira, conforme destacou Brasil. Defesa. 1^a Minuta da PND/END, (2024, p. 2 e 3). Ressalta-se que a PND 2024, foi atualizada e assinada pelo Presidente da República em 18 de novembro de 2025, sob o Decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025.

Em outras questões inerentes, incidiu sobre o conhecimento ou desconhecimento das normas, diretrizes, objetivos e fundamentos, além dos setores priorizados por essas normas. Em resposta de 4 questões multiplicado por 25 professor perfazendo um total de 100 questões de múltipla escolha, os resultados dos dados processados podem ser confirmados no gráfico 07.

Gráfico 07. Resultado das respostas corretas e incorretas dos professores sobre as normas e objetivos da PND e da END, 2025



Fonte: Trabalho de campo (2025) elaboração: O autor (2025).

Diante dos dados processados, o percentual de respostas corretas obteve 80%, e o percentual de 20% de respostas incorretas. Isso explica que, mesmo que os professores não conheçam a PND e a END, mas com base no senso comum, conforme explicado por um professor de geografia, que se refere ao documento que se destina à organização política e estratégica que regulamenta e gere as ações das FA no território brasileiro, sendo importante para a organização funcional defensiva de um país, no entanto, precisa ser mais explanado e divulgado pelos órgãos competentes.

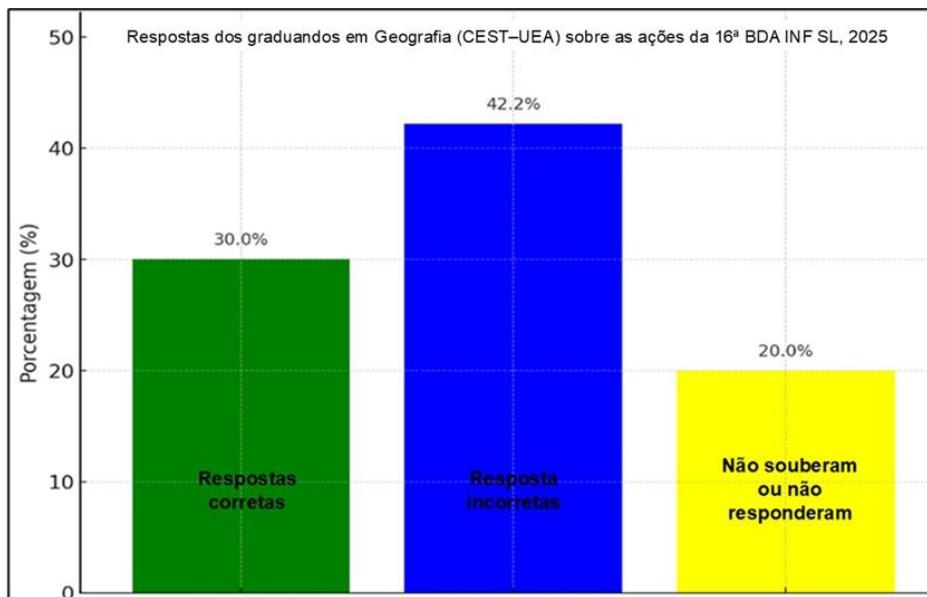
3.4 A sinergia entre a Brigada das Missões na defesa/segurativa local (Tefé), para a Defesa Nacional do Brasil, na visão dos graduandos em Geografia do CEST-UEA (TETÉ-AM)

No dia 25 de maio de 2025, foram propostos para 15 alunos do curso de Geografia do 2º período do CEST-UEA (Tefé) no turno noturno, um questionário com 12 questões entre múltiplas escolhas e dissertativas. O total das questões baseou-se na multiplicação de inquiridos pela quantidade de perguntas, totalizando 180 questões. Desses quantitativos, dividiu-se em dados qualitativos, sendo que em:

resposta corretas; respostas incorretas; não souberam ou não responderam sobre as ações e operações da Brigada das Missões.

No gráfico 08, conferem-se os dados quantitativos derivados dos dados qualitativos em porcentagens.

Gráfico 08. Respostas dos graduandos em Geografia (CEST–UEA) sobre as ações da 16^a BDA INF SL, 2025



Fonte: Trabalho de Campo (2025). Elaboração: o autor (2025).

Esses dados refletem que os graduandos e graduandas são inscientes do cotidiano militar, das suas ações operacionais no Médio e Altos Solimões e nas fronteiras do Amazonas desenvolvidas pela 16^a BDA INF SL, assim como desconhecem as operações de grande alcance em que se destacam as operações Ágata e Escudo, entre outras. No entanto, quando as questões se pautam na sociabilidade e na defesa do território, os graduandos argumentam que Tefé contribui para a defesa do território, principalmente pela sua posição. Neste sentido, um dos inqueridos afirma que “a localização geográfica-estratégica de Tefé facilita a defesa das fronteiras e propõe a estratégia de conhecimento”, assim como “a localização estratégica da 16^a BDA INF SL em Tefé contribui para a vigilância e a defesa nacional”. Essa localização, segundo outra graduanda, “fica num território centralizado no Amazonas”, isso “facilita o mapeamento das áreas”, respondeu outro graduando.

No que concerne à centralidade de Tefé, Queiroz (2017) dividiu essa centralidade em três categorias, sendo a 1^a em institucional, dividida em administrativa e infraestrutura institucional, comercial e demográfica. O que se ressalta é a questão

administrativa, que são atribuídas as funções políticas e administrativas, nos setores público e privado, e a função militar. Segundo Queiroz (2015), a importância de Ega, posteriormente chamada de Tefé, está vinculada à sua localização estratégica. Essa posição geoestratégica facilita alcançar o interior amazonense, diminuindo o deslocamento e estabelecendo instituições estatais, que poderiam fornecer atendimento estatal na região do Médio Solimões a partir de Manaus.

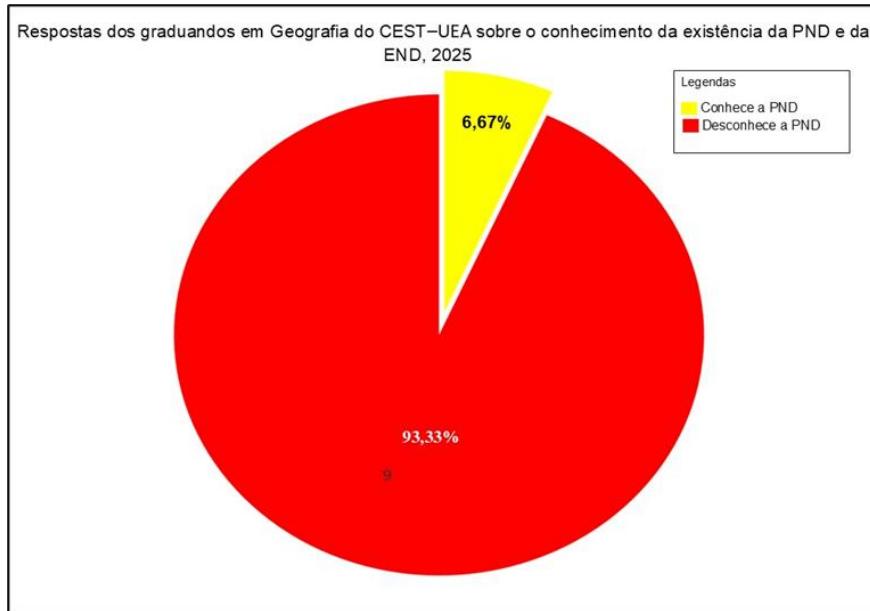
Quando se questionou sobre as novas ameaças que a 16^a BDA poderia enfrentar, as respostas foram unâimes: a mercancia de drogas e o narcotráfico são as grandes ameaças nas fronteiras que adentram para o interior do Estado. É nesse sentido que a PND sustenta que desde 1996 na PDN elenca em seus objetivos e diretrizes adequar-se as circunstâncias para enfrentar novas ameaças no território interno e externo brasileiro, conforme descrito na 1º minuta [2024, p. 2] da PND.

Outro tema relevante foi sobre a integração e interação militar e a sociedade civil. As respostas foram que “o EB contribui por meio de ajuda humanitária, evidenciado em ações sociais como nos períodos de vazante e cheia”, afirmou um dos graduandos, pautando-se em “distribuições de cestas básicas, assistência médica e odontológica em comunidades indefesas e vulneráveis durante os ciclos hidrológicos”, complementa um dos inquiridos. Isso é muito bem especificado quando citado por Penido; Barbosa (2022, p. 106), quando dizem que a defesa da soberania é possível por outros marcos, ou seja, mediante de ações que minimizem a carência social e patriótica do brasileiro como citado pelos graduandos em geografia das ações assistencialista exercida pelas FA.

A outra questão foi sobre o conhecimento da existência da PND e da END. Apenas um (1) graduando dos quinze (15) inquiridos respondeu positivamente, porém, o conhecimento de suas diretrizes e objetivos é desconhecido por ele. Assim como ocorreu com as respostas dos professores, os graduandos desconhecem que podem participar da elaboração das normas políticas e estratégicas para a defesa do Brasil (PND e END).

No gráfico 09, os dados em porcentagens das respostas dos graduandos quanto à existência da PND e a END.

Gráfico 09. Respostas dos graduandos em Geografia (CEST–UEA) sobre o conhecimento da existência da PND e da END, 2025



Fonte: Trabalho de campo (2025) **Elaboração:** O autor (2025).

Pode-se então analisar que a PND e a END são documentos sobre os quais a comunidade acadêmica tefeense é incipiente no que concerne à finalidade de suas normativas, como citado por um inquirido: “esse assunto ainda não chegou até nós”. No entanto, esse documento tem por objetivo as estratégias de defesa do território nacional contra a invasão de forças internacionais. No tocante, a PND/END não distingui região. Com tudo, seria interessante abarcar em suas diretrizes levando em consideração o tamanho do território e a região de responsabilidade defensiva da OM, exemplificando o quantitativo militar, financiamento orçamentário, tecnologias, modais e poder bélico avançados, isso facilitaria, por exemplo, a 16.^a BDA INF SL ter mais poder dissuasivo em território sensível como a Amazônia e, neste caso, o Amazonas, sendo este um Estado com fronteira terrestre entre três países que se configura quatro fronteiras Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela (BPCV). Já discutido no capítulo 2.

Ressalta-se que em nenhum momento os inqueridos citaram os PEF e questões como a infraestrutura militar bélica, modais e tecnologias, que são instrumentos e ferramentas indispensáveis para desenvolver a operacionalidade e o social de qualquer organização militar.

Diante disso, conclui-se que: a sinergia entre o EB e a sociedade tefeense não está distante, porém o distanciamento entre o EB e a sociedade ainda é realidade.

3.4.1 Analogias entre a 16.^a BDA INF SL e o 3º Batalhão de Polícia Militar (3º BPM - Tefé/Am) e suas bases legais para atuação no território nacional e estadual

No dia 12 de maio de 2025, foi realizada uma visita exploratória ao 3º Batalhão de Polícia Militar (3º BPM Tefé-Am) visando levantamento de dados para compreender os processos de ações operacionais. Em um diálogo informal com o Comandante do 3º BPM, o major PM David Nery informou alguns tipos distintos de infrações penais recorrentes no município de Tefé, como as questões de roubos, furtos, homicídios, suicídios, latrocínios, entre outros eventos. Neste sentido, a mercancia de drogas é a principal atividade ilícita no município de Tefé, afirmou o Major do 3º BPM (Tefé-Am).

As informações do quadro 10 são apenas para compreensão dos significados dos termos das ações e atividades ilícitas que ocorrem em territórios onde haja interações humanas. No quadro 12, algumas definições de crimes e suas nuances

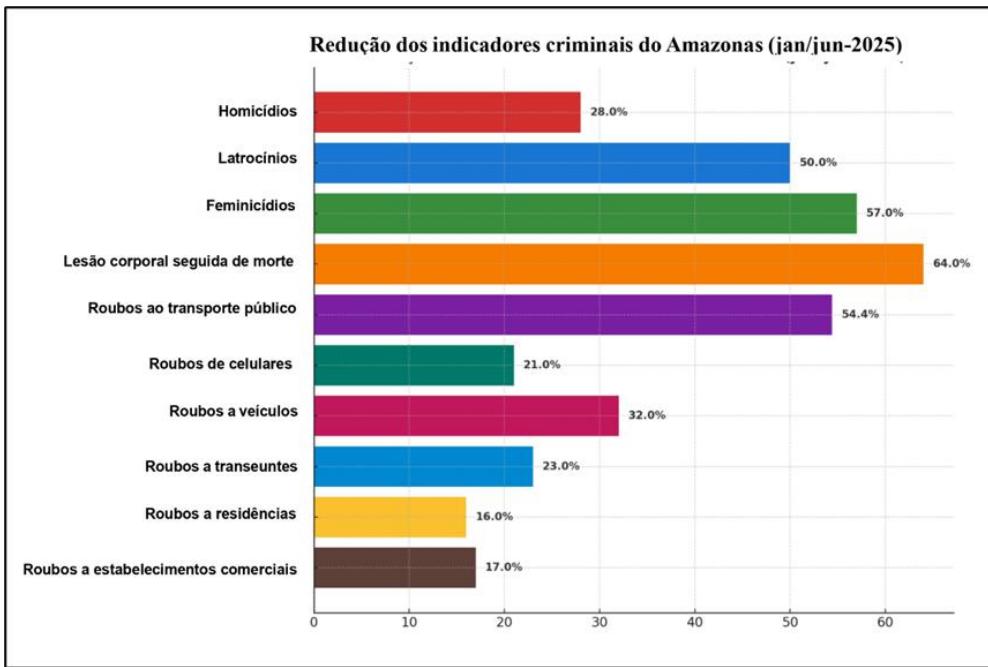
Quadro 12. Termos e definições de crimes contra o patrimônio e à vida

TERMO	DEFINIÇÃO	PECULIARIDADES
Furto	Subtrair algo sem violência ou ameaça à pessoa.	Ato silencioso, sem confronto direto.
Roubo	Subtrair algo com uso de violência ou ameaça à vítima.	O agressor confronta a pessoa.
Assalto	Termo popular para se referir ao roubo — especialmente quando há arma.	Não é um termo jurídico, mas usual.
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO		
CRIME	CARACTERÍSTICA	
Furto	Subtração de bem alheio sem violência ou ameaça	
Roubo	Subtração de bem com uso de violência ou ameaça	
Latrocínio	Roubo seguido de morte da vítima	
CRIMES CONTRA A VIDA		
CRIMES	DEFINIÇÃO	
Homicídio	Ato de tirar a vida de outra pessoa	
Suicídio	Ato de uma pessoa tirar a própria vida	

Elaboração e adaptação: O autor (2025).

No gráfico 10, os dados quantitativos de crimes, homicídios, roubos e furtos.

Gráfico 10. Tabulações de atividades ilícitas em 2025, no Amazonas



Fonte: SSP/AM. Elaboração e adaptação: O autor (2025).

Esses dados foram obtidos através do site do SSP/AM, no qual se referem aos totais de crimes no Estado do Amazonas no período de janeiro a junho de 2025. Os dados dos crimes ilícitos em Tefé no primeiro semestre de 2025, não estavam disponíveis.

A atuação da PM e da 16^a BDA INF SL são atuações em cenários e territórios com nuances diferentes. O EB atua na defesa do território como um todo, advindo de atos transnacionais e ilícitos interno e externo que comprometem a soberania brasileira. Diante disso, De Oliveira; Júnior (2007) dizem que essas ações do EB, assim como das FA, podem ser para “respaldar a paz social e as leis sobre a população que se originam dá conta de todas as circunstâncias” em que os autores exemplificam o terrorismo, crime organizado, nas operações em que se busca a paz, sendo estas variantes do que eles chamam de uso doméstico, ou seja, do uso das FA para pacificação interna provenientes de “revoltas, rebeliões, motins, insurgências e guerras” (De Oliveira; Júnior, 2007, p. 50). A PM age na segurança pública, partindo do individual para o coletivo, na competência contra os atos infracionais. Nesse sentido, Ferrari; Ferrari (2025, p. 91) afirmam que “A segurança pública constitui um dos pilares fundamentais para a estabilidade e o desenvolvimento de qualquer nação, sendo intrinsecamente ligada à garantia da ordem social e à proteção dos direitos individuais e coletivos”. Com isso, a garantia da ordem pública e a ostensividade

policial são juridicamente da PM, segundo descrito na CF/88, apud Ferrari; Ferrari, 2025, p. 91.

Essas forças são distintas em suas atribuições, no entanto, o objetivo análogo é que a salvaguarda da defesa humana em diversidades correlacionadas ao território com a soberania nacional é competência do EB e, na questão da segurança pública no Estado, é da PM, entre outros órgãos.

No quadro 13, as distinções dessas duas forças militares atuantes no território nacional e suas atribuições.

Quadro 13. Atribuições das forças terrestres de defesa (EB) e de segurança (PM)

Aspecto	Forças Armadas	Polícia Militar
Natureza	Nacional	Estadual
Composição	Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira.	Polícia Militar estadual.
Subordinação	Presidente da República (comandante supremo); Ministério da Defesa (direção superior as FA).	Governador do Estado.
Finalidade	Defesa da soberania.	Manutenção da ordem pública.
Legislação Base	Art. 142 da Constituição.	Art. 144 da Constituição Federal (1988).
Atuação Principal	Guerra, defesa externa.	Segurança interna, policiamento
Treinamento	Estratégia militar (ação e reação).	Controle urbano e segurança preventiva.

Fonte: Art. 142 e 144 (CF/1988). Elaboração: O autor (2025).

A seguir, disserta-se sobre as forças militares do EB e da PM quanto às sinergias e organizações operacionais para combater os ilícitos. Assim como às dificuldades enfrentadas por essas OM na locomoção para efetuarem as operações nas fronteiras e em território terrestre e hidroviário.

Sabe-se que o Amazonas é um território maior que muitos países⁸ em extensão territorial. E as vias de locomoção comuns nessa região são pelos rios, sendo o meio mais econômico de se navegar e de escoar produções agrícolas pelo interior do Estado ou para viajar para Estado próximo na Região Norte. A partir desse ponto de vista, Da Silva et al. 2024, afirma que a:

[...] adaptação a uma região de características dinâmicas, onde as constantes flutuações dos níveis das águas, seguindo o ritmo das estações, transcendem o papel de meros desafios. Essas variações são encaradas como elementos intrínsecos à vida cotidiana, moldando profundamente a existência e a cultura local (silva et. al 2024, p. 4).

⁸ Ver capítulo II dessa dissertação.

No entanto, ressalta-se que, em Tabatinga, no Alto Solimões, Tefé e Coari, no Médio Solimões, existem aeroportos, porém o custo e benefício são inviáveis, principalmente para comercialização e transporte de indivíduos que precisam viajar constantemente para a capital Manaus. Diante disso, comprehende-se que um território como o Amazonas precisa de defesa e segurança capacitadas e operacionalmente equipadas para combater, principalmente, o comércio ilegal de drogas. Além de ajuda humanitária aos “solimõesianos”, moradores do Médio e Alto Solimões.

3.4.2 Atuação do 3º Batalhão de Polícia Militar (3.º BPM–Tefé/AM) e a sinergia com a 16ª BDA INF SL

O 3º BPM (Tefé–AM) está localizado na cidade de Tefé, no território centralizado no Amazonas. Na data de 16 de maio de 2025, foi enviado por e-mail ao Cmdo do 3º BMP (Tefé–AM) um questionário para aquisição de informações sobre a segurança e parcerias de possíveis ações conjuntas com a 16.ª BDA INF SL na cidade de Tefé e em seu entorno estratégico. Segundo Lakatos (2017), diz que, no geral, o pesquisador poderá enviar o questionário ao informante pelo e-mail, com praticidade e agilidade de um rápido retorno. No entanto, em uma visita exploratória ao 3º BPM (Tefé) em 12 de maio de 2025, foram obtidas informações preliminares fornecidas pelo Major PM David Nery (3º BPM-Tefé–AM). Segundo o Major, o 3º BPM participa de operações em sinergia com outros órgãos, inclusive a 16ª BDA INF SL, em operações como na “Operação Ágata”⁹. Executa também eventos sociais em favor da sociedade tefense, no entanto, a verba destinada para esses eventos e outras ações foi subtraída em maio de 2025 sem previsão da volta desses recursos financeiros¹⁰.

Na figura 72, representantes de órgãos militares, da PM e Forças Armadas na operação Ágata 2025.

⁹ Ver capítulo II dessa dissertação.

¹⁰ Até o dia 12 de maio de 2025, a verba ainda não havia sido repassada, segundo o 3º BPM-Tefé.

Figura 72. Operação Ágata 2025 e a sinergia entre as forças estaduais e federais



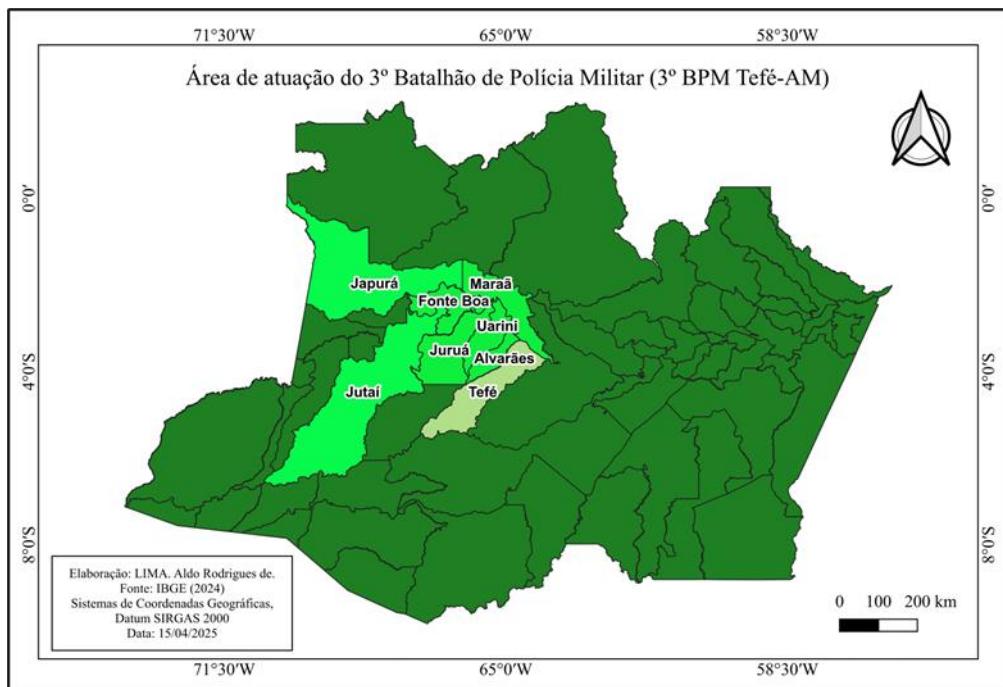
Fonte: Suboficial Leme/Marinha do Brasil.

Alguns temas foram elencados para asseverar o aproveitamento das informações, em que se destacam: a integração das forças em Tefé, neste caso, a Brigada, conforme a PM, é imprescindível para a defesa, realizando operações e ações em pontos estratégicos que facilitam o monitoramento da defesa no território nacional. Essa presença impacta no processo socioeconômico e ameniza na prospecção humana para que os jovens não se direcionem para a criminalidade. Essa oportunidade transforma a vida e a realidade de muitos jovens tefeenses, afirmou a PM.

A questão do impacto na segurança pública, a PM direciona suas ações em operações independentemente do ambiente e local. Segundo Ferrari; Ferrari (2025, p. 91 e 92) preceituado na CF/88 a segurança pública “Envolve um conjunto de ações estatais e sociais para preservação da criminalidade e repressão da violência”. No entanto, “quando a fiscalização é da parte administrativa e dos meios de locomoção, a responsabilidade ocorre por competência dos órgãos responsáveis, previsto na constituição”, informou a PM. Os territórios municipais de responsabilidade de atuação da PM, segundo a Polícia Militar, “abrangem os municípios de Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Jutaí, Juruá, Maraã e Japurá”. As ações PM e a 16^a Brigada não ocorrem nessa área territorial, segundo a PM.

Na figura 73, os oito municípios amazonenses sob responsabilidade de segurança da PM no Médio e Alto Solimões.

Figura 73. Municípios de ações do 3º BPM–Tefé, AM



Fonte: IBGE (2024).

Elaboração: O autor (2025).

A distância de Tefé para Manaus é de 523 km. É uma região com variantes entre cheias e vazantes severas nos últimos anos (2022–2024). Para o enfrentamento desses eventos naturais, o Estado conta com o apoio das FA. Neste sentido, foram questionadas se houve parceria entre a Brigada, Governo Federal, Estadual e a PM no combate ao ciclo hidrológico no Médio e Alto Solimões. Conforme a PM, “ações em parceria entre os governos existem e também entre as forças, porém entre a 16ª BDA e o 3º BPM, não foram realizadas nos últimos dois anos”. A segurança pública no município de Tefé, segundo a PM, pauta-se em dois grandes problemas: a mineração e o tráfico de drogas como a principal atividade ilegal preponderante na região. No combate e fiscalização dessas atividades ilícitas, as dificuldades enfrentadas pela força policial (PM) são as grandes extensões dos rios e dos suportes humanos e logísticos precários, dificultando a eficiência das ações militares.

No entanto, para fiscalizações em reservas, as parcerias ocorrem em sinergia com órgãos ambientais como ICMBio e IBAMA. Já nas áreas de fronteira, a atuação da PM ocorre apenas na Operação Ágata. Nos territórios indígenas, a jurisprudência da Polícia Militar é limitada, conforme a PM: “A legislação não permite e dificulta as ações nessas áreas”.

Para haver a eficácia e a efetivação nas operações, as forças tanto de segurança quanto de defesa devem estar bem equipadas, pois uma tropa sem

estrutura, mal equipada com tecnologia ultrapassada, não vence a guerra, e para a defesa no Amazonas, tanto interna quanto em fronteira, é uma guerra silenciosa diária. Se as forças militares, civis e federais não estiverem equipadas e preparadas, o narcotráfico está. Diante disso. “As dificuldades são de que a PM não dispõe de aparatos tecnológicos para esse tipo de ação, com exceção das tropas especializadas”, sintetizou a PM. Além das dificuldades da falta de geotecnologias limitadas para uma ação rápida. A extensão territorial e o quantitativo de policiais militares não colaboram para que a efetivação operacional seja viável.

Sobre isso, Clausewitz (1970) diz que: “A natureza do combate determina a sua estrutura; é ela que lhes impõe a sua lei” (Clausewitz, 1979, p. 137). Ela determina a utilização existencial tanto de arma como de equipamentos, conforme a guerra a ser travada (Clausewitz, 1979).

Em síntese, a questão colocada sobre as parcerias entre a Brigada e a PM é uma parceria esporádica, pouco efetiva. São ações operacionais em territórios distintos, mas com único propósito, a segurança e defesa do território e de seus nacionais. Para a PM, é essencial a presença na Brigada para a defesa nacional, corrobora na transformação da realidade territorial tefense e em seu entorno num território com mais equidade social.

3.4.3 A 16.^a BDA INF SL (Tefé–AM), na defesa territorial no Amazonas

Para defender a Amazônia, é necessária imposição, poder dissuasório, poder bélico, conhecimento geoestratégico, diplomacia e sinergia internacionais e nacionais. Essas conjunturas estratégicas são essenciais para o êxito de qualquer ação ou reação.

A região sul do Amazonas é um território sensível e as ações requerem atenção pelo aumento de inúmeras rotas do translado de mercâncias ilícitas que vêm se configurando como uma guerra com forte militância organizacional de rede internacional e nacional que subestima as forças militares e a soberania nacional.

Essa é uma guerra silenciosa que se deve combater com igual ou superior poder dissuasório. Pois o combate dessa magnitude requer força enérgica, desconstruindo, forçando e incapacitando as organizações e facções criminosas para defender e resguardar o direito soberano do Estado. Neste sentido, Clausewitz (1979) argumenta que: “A guerra é, pois, um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (Clausewitz, 1979, p. 73). Nesse cenário territorial

complexo, a 16.^a BDA INF SL garante, defende e assegura a hegemonia territorial no extremo sul do Amazonas 24 horas diárias e 365 dias e seis horas ao ano. Na figura 74 e 75, as OM subordinadas a 16.^a BDA INF SL.

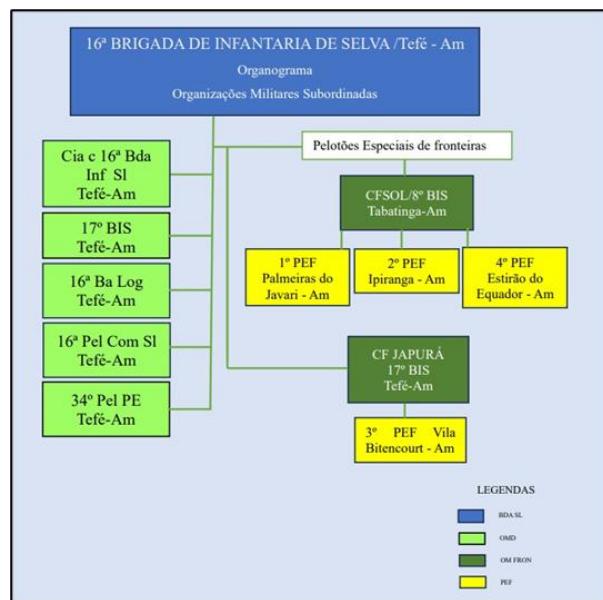
Figura 74. Organizações Militares subordinadas à Brigada das Missões



Organização: O autor (2025).

Na figura 75, a organização das OM e os PEF e suas respectivas comandos.

Figura 75. Organograma das bases e PEF subordinadas à Brigada Missões



Elaboração e organização: O autor (2024).

Em 12 de maio de 2025, foi apresentada ao chefe do estado maior da Brigada das Missões e sua ordenança uma prévia do estudo-pesquisa sobre a importância da

Brigada para a defesa nacional. Depois da apresentação, foram debatidas e argumentadas algumas ações operacionais da Brigada, bem como outros temas pertinentes que nortearam a elaboração de um questionário para aquisição de informações relevantes sobre quais pontos operacionais essa Brigada desenvolve e opera na sua área de responsabilidade defensiva.

Em resposta ao questionário enviado no dia 16 de maio de 2025, a 16.^a BDA INF SL. Pauta-se sobre o alinhamento da Brigada com a PND e END, dentre outras questões discutidas nos próximos parágrafos. Segundo a Brigada das Missões, a estratégia da presença do EB está prevista na PND e na END, onde estabelecem que a presença das unidades militares seja constante em áreas sensíveis, como na Amazônia aonde prevê a manutenção perene e ostensiva das FA, garantindo o efetivo controle sobre os territórios sensíveis, no combate a ameaças transfronteiriças, assegurando a integridade territorial.

Quando se refere à posição geográfica de Tefé e sua influência nas operações na defesa da Amazônia, segundo a Brigada, afirma que a localização de Tefé está estrategicamente localizada nas confluências do Médio e Alto Solimões e essa localização influencia diretamente na defensiva nacional e da Amazônia, em que destaca quatro pontos estratégicos: o domínio terrestre e hidroviário que permite e facilita a defesa; como um centro logístico que mantém unidades operacionais como os PEF em territórios expostos a mercâncias ilegais, como ocorre no Vale do Javari na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia).

Outro ponto estratégico se pauta na mobilização e resposta. Por Tefé estar localizada no centro do território do Amazonense, a mobilização e efeito de respostas são rápidas. Segundo a 16^a BDA, facilita as ações contra atividades ilegais e ilícitas. E o quarto ponto estratégico é a importância de Tefé como um município federativo-político que contribui em setores como o econômico-social-ambiental local. Esses pontos estratégicos contribuem nas dinâmicas defensivas numa porção do território no ocidente da Amazônia brasileira, pautadas nas diretrizes e objetivos da PND/END.

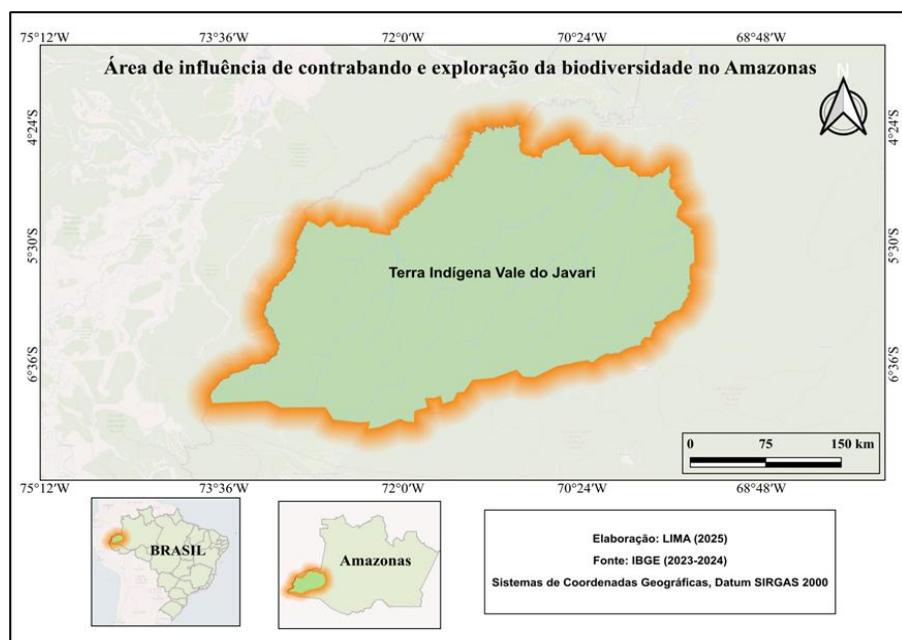
Sobre as questões dos desafios na Amazônia, são inerentes as da PM. As questões logísticas que se pautam em mobilidade terrestre, os ciclos hidrológicos, a precariedades físicas estruturais, as geotecnologias e comunicações, além do próprio ambiente geográfico tornam a espacialidade dos PEF e das instituições militares isoladas, dificultando a vida e as operações dos militares nessa fração territorial, forçando-a a uma adaptação diária, afirmou a 16.^a BDA INF SL.

Relacionado às áreas territoriais vulneráveis na Amazônia, a Brigada destacou duas áreas que requerem ações intermitentes e ação militar. A primeira é o Vale do Javari (Atalaia do Norte - AM), na fronteira do Brasil com o Peru, é o território com grande influência do contrabando e na exploração ilegal da biodiversidade brasileira.

Nessa região de Atalaia do Norte estão posicionados o 1º PEF (Palmeiras do Javari) e o 4º PEF (Estirão do Equador) responsáveis por guarnecer, monitorar e defender o extremo oeste do Estado do Amazonas. A segunda área são os rios Japurá, o rio Içá e o rio Purete, que são rotas alternativas utilizadas por criminosos, principalmente pelos piratas de rios e pelos traficantes internacionais. Essas ações exigem esforço e estratégias para coibir os atos ilícitos mediante às operações nas extensas hidrovias no território amazonense.

Na figura 76, a localização do Vale do Javari.

Figura 76. Terra Indígena Vale do Javari



Fonte: IBGE (2023-2024) Elaboração: O autor (2025).

Quanto as novas ameaças surgem e se propagam nas vias fluviais como elementos surpresas, em uma distópica ação intermediada por “piratas” e o narcotráfico que intimida populações e comunidades ribeirinhas nos grandes e extensos rios envoltos de uma potente floresta tropical, a floresta Amazônica. Para os patrulhamentos, a logística e para defesa, segundo a Brigada, ela atua em parcerias com diversas agências, organizações e institutos como o IBAMA e o ICMBio em operações contra crimes ambientais, com a FUNAI em defesa dos territórios

indígenas, além da Força marítima como a Marinha Brasileira e aérea a Aeronáutica em operações como Ágata que combate a mercancia transfronteiriça, a Operação Escudo que supervisiona o fluxo de pessoas e o controle da entrada de armamento e entorpecentes e a operação Curaretinga que ocorre no Vale do Javari contra a exploração ilegal de ouro e crimes ao meio ambiente. E, ainda segundo a Brigada das Missões, ela atua paulatinamente na fronteira brasileira, peruana e colombiana. Essas ações viabilizam parcerias e fortalecem a sinergia entre os povos da Amazônia e as FA.

O Estado brasileiro, conforme ressaltou a Brigada, fornece subsídios que têm fortalecido três áreas importantes para as ações da Brigada: as melhorias em estruturas físicas (aquartelamento, saneamento, sistema de energia e hídricos, e no Programa Amazônia Conectada, que amplia a rede de fibra ótica, melhorando a comunicação); na tecnologia e material bélico (modais especializados, arsenal de guerra, sistemas satelital); e na profissionalização humana (a especialização e preparação de Guerreiro de Selva no CIGS¹¹). Essas melhorias são essenciais para a execução das operações em que a Brigada tem atuado.

Na figura 77, o local que é redistribuído a fibra ótica no Comando Militar da Amazônia (CMA) Manaus.

Figura 77. Distribuição da Fibra Ótica (CMA)



Fonte: Trabalho de campo (2025). Imagem: O autor (2025)

¹¹ Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus, Amazonas.

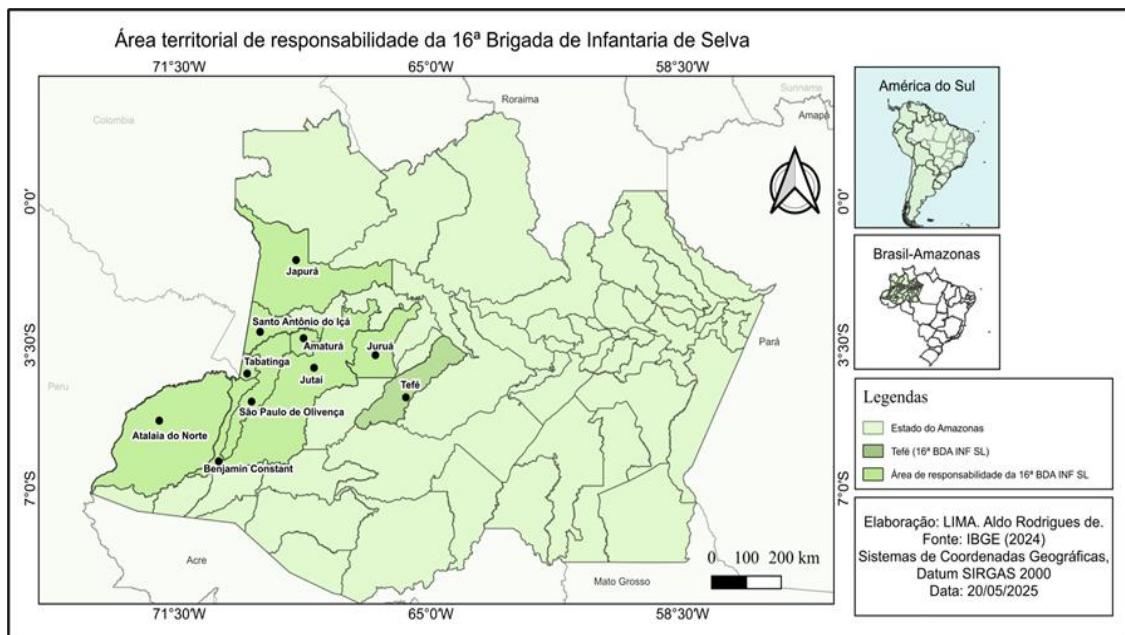
Quando se refere à extensão territorial de 16,9 mil km de fronteira terrestre brasileira, sendo que 2/3 da fronteira terrestre está na região norte (IBGE, 2021), argumenta-se se o efetivo da Brigada é suficiente para suprir a necessidade de cobertura de uma área fronteiriça como a do Amazonas. Segundo a 16.^a BDA INF SL, o efetivo da Brigada é um desafio limitador frente ao difícil acesso e às extensas áreas remotas do Amazonas. E ainda afirma ser necessário um reforço no efetivo para ampliar a capacidade operacional em áreas sensíveis no rio e na Selva Amazônica.

Quando questionado sobre os PEF, segundo a Brigada, os PEF são pelotões de fronteiras com militares capacitados em operações de sobrevivência, conhecimento geográfico e operacional. Estão alocados em subespaços com acesso limitado em áreas remotas. Seus meios de locomoção são por vias fluviais e aéreas. Além da distância, enfrentam dificuldades com doenças provocadas pela ação climática que altera o psíquico e a saúde dos militares, destacou a Brigada das Missões (2025). Nesse aspecto que De Meira Mattos (2002) destaca em seu livro Amazônia: O Grande Desafio geopolítico. Que os desafios do espaço amazônico são: “[...] o império das águas, a enorme planície inundável, a floresta tropical e contrastando, o homem apequenado e imobilizado pela natureza, tudo isso sob o signo da imensidão” (De Meira Mattos, 2002, p. 315). Diante disso, Franchi (2013) cita em sua tese conforme Euclides da Cunha descreve a Amazônia em suas expedições como a natureza sendo brutal e adversária perigosa do homem (CUNHA, 2000 [1907], p.372 apud Franchi, 2013, p.207-208).

A área territorial de responsabilidade da Brigada abrange um total de 22 municípios no Médio e Alto Solimões, segundo informações da Brigada das Missões. As áreas geográficas destacadas pela Brigada abrangem os municípios de Tefé, Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Jutaí e Juruá e ainda frisou as áreas dos rios Japurá, Juruá e Javari que correspondem à raia internacional.

Na figura 78, as áreas de atuação da 16.^a Brigada de Infantaria de Selva.

Figura 78. Território de influência da Brigada das Missões



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: O autor (2025).

A cidade de Tefé sofreu grandes mudanças com a chegada da 16.^a BDA INF SL desde 1993. Os impactos na cidade e municípios próximos são positivos pautados na defesa, segurança, sinergia com interagências, na saúde, no poder econômico e apoio aos povos e comunidades tradicionais e na qualidade de vida, particularmente na propositiva de empregos para os jovens tefeenses, mediante ao Plano de Instrução para os recrutas e na profissionalização dos seus combatentes em que destacou: o Estágio Básico do Combatente de Selva (EBCS) a capacitação profissional como o Curso de Formação de Cabos (CFC), o Curso de Formação de Sargentos Temporários (CFST), o Curso de Operações na Selva (COS) realizado no CIGS, e complementa, que ainda desenvolve o Programa Soldado Cidadão sendo uma preparação para o ingresso no EB, afirmou a Brigada das Missões.

Para fortificar os laços militar e o meio acadêmico, o EB busca parcerias com universidades federais (UFAM) e estaduais (UEA) no Amazonas. Neste sentido, questionou-se se a Brigada das Missões, nesses trinta e dois anos (1993–2025) de locação na cidade de Tefé, buscou parcerias com as universidades públicas e privadas existentes no município. Em resposta, a Brigada afirmou que não!

Tefé é uma via direta navegável da fronteira por onde circula todo o tipo de embarcação que navega pelo Amazonas e adentra para o interior do Brasil. Com a territorialidade da 16^a. BDA INF SL em Tefé, alocada no Médio Solimões, a soberania

brasileira é resguardada e beneficiada pela sua localização geográfica-estratégica. Com a sinergia com órgãos e organizações militares e não militares nacionais e internacionais, é imprescindível sua presença para coibir a ação dos crimes transfronteiriços, contribuindo para a preservação ambiental, proporcionando um território menos hostil para os solimõesianos residentes no Médio e Alto Solimões diante da sua presença marcante e da sua forte atuação.

3.5 Parcerias de interagências militares e órgãos estaduais, municipais e federais para segurança regional

Para o êxito de qualquer trabalho, eventos, ações ou operações, as coalizões são instrumentos estratégicos para simplificar e diminuir os desafios e as dificuldades. Assim ocorre com os órgãos militares, principalmente com as FA brasileiras. O EB, MB e a FAB são órgãos militares subordinados ao Ministério da Defesa (MD) e que também, em muitas operações, precisam estar auxiliando e sendo auxiliados por outros órgãos civis e militares.

Para atuarem sinergicamente para manter, defender e apoiar, destaca-se que as FA se preceituam em: inserção geoestratégica defensiva territorial e soberania do território nacional, para com a GLO, das áreas de TI, das áreas aeroespacial e águas brasileiras, das catástrofes naturais (no Amazonas ocorrem os ciclos hidrológicos da cheia e a vazante) e dos treinamentos operacionais para grandes ações como a Operação Ágata, Escudo, Espelhada dentre outras.

As parcerias operacionais das FA advêm do Estado conveniado com a PM a PC e órgãos federais como IBAMA, PF e ICMBIO. No contexto de parcerias internacional e nacional destaca-se as Organizações das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA), entre outras. Essas parcerias e ações operacionais são respaldadas pela C.F/88 e pelos documentos normativos (PND/END), além do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

No quadro 14, destacam-se algumas ações operacionais em defesa da soberania e assistência aos brasileiros.

Quadro 14. Comparativos de cooperação operacional

Ações operacionais	Finalidade	Órgãos militares, federais e estaduais (Interagências)
Operação Ágata.	Combate aos crimes transfronteiriços (tráfico, contrabando, crimes ambientais)	EB, MB, FAB e os órgãos federais PF, PRF, IBAMA e estadual a PM.
Operação COVID-19 (2020–2022).	Apoio logístico, sanitário e social em todo o território nacional.	FA, SUS e Defesa Civil
Operação Prensa (2024).	Combate ao garimpo ilegal no rio madeira, Rio Aripuanã e Rio Manicoré.	FA, IBAMA e a FUNAI,

Fonte: Brasil (2024-2025). Elaboração: O autor (2025).

Ressalta-se que dentro dessa conjuntura defensiva da soberania como discutido no primeiro capítulo as ações interativas não ocorrem somente advinda de órgãos militares e federais ou o governo federal e estaduais, mas com organizações que visam diminuírem as diferenças entre as regiões, assim como garantir o direito territorial das comunidades tradicionais e o apoio as comunidades ribeirinhas como o OTCA; Fundo Amazônia; Conselho Regional de Desenvolvimento do Amazonas (COREAM), Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Fundação Amazônia Sustentável (FAS); Programa Calha Norte (PCN); Gestão de Recursos Hídricos (GIRH); Projetos de Integração de Áreas Protegidas da Amazônia (IAPA); Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Esses são alguns dos órgãos e institutos, além de programas que, de certa forma, cooperam para uma defesa, soberania e segurança para a Amazônia e o Amazonas.

Um plano geográfico global relevante a destacar nessa lista de aporte de garantia dos direitos humanos são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, antes conhecido como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que em 2000 tinha em seu escopo de objetivos apenas 08 parâmetros, em 2015 esses objetivos passaram a ser planejados em 17 ODS (BCCSD PORTUGAL, 2022). Sua finalidade é a supressão da fome no mundo. Seus objetivos se pautam em 17 parâmetros divididos em metas, como destacado na figura 79.

Figura 79. Os 17 ODS da ONU (2015-2030)



Fonte: DSSBR. ENSP. FIOCRUZ. AGENDA 2030. Elaboração: O autor: (2025).

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm um prazo até 2030 para concluir 169 metas cruciais para a sociedade e para o espaço geográfico (GT agenda 2030, 2025). O ODS 16 é o objetivo que se adequa às ações de defesa e soberania que permeiam as ações da FA intrinsecamente nas ações da 16^a BDA INF SL. Esses ODS 16 referem-se à Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que objetiva as ações para diminuir as diferenças, para a inclusão social, para a sustentabilidade e a justiça para todos. (BRASIL. un.org. 2015; DSSBR. FIOCRUZ).

Essas sinergias resultam em ações defensivas e fluem com maior eficácia, diminuindo as possibilidades de fracasso das operações destinadas à garantia soberana dos brasileiros em momentos de vulnerabilidade, permeadas por ações criminosas e causas naturais, como secas e cheias severas e extremas recorrentes na região da Amazônia. Assim como as parcerias para realização de ações sociais para a população local, como os ACISOS realizados pela Brigada no município de Tefé e em cidades ao seu entorno. São contribuições que garantem e emergem o simbolismo do patriotismo¹² e do civismo¹³ das populações que sobrevivem em regiões sensíveis e que, por muitas vezes, são isoladas pelo fato de a região ser propícia à elevação e descida anual das águas.

¹² Patriotismo é o sentimento de pertencimento ao território. Enraizado na plenitude de defender a sua pátria, contra o interventionismo externo e na garantia dos direitos de todos para um solo hegemônico e igualitário.

¹³ Civismo é a relação fundamentada na hegemonia da coletividade visando a qualidade de vida.

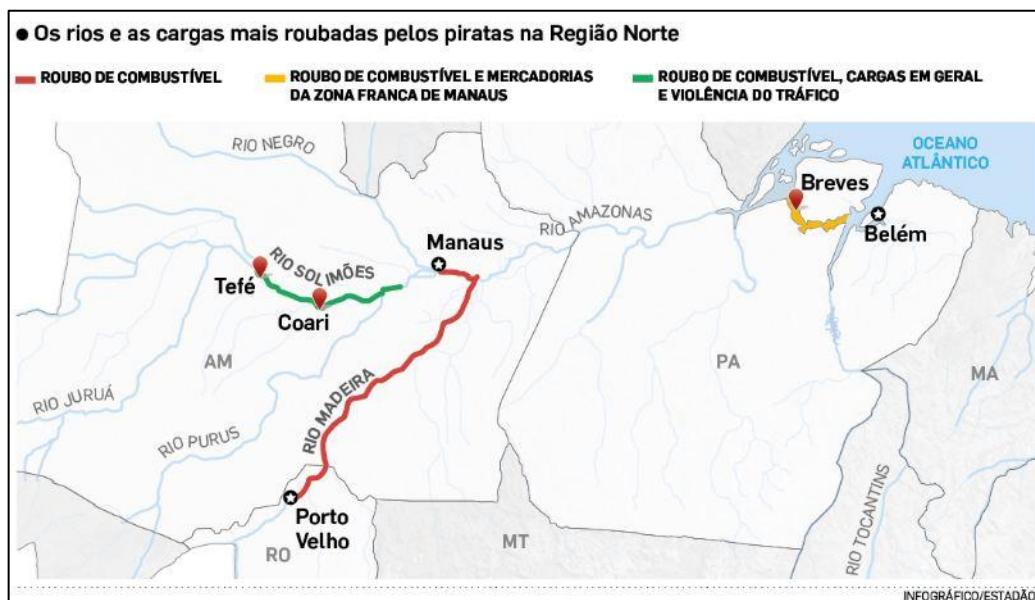
3.6 As ameaças contemporâneas a soberania nacional

A Amazônia, com os seus nove Estados na região norte, impõe sua grandiosidade territorial e natural aos seus desbravadores. Esse território entre rios e vegetação exprime ao amazônida um forte sentimento de pertencimento enraizado no profundo senso patriótico. É por entre esses rios e floresta densa que ocorrem fluxos lícitos e ilícitos, surgem como as ameaças à soberania brasileira.

Nessas regiões do Alto e Médio Solimões–AM, além dos perigos como o tráfico de drogas que sempre esteve presente na Amazônia que vem aumentado nos últimos anos e tem contribuído com aumento a ataques e ameaças às comunidades ribeirinhas. Ressurge uma modalidade ilícita que impõe medo aos navegantes da água doce pelos seus ataques impiedosos os “piratas de rios”, fazendo com que a Amazônia emerja diante da sua exuberância e rica vegetação como um território tenebroso e fascinante.

Na figura 80, as vias fluviais onde ocorrem com maior incidência os ataques à embarcação no Amazonas e Pará.

Figura 80. Percurso dos piratas fluviais nos rios do Amazonas e Pará



Fonte: CDN. Defesa Aérea naval 2017

A vastidão da floresta e os extensos trechos de rios e córregos que emergem nos bastidores das navegações no Amazonas, segundo o Oliveira De Queiroz; DE Queiroz (2024a, 2025b), a extensão do Rio Solimões é de 1.620 quilômetros. É nessa

dinâmica geográfica fluvial que ocorre a mais nova prática ilícita que viola as leis de bens e da vida.

Os piratas fluviais (Oliveira De Queiroz; De Queiroz, 2024a, 2025b) são práticas que imperam nas hidrovias no território da Amazônia. No entanto, diante do conceito de pirataria, que pressupõe o Art. 101 da ‘Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar’ (CNUDM) (BRASIL. un.org. Nações Unidas Brasil, 2015), afirmam que essa prática só ocorre em território marítimo (Oliveira De Queiroz; De Queiroz, 2024a, 2025b). No entanto, o Programa Vigia do Ministério da Justiça e Segurança Pública justifica essa prática nas vias fluviais, como os “Piratas Fluviais”, pelo fato de atos ilícitos serem praticados nos rios da Amazônia brasileira (Oliveira De Queiroz; De Queiroz, 2024a, 2025b).

As ações desses “renovados” grupos criminosos atacam embarcações com mercadorias e passageiros com agressividade e até assassinio, no entanto, suas preferências, como destaca Oliveira De Queiroz; De Queiroz (2024a, 2025b), “seus alvos prediletos são: os narcotraficantes, garimpeiros e contrabandistas provenientes da fronteira com a Colômbia e Peru, no Alto Solimões” (Oliveira De Queiroz; De Queiroz 2024a, 2025b). Na figura 81, desativação de uma das bases fluviais de piratas.

Figura 81. Apreensão e desativação de embarcação e equipamentos



Fonte: Reprodução/ SSP-AM

Esses piratas fluviais utilizam pequenas embarcações, com potentes motores e botes de alumínio (Agência Câmara de Notícias. Câmara Legislativa, 2024), para viabilizar a agilidade na hora dos delitos e fuga. Esse fato de utilizarem motores potentes, barcos equipados, material bélico estruturado e tecnologia são argumentos para chamá-los de “Piratas Modernos”. Diante disso, o narcotráfico, as facções e o crime organizado com todo o seu poder bélico e a sua infraestrutura e a sinergia desses grupos com o tráfico internacional é o que põe em risco a segurança nacional.

3.7 Desafios e adaptações às novas ameaças

A evolução mundial ocorre como que instantaneamente, ancorada nas evoluções geotecnológicas, na troca do trabalho humano por máquinas (sistemas automatizados), na vigilância informatizada, nas operacionalidades e na geoinformação que chegam em tempo real, tão rápido, que quando se percebe tem-se novidades que não se dá conta da adequação.

Isso ocorre em todos os ramos, seja no dia a dia, no comércio, na mídia, no transporte, nas transações financeiras, na saúde, na educação, enfim, em todo lugar e ao tempo todo. Às evoluções soam como o bem e o mal numa concordância infinita. Essa evolução se torna um desafio e, para todo desafio, busca-se resposta para uma adaptação ou superação.

É visível a verificação em questão urgente em níveis de segurança e defesa. Pois uma nação que não detém da sua defesa compactada e um governo com autonomia soberana fragilizada, estruturalmente, se torna uma “terra nullius”¹⁴ (sem literalismo). Diante disso, verifica-se que o Brasil, com todo o seu potencial energético cobiçado por países imperialistas, ainda é refém de políticas internas para direcionamento de recursos financeiros significativos para as práticas defensivas, principalmente nas áreas sensíveis, como na Amazônia. Porém, para produção de produtos militares os proventos podem vir de outras variáveis, como ocorre em outros países, em que empresas assumem uma função imprescindível no apoio logístico na fabricação de material bélico e outros materiais de cunho militar (Narciso, 2007, p. 1).

Neste sentido, segundo o Ministério da Defesa (2024. Brasil, 2005, apud Naval; Alves, S/D, p. 13; DIAS, 2017), a BID, se compõe por um grupo de empresas, estatais e privadas, envolvidas em várias fases, incluindo pesquisa, desenvolvimento e

¹⁴ Terra nullius, em latim, quer dizer “terra de ninguém”.

produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa. Os produtos de bens ou serviços militar, são importantes alcançar as metas defensivas e de segurança do país (Ministério da Defesa, 2024).

A produção de produtos militares vem aumentando, segundo a Gazeta do Povo (2022) diz que o Brasil é o 21.^º exportador de material bélico no mundo. Em 2024, as exportações superaram as exportações de 2023, segundo Brasil (2024), os produtos de exportações foram aeronaves (KC-390 e o A-29 Super Tucano) e a defesa somou R\$ 8,4 bilhões de produtos importados.

No gráfico 11, a evolução das exportações de produtos militares em 2024.

Gráfico 11. Dados parciais sobre as exportações de produtos militares até 29 de julho de 2024



Fonte: SEPROD/Ministério da Defesa (2024).

Os produtos militares brasileiros ano a ano vem superando suas marcas históricas nas exportações. Conforme publicado na Revista Eletrônica SOCIEDADE MILITAR (2025), até julho de 2025, esse setor já atingiu o recorde de US\$ 2,021 bilhões em produtos exportados.

E ainda, segundo a Sociedade Militar (2025), a BID não para de crescer, alcança um número de 280 empresas chegando numa totalidade de 2.060 produtos certificados, em números percentuais no PIB representa 3,58%, gerando a empregabilidade em torno de 3 milhões de funções e cargos diretos e indiretos, e ainda destacou que a BID “combina tecnologia de ponta com versatilidade, o que nos torna altamente competitivos no mercado global” (Ministério da Defesa apud

Sociedade Militar, 2025). Esses marcos superados em exportações de produtos militares, como destacado pela Sociedade Militar (2025), foram comemorados com ardor na fala do ministro José Mucio Monteiro ‘Nos últimos dois anos, 2024, 2025, batemos recordes seguidos’.

A PDN de 1996 já elencava em seu escopo as prioridades territoriais e regionais, as quais se deviam dirigir as prioridades, destacando que o Brasil possui perfil territorial diversificado, o que o torna com “profundidade geo-estratégica e torna complexa a tarefa de planejamento geral de defesa” (Brasil, PDN, 1996, p. 3. Câmara Legislativa, 2005).

A Base Industrial de Defesa (BID) (IPEA, 2012; Brasil, 2024; Canal Gov, 2025), como descrito na minuta disponibilizada parcialmente em [2024], no tópico 2, em seu subtópico 2.2.19, diz que: “Uma base industrial e tecnologia forte constituem fator de autonomia estratégica, uma vez que diminui a dependência externa” (Brasil, 2024; Brasil Minuta, [2024], p. 6).

Reiterando que os incentivos orçamentários da BID poderão ser subsidiados pelo setor empresarial em sinergia com as instituições tecnocientíficas de inovação nacional ou com outros países (Brasil, PND, [2024], p. 6).

Essa sinergia possibilita criar artefatos militares de bens e serviços com inovação setorial de defesa com aporte à evolução interna (Brasil. PND, [2024], p. 6). Neste sentido, a fortificação da BID é a garantia de possibilidades de produzir “produtos de defesa (PRODE)” e os “programas de desenvolvimento de tecnologias”, (Dias, 2017), na qual “[...] incrementaria a geração de empregos qualificados na BID”, além da “absorção de tecnologias avançadas e a geração de oportunidades de exportação” (Brasil, 2005; 2008; 2012; 2016; 2020; [2024]). Como de fato, já ocorre como citado anteriormente.

Esses aportes financeiros são substanciais para o desenvolvimento da BID (DIAS, 2017), assim como em qualquer outra área que almeja sobrepor as inquisições e imposições externas, mais abrangente como ocorre em 2025, em que países imperialistas descarregam as energias diplomáticas de países se pautando em advertências subversivas controladoras de nações em avanço como o Brasil, espreitando a Amazônia e os nossos recursos minerais e naturais.

Na seção em que se destina ao ambiente nacional, no ponto 2.2.20 da minuta da PND [2024, p. 6], refere-se e justifica-se que: para obter o potencial defensivo

diante do imenso território brasileiro, requer investimento em material bélico, tecnologia e modais para desenvolver as ações militares.

Quando se remete aos desafios no Amazonas na realidade das forças militares e Armadas, destacam-se a aplicação financeira, a infraestrutura, material bélico, modais, capital humano e a logística (extensão territorial e hidroviários no caso do Amazonas no Brasil). Esses são os pontos primordiais para serem realizadas operações, é claro que além desses primórdios, leva-se em considerações as estratégias, as táticas e as neotecnologias que são as novas tecnologias que podem ser utilizadas para o combate e em qualquer situação diária que estão em constate inovações como: os drones¹⁵, e as inteligências artificiais como a Alexa, Copilot, ChatGpt, Cortana e a Inteligência Artificial Geral (AGI), que apesar estar em aperfeiçoamento busca o mimetismo das capacidades de raciocínio humano.

Em síntese, segundo a PM, as dificuldades ao enfrentamento dos ilícitos e delitos pautam-se nesses parâmetros: o financeiro, o quantitativo humano, a infraestrutura geo e neo tecnológicas e o próprio território que dificulta a acessibilidade nos emaranhados de vegetação e vias fluviais extensos e os períodos hidrológicos anuais no Amazonas, precisamente no Alto e Médio Solimões, que é a área de atuação do 3º BPM (Tefé). Dessa forma, a 16ª Brigada de Infantaria de Selva é um pilar absoluto na defesa da soberania nacional contra ameaças externa e interna, em que se destacam as calamidades naturais, o narcotráfico, o garimpo, as invasões às terras indígenas, a violação do direito à vida e de bens territoriais. No social, essas atribuições elevam a justificada importância para a segurança nacional à considerando-a “Guardiã que não dorme nem sente sono”. Esse título diz que a Brigada das Missões está em prontidão 24 horas diárias e 365 dias e seis horas ao ano na sua área de responsabilidade territorial de fronteira e no Médio e Alto Solimões, no Amazonas.

Diante dos fatos dissertados através de órgãos militares como a PM e o EB, representados pelos seus comandantes e comandados, instituições educacionais da rede estadual, representadas pelos professores e professoras, da universidade, atuados pelos graduandos e graduandas em geografia do CEST–UEA, ratifica que a presença da Brigada em Tefé é essencial para a segurança, defesa e soberania

¹⁵ Utilizados na guerra da Ucrânia e Rússia.

nacional advinda não apenas de defesa contra forças internacionais, mas como força que interage entre a defesa dissuasória e ações socioambientais.

Essa segurança defensiva garante que: **A supremacia e a soberania da Amazônia são irrefutáveis, inegociáveis¹⁶.**

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto em alguns territórios internacionais a soberania é defendida pela a invasão e a extração dos limites territoriais de uma nação, no Brasil principalmente no extremo norte, na Amazônia brasileira, o narcotráfico, os piratas modernos de rios, os ciclos hidrológicos são os elementos que desafiam a soberania brasileira.

A região fronteiriça do Amazonas onde foi retratada como uma das áreas que demanda atenção devido aos grandes fluxos de pessoas e onde circulam a mercânciaria de drogas e a exploração dos recursos naturais, do ouro, da madeira, e ocorre invasões de terras indígenas assim como o tráfico de pessoas e animais silvestre exige a existência e a presença permanente do Estado.

A 16.^a Brigada de Infantaria de Selva é a representante do Estado em territórios remotos ou de difícil acesso como no Médio e Alto Solimões e essencialmente na tríplice fronteiras (BRA, PER e COL) e nas quatro fronteiras brasileira (BRA, COL, PER e VEN).

O território amazonense mediante sua geografia pautadas em seus rios e córregos, sua vegetação e o seu clima que se sobressai pelas suas belezas naturais e fauna exuberante, esconde perigos e ameaças para quem a defende. Os militares precisam estarem fisicamente, taticamente e emocionalmente preparados para enfrentarem os desafios que a região os impõe.

O município de Tefé é o território que agrupa um número considerável de organizações militares que garantem a defesa e a segurança contra os atos ilícitos transfronteiriços em que se destacam a 16.^a BDA INF SL como o Centro de Comando, a 16.^a BALOG SL, o 16.^º PEL COM SL, o 34.^º PEL PE, e as organizações com destacamento em áreas de fronteira como o 17.^º BIS na cidade de Tefé com a base de Comando de Fronteira Japurá disponibilizando guerreiro de selva ao 3.^º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) em Vila Bitencourt (Japurá), e o Comando de Fronteira

¹⁶ Grifos do autor.

do Solimões/8.^º BIS em Tabatinga com bases de PEF em Atalaia do Norte na comunidade de Palmeira do Javari (1.^º PEF) e o 4.^º PEF na comunidade do Estirão do Equador, o 2.^º PEF na comunidade de Ipiranga em Santo Antônio do Içá, no Amazonas.

A Brigada das Missões participa de várias operações nacionais e internacionais que expande sua capacidade operacional. A operação Ágata, Escudo, Curaretinga, Espelhada, Tucumã são exemplos de ações contra os mais diversos ilícitos que ocorrem na região do Médio e Alto Solimões e nas fronteiras terrestre entre o Brasil (Amazonas) e nas confluências com países circunvizinhos.

Além das ações operacionais militares desenvolvidas pela e com a Brigada e suas organizações militares, colabora com a população em situação de vulnerabilidade exponencialmente durante o ciclo hidrológico conhecido na região como enchente e vazante, em que nos anos de 2022 e meados de 2025, chegaram ao extremo com rios secos ou com inundações a cidades e comunidades prejudicando o desenvolvimento socioeconômico e educacional dos ribeirinhos, assim como a navegação.

Diante de muitos eventos, condições e situações até 1993, Tefé era um município com desenvolvimento econômico pautado no comércio local e de pequenos produtores com seus sítios ou roças¹⁷. A presença da 16.^a BDA INF SL melhorou a vida do tefeense na empregabilidade para os jovens com o serviço militar obrigatório. A rentabilidade e o fluxo econômico tiveram impacto significante, a segurança e a defesa foram bruscamente reduzindo e coibindo no que tange os ilícitos transfronteiriços.

As ações cívico-sociais é outro diferencial da Brigada das Missões que minimizam as dificuldades em assistência médica, odontológica, palestras e promovendo projeto como o Soldado Cidadão que prepara os jovens para ingressar na carreira militar.

Essas ações desmistificam o EB não apenas como força defensiva, mas a torna como força de múltiplas ações contra invasão territorial e a necessidade humana conjugando a integração social e a força dissuasória para alcançar a soberania nacional. Pois a defesa nacional não deve estagnar-se apenas em defensiva territorial, mas em poder cumprir o compromisso de civilidades resguardando o direito de seus

¹⁷ Sítios e Roças são chamados em Tefé, o espaço onde se planta culturas como macaxeira, cebolinha, tomate, limão e a mandioca que produz a farinha muito consumido na Região do Amazonas.

nacionais e estes o seu dever de o defendê-lo. Neste sentido, se concretiza a soberania nacional. Esta seria a importância da Brigada para a Defesa Nacional, mediante o seu poder dissuasório, ações subsidiárias e a integração social.

REFERÊNCIAS

16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Comando Militar da Amazônia. **16ª Brigada de Infantaria de Selva realiza Ação Cívico-Social em Comunidade na Amazônia.** 2023. Disponível:<<https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/16-brigada-de-infantaria-de-selva-realiza-aciso-em-comunidade-na-amazonia>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Comando Militar da Amazônia. **16ª Bda Inf SI celebra 30 anos de presença militar em Tefé.** 2023. Disponível em:<<https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/16-bda-inf-sl-celebra-30-anos-de-presenca-militar-em-tefe-no-amazonas-com-acoes-civico-sociais> Acesso: 14 de agosto de 2024 às 07:44.

16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. ecoamazonia – **Ações humanitárias: 16ª Bda Inf SI realiza 3.772 procedimentos e entrega 5.700 cestas básicas no 1º Trim/2025.** 2025. Disponível: <<https://www.ecoamazonia.org.br/2025/04/acoes-humanitarias-16a-bda-inf-sl-realiza-3-772-procedimentos-e-entrega-5-700-cestas-basicas-no-1o-trim-2025/>> Acesso: 09/03/2025 H. 15:50.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Câmara Legislativa. **Projeto pune com mais rigor piratas de rios.** 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1086994-projeto-pune-com-mais-rigor-piratas-de-rios>> Acesso em: 20/12/2024.

AGÊNCIA GOV | Via Exército. **Ações simultâneas na Amazônia intensificam o combate a crimes.** 2025. Disponível: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/acoes-simultaneas-na-amazonia-intensificam-o-combate-aos-illicitos> Acesso: 26/05/2025. H. 14:00.

AMAZONAS ATUAL. **Facções disputam domínio de rios no AM para tráfico de drogas e armas.** 2023. Disponível: <https://amazonasatual.com.br/faccoes-disputam-dominio-de-rios-no-am-para-trafico-de-drogas-e-armas/>

ANDRADE, Manuel Correia de, 1992- **A questão do território no Brasil** / Manuel Correia de Andrade. – 2. Ed. – São Paulo : Hucitec, 2004.

ATLAS HISTÓRICOS. General Médici - Atlas Histórico do Brasil – FGV. 2025. Disponível: <https://atlas.fgv.br/verbete/3388> Acesso: 10/05/2024.

BAUMGRATZ, Deise. **O Estado, a Nação e o Estado-Nação.** Alamedas, v. 5, n. 2, 2017.

BCSD PORTUGAL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2022. Disponível em: <<https://ods.pt/ods/>> Acesso em: 15/12/2024.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 156. 1998.

BECKER, Bertha K. **Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. Fronteiras.** Brasília: Editora UnB, p. 60-89, 1988.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da amazônia.** Estudos avançados, v. 19, p. 71-86, 2005.

BELLON, José. Orlando. **O Sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM) contribuindo para o conhecimento da biodiversidade.** Revista CEJ, v. 3, n. 8, p. 16-22, 9 ago. 1999.

BERNARDINO, Luís Miguel Marques. **Bem-estar e performance no contexto militar.** 2022.

BORGES DA SILVA, Victor et al. **ÂNCORAS DE CARREIRA DE JOVENS MILITARES TEMPORÁRIOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.** Caderno de Administração, v. 30, n. 1, 2022.

BRASIL, Defesa. 1ª Minuta da Política Nacional de Defesa (PND). 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/arquivos-para-noticias/pnd_2024_-_1a_minuta.pdf Acesso em: 10/10/2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. 268 p. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf Acesso: 20 de set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. 268 p. Constituição Federal 1988. Art. 20. § 2º.

BRASIL. Agência do Governo. Ministério da Defesa. **Ministério da Defesa convoca sociedade para contribuir com a Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/ministerio-da-defesa-convoca-sociedade-para-contribuir-com-a-politica-nacional-de-defesa-e-estrategia-nacional-de-defesa> Acesso em: 10/10/2024

BRASIL. CÂMARA LEGISLATIVA. **PROGRAMA CALHA NORTE.** Convênios e contratos de Repasse: normas e Instruções – Edição Outubro 2022 – Calha Norte. Programa/secretaria geral/Departamento do Programa Calha Norte. Brasília, 2022. 101 p. 2023. Disponível em:
[<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2023/e-mendas/cartilhas/PCN_MD.pdf>](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2023/e-mendas/cartilhas/PCN_MD.pdf) Acesso: 15 de out. 2024.

BRASIL. Comando Militar da Amazônia. **16ª Brigada de Infantaria de Selva: resultados do 1º trimestre/2025 fortalecem a soberania brasileira na faixa de fronteira amazônica.**

2025. Disponível:<<https://www.sociedademilitar.com.br/2025/04/16a-brigada-da-infantaria-de-selva-resultados-do-1%20trimestre-2025-fortalecem-a->

soberania-brasileira-na-faixa-de-fronteira-amazonica.html> Acesso: 10/05/2025. H. 09:57.

BRASIL. Conselho Nacional da Amazônia Legal. Plano Amazônia 2021 – 2025. Brasília: Conselho Nacional da Amazônia Legal, 2021. Resolução nº 3, de 9 de abril de 2021. Diário Oficial da União, 14 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Publicado por Presidência da República. Disponível em: Decreto nº 11.962.

BRASIL. Defesa. 1ª minuta da Política Nacional de Defesa (PND). 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/arquivos-para-noticias/pnd_2024_-1a_minuta.pdf

BRASIL. Exército brasileiro. Operação Ágata Amazônia 2025 inutiliza 16 itens como dragas e balsas de garimpos ilegais. 2025.

Disponível:https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/sobe-para-16-numero-de-estruturas-de-garimpo-neutralizadas-durante-operacao-agata-amazonia-2025?p_l_back_url=%2Fnoticiario-do-exercito%3Fsort%3DdisplayDate- Acesso: 04/07/2025. H. 05:06.

BRASIL. Gov.br. Gabinete de Segurança Institucional. Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF). 2019–2025. Disponível:<<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-de-fronteiras/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ptif-1>>Acesso em: 15/03/2025. H. 15:00.

BRASIL. Governo Federal. SECOM. Governo Federal lança programa Cidades Intermediadoras para reduzir desigualdades regionais. 2024. Disponível em:<<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/governo-federal-lanca-programa-cidades-intermediadoras-para-reduzir-desigualdades-regionais>>Acesso: 10/11/2024.

BRASIL. MD. ASCOM. Força-tarefa do Governo Federal reduz em 80% área de garimpo ilegal no Território Yanomami. 2023. Disponível: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/forca-tarefa-do-governo-federal-reduz-em-80-area-de-garimpo-ilegal-no-territorio-yanomami> Acesso: 10/12/2023. H. 15:00.

BRASIL. Ministério da Defesa. 16ª Brigada de Infantaria de Selva realiza Ação Cívico-Social em Comunidade na Amazônia. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2 dez. 2023. Disponível em: <https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/16-brigada-de-infantaria-de-selva-realiza-aciso-em-comunidade-na-amazonia>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Ágata 2025: operação da Defesa gera R\$ 225 milhões em prejuízos ao crime organizado na Amazônia. Disponível:<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/agata-2025-operacao-da-defesa-gera-r-225-milhoes-em-prejuizos-ao-crime-organizado-na-amazonia> 2025. Acesso: 10/06/2024. H.14:00.

BRASIL. Ministério da Defesa. ASCOM. **Ágata Amazônia: Cerca de 1.500 militares das Forças Armadas intensificam repressão aos crimes transfronteiriços na região.** 2024. Disponível:<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/agata-amazonia-cerca-de-1-500-militares-das-forcas-armadas-intensificam-repressao-aos-crimes-transfronteiricos-na-regiao> Acesso: 24/10/2024. H. 15:00.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cerca de 1 milhão de homens e mulheres se alistam para o Serviço Militar.** 2025. Disponível em:<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/cerca-de-1-milhao-de-homens-e-mulheres-se-alistam-para-o-servico-militar> Acesso: 04/07/2025. H. 04:57.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Com US\$ 2,021 bi em exportações de produtos e serviços, setor de defesa atinge novo recorde histórico.** 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/com-us-2-021-bi-em-exportacoes-de-produtos-e-servicos-setor-de-defesa-atinge-novo-recorde-historico>> Acesso em: 02/08/2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Convênio e Contrato de Repasse: Normas e Instruções – 2ª Edição Revisada/2018 – **Calha Norte.** Programa/Secretaria Geral/Departamento do Programa Calha Norte. Brasília, 2018. 143 p. 2019. https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/programas_sociais/convenios-contratos-repasso-normas-instrucoes.pdf acesso: 10 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Defesa intensifica ações de combate a crimes ambientais e transfronteiriços.** 2025. Disponível:<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/defesa-intensifica-acoes-de-combate-a-crimes-ambientais-e-transfronteiricos> Acesso: 07/06/2025 h. 15:12.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas.** 4a ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa. Política Nacional de Defesa.** Congresso Nacional. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf Acesso: 20 de set. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Histórico da Operação Ágata.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata-1/arquivos/relatorio-resumo-e-resultados-operacao-agata.pdf>. Acesso em: 8 julho 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Ágata.** Brasília: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata-1>

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Ágata: ações das Forças Armadas somam R\$ 71,3 milhões em apreensões de drogas e prejuízo ao garimpo ilegal.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/operacao-agata-acoes>

das-forcas-armadas-somam-r-71-3-milhoes-em-apreensoes-de-drogas-e-prejuizo-ao-garimpo-ilegal Acesso em: 16 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **PND-END**. Cópia do Estado e Defesa. Congresso Nacional. 2020. PDF Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 61, de 23 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata-1/arquivos/relatorio-resumo-e-resultados-operacao-agata.pdf> Acesso: 06 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Cópia do Estado e Defesa. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf 17 de ago. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. 4. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. un.org. Nações Unidas Brasil. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>> Acesso em: 21/10/2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nação, estado e estado-nação**. <http://tinyurl.com/7r9svjd>. Acesso em, v. 4, p. 2012, 2008.

BRICK, Eduardo Siqueira. **Uma análise crítica dos documentos de alto nível da defesa do Brasil (PND, END e LBDN, versão 2020)**. 2020. Disponível em: <https://defesa.uff.br/2020/08/17/analise-critica-da-pnd-end-e-lbdn-versao-2020/> Acesso em: 6 ago. 2024.

BRITO, Vladimir. **Do Estado: da construção à desconstrução do conceito de Estado Nação**. Revista da História das Ideias, v. 26, 2005.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geoestrategic Imperatives**. New York. BasicBoock, 1997. Título em português: O Grande Tabuleiro de Xadrez: A Primazia Americana e seus imperativos Geoestratégicos. 1997.

CÂMARA LEGISLATIVA. **Política de Nacional Defesa**. 2005. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5484-30-junho-2005-537691-politicadedefesanacional-pe.doc>> Acesso em: 25/08/2024.

CARNEIRO, Henrique. **Guerra dos trinta anos. História das guerras**, v. 3, p. 163-187, 2006.

CEARÁ, Diego Barbosa. **FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina**. História Social, v. 13, n. 17, p. 203-224, 2009.

CHAGAS, Rodolfo Pereira das. **Movimentos nacionalistas na Europa pÃ³s-guerra fria: os casos de Flandres, EscÃ³cia e Catalunha.** 2017. Tese de Doutorado. Universidade de SÃ£o Paulo.

CLAUSEWITZ, Carl Von, **Da Guerra, Prefácio de Anatole Rappaport** – ed. Perspectiva e Realidades, Ltda – Livraria Martins Fontes Editora LTDA, São Paulo; p.787. 1979.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNA. EXÉRCITO BRASILEIRO. Presença do Exército nas quatro tríplices fronteiras da Amazônia Ocidental reforça soberania e combate a crimes. 2025. Disponível: <https://www.ecoamazonia.org.br/2025/05/presenca-do-exercito-nas-quatro-triplices-fronteiras-da-amazonia-ocidental-reforca-soberania-e-combate-a-crimes/> Acesso em: 29/05/2025 H. 10:00.

CONJUR. A internacionalização da Amazônia e a soberania brasileira. 2002. Disponível: https://www.conjur.com.br/2002-set-01/internacionalizacao_amazonia_soberania_brasileira/

CORREIA. João Denison Maia. VIDAL. Luciano Müller. O SISTEMA DE DEFESA DO ARCO CENTRAL E A FRONTEIRA: EXÉRCITO BRASILEIRO E MARINHA DO BRASIL. IPEA.2025. Disponível: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/lv_190780_fronteiras%20do%20brasil_cap3.pdf Acesso: 08/07/2025. H. 21:00.

COSTA, Wanderley Messias da. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. Espace Politique, 2017. DOI: 10.4000/espacepolitique.4132.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Do poder das redes as redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostas do narcotráfico na Metrópole de Belém-PA. Orientador: Durbens Martins Nascimento. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências do desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10461>. Acesso em: 13/11/2025. Às 11:49.

COUTO. Aiala Colares. Ameaças e caráter transnacionais do narcotráfico na Amazônia brasileira. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.25852>. Acesso em: 13/11/2025. Às 12:48.

DA COSTA, Graciete Guerra. A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. 2016. Acervo, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 116-133, jan./jun. 2016. ISSN 2237-8723. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/664/694> Acesso em: jul. 2024.

DA SILVA, Antônio Timóteo Printes et al. **Prática socioeconômica na seca e na cheia do rio, na Comunidade São Francisco, no Distrito de Terra Nova, no Careiro da Várzea, Amazonas.** REVISTA DELOS, v. 17, n. 60, p. e2417-e2417, 2024.

DA SILVA, Fredson Bernardino Araújo; NETO, Thiago Oliveira. **Fortes na Amazônia brasileira: controle territorial e rede urbana.** Revista de Geopolítica, v. 13, n. 4, p. 1-14, 2023.

DA SILVA, Victor Borges et al. **ÂNCORAS DE CARREIRA DE JOVENS MILITARES TEMPORÁRIOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.** Caderno de Administração, v. 30, n. 1, p. 65-80, 2022.

DE CASTRO, Therezinha. **Geopolítica: princípios, meios e fins.** Biblioteca do Exército, 1999.

DE MEIRA MATTOS, Carlos. **AMAZÔNIA:: O Grande Desafio Geopolítico.** **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 41, p. 313-321, 2002.

DE OLIVEIRA, André Luis Faria Teixeira; FARIA, Helio Caetano. **O Sisfron como ferramenta da estratégia da presença em meio ao desafio orçamentário entre 2012 e 2022.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 10, n. 2, 2023.

DE OLIVEIRA MUNIZ, Jacqueline; JÚNIOR, Domício Proença. **Forças armadas e policiamento.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, n. 1, p. 48-63, 2007.

DE OLIVEIRA, ELIÉZER RIZZO. **A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas.** Interesse nacional, p. 71-83, 2009.

DE SOUZA JUNIOR, Antônio. **A Influência da Geografia Sobre a Estratégia.** Revista da Escola Superior de Guerra, n. 21, p. 117-141, 1992.

DECRETO nº 11.962, de 22 de março de 2024. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mar. 2024.

DEFESA EM FOCO. A Importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira. 2021. Disponível: <https://www.defesaemfoco.com.br/a-importancia-dos-pelotes-especiais-de-fronteira-na-regiao-amazonica-brasileira/>

DEFESA EM FOCO. Com.br. Soberania em ação: 16ª Bda Inf SI patrulha fronteira com Peru e Colômbia. 2025. Disponível: Soberania em ação: 16ª Bda Inf SI patrulha fronteira com Peru e Colômbia Acesso: 10/05/2025. H. 09:00.

DEFESA EM FOCO. Guardiões da Floresta: A Força da 16ª Brigada de Infantaria de Selva na Proteção da Fronteira Amazônica. 2024. Disponível:<<https://www.defesaemfoco.com.br/guardioes-da-floresta-a-forca-da-16a-brigada-de-infantaria-de-selva-na-protecao-da-fronteira-amazonica>> Acesso: 20/06/2024.

DEFESANET.COM.BR. Com recursos do SISFRON, 16ª Brigada de Infantaria de Selva moderniza sua frota fluvial. 2020. Disponível: <<https://www.defesanet.com.br/terrestre/com-recursos-do-sisfron-16a-brigada-de-infantaria-de-selva-moderniza-sua-frota-fluvial/>> Acesso: 25/04/2024. H. 20:00.

DEIRÓ NETO, Milton; LUEDY, Tiago. Geopolítica e projeção de poder na Amazônia: reestruturação da estratégia de defesa, reorganização dos comandos

militares e remanejamento de forças. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 63, n. 2, p. e012, 2020. DOI: 10.1590/0034-7329202000212.

DE MORAES, Carlos Henrique Arantes de Moraes. A presença do estamento militar na Amazônia Brasileira como cultura estratégica nacional. 2021.

DENARDIN, Marcela Giuliani et al. SENTIDO DO TRABALHO E A ESCOLHA PELA VIDA NA CASERNA PARA MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista Gestão Organizacional, v. 15, n. 1, p. 80-97, 2022.

DIAS. Rodrigo da Silva Braga. A Política de Integração regional da Base Industrial de Defesa no contexto do Conselho de Defesa Sul-americano. 2017. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/30728165/a-politica-de-integracao-regional-da-base-industrial-de-defesa-no-contexto-do-co>

DINIZ, Eugênio. O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. São Paulo: USP, v. 194, 1994.

DO NASCIMENTO, Luiz Augusto Rocha. Serviço Militar Obrigatório no Exército Brasileiro:(re) formando o Cidadão.

DSSBR. FICRUZ. Conheça os ODS. Escola Nacional de Saúde Pública. 2020. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/agenda-2030/conheca-os-ods> Acesso em: 25/08/2024.

ESTEVES, Fernando Casagrande. Os pelotões especiais de fronteira da Amazônia como vetores estratégicos para a Política Nacional de Fronteiras. 2024. Disponível: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/2095>

FAB.MIL.BR. Forças Armadas fortalecem combate ao garimpo ilegal e ao tráfico de drogas. 2024. Disponível:<https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/43030/OPERACAO%2520AGATA%2520AMAZONIA%2520-%2520For%C3%25C3%25A7as%2520Armadas%2520fortalecem%2520combate%2520ao%2520garimpo%2520ilegal%2520e%2520ao%2520tr%C3%25C3%25A1fico%2520de%2520drogas>Acesso em: 12/01/2024.

FERRARI, Douglas Angelo; FERRARI, Flávia Jeanne. A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA: LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO. REVISTA JURÍDICA-DIREITO, JUSTIÇA, FRATERNIDADE & SOCIEDADE, v. 1, n. 2, p. 90-105, 2025

FERREIRA, Patricia Aparecida; DE BARROS, Rodrigo Borges. o papel das Forças Armadas na Defesa Nacional. Uberaba, Universidade de Uberaba. Disponível em: www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/adu/artigos/XIII_cadu/o_papel_das_forcas_armadas_na_defesa_nacional.pdf. (Consultado em 20.08. 2017), 2016.

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. O poder de polícia atribuído ao Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre.: Um enfoque geográfico, geopolítico e jurídico. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2281, 29 set. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13580>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FILIPPI, Eduardo Ernesto; MACEDO, Marcus Vinicius Aguiar. **A conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes.** Tempo do mundo. n. 27 (dez. 2021), p. 191-214., 2021. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/241559/001140215.pdf?sequence=1>

FOLMER, Ivanio et al. **PODER E TERRITÓRIO.** Geopolítica [recursos eletrônicos] : poder e território / Organização: Ivanio Folmer... [et al]. – São Paulo : FFLCH/USP 2021. 2.103 kb ; PDF . – (Debates sobre geopolítica).

Fonseca Junior, Pedro. **O sistema industrial de defesa brasileiro e a resiliência de suas empresas estratégicas / Pedro Fonseca Junior.** – 2022.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX / Tássio, Franchi.** -- 2013.

FRANCO, Fernando Griep de Souza. **O Emprego da 16ª Brigada de Infantaria de Selva em sua Subárea e Segurança Integrada na Defesa dos recursos naturais estratégicos na brasileira.** 2019. Disponível: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6172> Acesso: 12/10/2024. H. 17:20.

FURTADO, Everaldo Bastos; FRANCHI, Tássio. **O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM): uma estratégia de monitoramento ambiental e dissuasão para a Amazônia brasileira.** Revista de Geopolítica, vol. 14, n. 4, 2023.

G1.COM. **Amazônia2030. Estudo aponta ‘dez Rios de Cocaína’ usados por facções criminosas no Amazonas.** 2025.

Disponível:<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/02/02/conheca-os-dez-rios-de-cocaina-usados-por-faccoes-criminosas-no-amazonas.ghtml>

GAZETA DO POVO. **Qual é a posição do Brasil no comércio global de armamento militar.** 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/armamento-militar-qual-e-a-posicao-do-brasil-no-comercio-global/> Acesso em: 18/02/2025.

GIESTEIRA, Luís Felipe; MATOS, Patrícia de Oliveira; FERREIRA, Thiago Borne. **A Defesa Nacional no Plano Plurianual 2016-2019: uma avaliação a partir dos projetos estratégicos.** Brasília: Ipea, 2019.

GT agenda 2030. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030.** 2025. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>> Acesso em: 02/07/2025.

GUERRA DA COSTA, Graciete Guerra. **A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII.** 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **A revolução francesa.** Paz e Terra, 2005.
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9658/1/BRUA21_Ensaio2.pdf Acesso em: 10 de out. 2024. Disponível em:<<https://deusgarcia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/09/revolucao-francesa-hobsbawm.pdf>> Acesso: 10 de jun. 2024.

HUNTINGTON, Samuel P. 1927–2008. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militar** / Samuel P. Huntington. – 2. Ed. Ver. Atual. – Rio de Janeiro: Bblioteca do Exército, 2016. 592 p. : il.; 23 cm – (Biblioteca do Exército; 936. Coleção General Benício; v. 534).

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 81, 1996.

IBGE. **IBGE atualiza municípios de fronteira e defrontantes com o mar devido a mudanças de limites.** 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites> Acesso em: 21/11/2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tefe.html> Acesso em: 10/01/2025.

IPEA. **A Base Industrial de Defesa brasileira.** 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/f866f949-2b39-4f98-9033-f389ee6c1884>> Acesso em: 08/10/2024.

JOBIM, Anísio. Panoramas amazônico. Manaó. Editora Typ Fenix. 1937. Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/panoramas_amaz_nicos_-_tef_> Acesso: 03 de jun. 2023.

JUS.COM.BR. **O poder de polícia atribuído ao Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre.** 2009. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/13580/o-poder-de-policia-atribuido-ao-exercito-brasileiro-na-faixa-de-fronteira-terrestre>

Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria. Lakatos. – 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva María. **Fundamentos de metodología científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva María Lakatos. – 5. Ed. – São Paulo : Atlas 2003.

LIMA, A. R. ; QUEIROZ, K. O. . **Expansão urbana e valorização do espaço: o caso do Beco do Bexiga em Tefé.** In: Aldo Rodrigues de Lima; Edilane da Silva Santana. (Org.). Reflexões Geográficas do Solimões: coletânea de artigos do Escritório Geográfico-Ambiental (EGA). 1ed. Manaus: BK Editora/EGA, 2022, v. 1, p. 07-24.

LOCKE, John, 1632-1704. **Segundo tratado sobre o governo civil : ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil** / John Locke ; introdução de J.W.Gough ; tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994 – (Coleção clássicos do pensamento político). Disponível em: <https://marcosfabionuva.com/wp-content/uploads/2011/08/locke-john-segundo-tratado-sobre-o-gov-civil.pdf> Acesso em: 10 de jul. 2024.

LOPES, Marcos Vinicius Morais et al. Os projetos estratégicos e o processo de modernização do exército brasileiro. 2016. MATTOS, Carlos de Meira, **Geopolítica e Trópicos** – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168553/Monografia%20do%20Marcos%20Lopes.pdf?sequence=1> Acesso: 10 de out. 2024.

MATTOZINHO, Rafael da Cruz. **O EMPREGO DO SISTEMA DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADOS (SARP) CATEGORIA 0 (ZERO) PELAS UNIDADES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL.** 2022.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley. **A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional.** L'Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique, n. 31, 2017.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Métodos Quantitativos e Qualitativos: Oposição ou Complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Até julho de 2024, exportações de produtos de defesa somaram R\$ 8,4 bilhões superando o total do ano passado.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ate-julho-de-2024-exportacoes-de-produtos-de-defesa-somaram-r-8-4-bilhoes-superando-o-total-do-ano-passado>. Acesso em: 20/01/2025.

MINISTÉRIO DA Defesa. PND-END. Cópia do Estado e Defesa. Congresso Nacional. 2020. PDF Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf Acesso em: 17 de ago. 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Programa Calha Norte beneficia cerca de 15 milhões de brasileiros em 10 estados.** Brasília, DF, [ano da publicação2021-2022]. Disponível em: [URL da fonte oficial: www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/programa-calha-norte-beneficia-cerca-de-15-milhoes-de-brasileiros-em-10-estados]. Acesso em: [data de acesso23 de novembro de 2023].

MONTEIRO NETO, Aristides; PÊGO FILHO, Bolívar. A proposta de revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): memória de um grupo de trabalho. 2019.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de. **A Importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira.** Revista Agulhas Negras, v. 5, n. 6, p. 17-35, 2021. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/aman/article/view/7750>. Acesso em: 09 set. 2024.

MOTTA, Vitória. **Portal Amazônia responde: como funciona o Calha Norte?** Publicado no dia 12 de abril de 2023. Acesso: 21 de janeiro de 2024.

NARCISO, Jorge. A ligação das Forças Armadas à sociedade civil. 2007.

NAVAL, ESCOLA DE GUERRA; ALVES, CMG IM LUIZ CLAUDIO OTRANTO. **FINANCIAMENTOS E GARANTIAS COMO FOMENTO À BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA (BID Br)** s/d.

NERY, Carlos Elizio Santiago. **A importância do Programa Calha Norte no desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia Ocidental nos últimos 20 anos** / Carlos Elízio Santiago Nery. — Rio de Janeiro: ECHEME, 2019. 82 p.: il. color.; 30 cm. Disponível em:https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5040/1/MO%200912_NERY.pdf Acesso: 05 de set. 2024.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Estados-nacionais, fronteiras e o ensino de Geografia**. Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 5, n. 1, p. 141-157, 2021.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista; NETO, Thiago Oliveira. **Os Rios na Fronteira do Brasil. Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 12, n. 29, p. 55-73, 2022.

OLIVEIRA DE QUEIROZ, K. **Da fragilidade do espaço à vulnerabilidade do território: a pirataria fluvial no rio Solimões no estado do Amazonas**. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 18, n. 3, p. 204 – 228, 2025. DOI: 10.5216/ag.v18i3.76794. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/76794>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ORBE. Rogério Prevato Moreira. **A conscientização política-econômica para o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa**. / Rogério Prevato Moreira Orbe. —2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Amazônia e mudança climática. ONU News, 2022**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/interview/2022/03/1781412>. Acesso em: 5 julho. 2024.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). **Gestão do Tratado de Cooperação Amazônica sobre as bacias hidrográficas amazônicas**. Brasília: OTCA, 2022. Disponível em: <https://otca.org/pt/quem-somos/>. Acesso em: 28 de julho 2024.

PEIXOTO JÚNIOR, Henrique Lúcio da Cruz; PAIVA JUNIOR, Antonio Freire de; **A Geopolítica da Amazônia: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro**. 2020. Disponível: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8726/1/MO%206344%20-%20PEIXOTO.pdf>

PINHEIRO. Karina. **Conheça os fortés da Amazônia que existiram entre os séculos XVII e XVIII**. Portal Amazônia. 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/conheca-os-fortes-da-amazonia-que-existiram-entre-os-seculos-xvii-e-xviii/> Acesso: 20 de jul. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

PROJETO BACIA AMAZÔNICA - OTCA. Diálogo e ação na Bacia Amazônica: para o maior rio do mundo. A poluição do rio Amazonas é um dos nove problemas críticos da Amazônia. Disponível em: https://otca.org/pt/ctp_otca_projetos/projeto-bacia-amazonica-2/. Acessado em: 24 de abril de 2024 às 17:55.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-11122015-145315.

REVISTA SOCIEDADE MILITAR. Estupefatos por ficar de fora: Militares são excluídos da gestão do projeto Calha Norte, considerado crucial para a defesa nacional. 2024. Disponível em:<https://www.sociedademilitar.com.br/2024/10/estupefatos-por-ficar-de-fora-militares-sao-excluidos-da-gestao-do-projeto-calha-norte-considerado-crucial-para-a-defesa-nacional.html>. acesso: 03 de out. 2024.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. A nova geografia militar: logística, estratégia e inteligência. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. A questão geopolítica da Amazônia : da soberania difusa à soberania restrita / Nelson de Figueiredo Ribeiro. -- Brasília : Senado Federal, 2005. L + 540 p. : il. -- (Edições do Senado Federal ; v. 64)

RODRIGUES, Eubia Andréa Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões / Eubia Andréa Rodrigues – Manaus: UFAM, 2011. Dissertação de mestrado.

SANTANA, Renato. Projeto da ditadura, Calha Norte segue sob críticas por militarização, impactos ambientais e ausência de participação comunitária indígena. InfoAmazônia. 20 de abril de 2023 às 13:45. Acesso em 10 de abril de 2024.

SANTOS, Iasmin Vilar dos. A importância do mar do sul da China nas relações políticas e militares entre China, Estados Unidos e Sudeste Asiático. 2023.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em:<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/16612/1/21909121.pdf> Acesso: 02 de ago. 2024.

SCHWAIZER, Vanessa Raskopf et al. As estratégias brasileiras de integração regional: os casos do Projeto SIPAM/SIVAM na tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana (2000-2012). 2016.

SILVA, Sandro Pereira. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 67, n. 3, p. 351-376, 2016. Disponível em:<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/673/766> Acesso: 20 de out. 2024

SILVA, T. L., GOUVÉA, I. A. M., GUERRA, P. R. C., SENA, R. L. M., ROCHA, C. M. S., & Ayres, A. B. S. (2022). A Importância Estratégica da Criação da Brigada da

Foz do Amazonas para a Defesa da Amazônia Setentrional Brasileira. Ministério da Defesa.

SILVA. Franklin Rabêlo da. **Fortificações portuguesas na Amazônia.** Tribuna do Advogado. 2019. Disponível em: <https://atribunadoadvogado.blogspot.com/2019/10/fortificacoes-portuguesas-na-amazonia.html> Acesso: 09 de out. 2024.

SOARES. Álvaro Teixeira. **História das Formações das Fronteiras do Brasil /** Álvaro Teixeira Soares. – Brasil. Brasília: FUNAG, 2021. 416 p. (Bicentenário: Brasil 200 anos _ 1822-2022).

SOCIEDADE MILITAR. **Setor de defesa brasileiro bate recorde e atinge US\$ 2,021 bilhões em exportações; saiba como a indústria gera empregos e impulsiona a economia.** 2025. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2025/07/defesa-recorde-expotacoes-us-2021-bilhoes-exportacoes-industria-empregos-economia-cvl.html> Acesso em: 09/08/2025.

SUN TZU, Século VI a.C. **A arte da guerra** / Sun Tzu ; tradução Elvira Vigna. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2011.

SUN-TZU. **A arte da guerra** [livro eletrônico] / Sun-Tzu, Sun-Pin; colaboração de Meichun Lee Sawyer; tradução para o inglês, introdução e comentário de Ralph D. Sawyer; tradução a partir do inglês de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 1,38 Mb; ePUB. Título original: The art of war. Edição completa. ISBN 978-85-7827-568-6.

TORRES, Alexandre de Lima. **A contribuição do Exército Brasileiro para a defesa e desenvolvimento da Amazônia Ocidental.** 2020.

UOL.com.br. **Tiros, droga em submarino: PCC, milícia e piratas disputam rios na Amazônia.** 2024. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/01/03/piratas-faccoes-milicias-disputamrios-amazonia.htm>>Acesso: 15/05/2024. H. 07:11.

WIKIPEDIA. **Base Industrial de Defesa.** 2024. Reeditada em 2025. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Base_Industrial_de_Defesa Acesso em: 09/08/2025.

ANEXO 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DEGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG



CARTA DE APRESENTAÇÃO DO ACADÊMICO PESQUISADOR

Manaus, 12 de maio de 2025

Prezado(a),

Por meio desta apresentamos o acadêmico **ALDO RODRIGUES DE LIMA** aluno do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM/Manaus, que está realizando a pesquisa intitulada “**A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA 16º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS MISSÕES- TEFÉ-AM) PARA A DEFESA NACIONAL**”. Sendo assim, vimos através desta, solicitar sua autorização para execução e coleta de dados em sua instituição.

Por este motivo dirigimo-nos a V. S^a solicitando autorização para se fazer coleta de dados, que tem como instrumento questionário e entrevista.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas, bem como garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do profissional entrevistado.

Ainda queremos dizer-lhe que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento deste pesquisador em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste futuro profissional e, da pesquisa científica em nossa região. Colocamo-nos à vossa disposição na Universidade ou outros contatos, conforme segue:

Contato do aluno Pesquisador: (97) 98404-1138 E-mail: aldolima@gmail.com
sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Nelcioney José de Souza Araújo

Prof. Dr. Nelcioney José de Souza Araújo

Orientador nelcioney@ufam.edu.br

92-99178-0230

ANEXO 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS INQUIRIDOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DEGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG



CARTA DE APRESENTAÇÃO DO ACADÊMICO PESQUISADOR

Manaus, 12 de maio de 2025

Prezado(a),

Por meio desta apresentamos o acadêmico **ALDO RODRIGUES DE LIMA** aluno do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM/Manaus, que está realizando a pesquisa intitulada “**A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA 16º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS MISSÕES- TEFÉ-AM) PARA A DEFESA NACIONAL**”. Sendo assim, vimos através desta, solicitar sua autorização para execução e coleta de dados em sua instituição.

Por este motivo dirigimo-nos a V. S^a solicitando autorização para se fazer coleta de dados, que tem como instrumento questionário e entrevista.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas, bem como garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do profissional entrevistado.

Ainda queremos dizer-lhe que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento deste pesquisador em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste futuro profissional e, da pesquisa científica em nossa região. Colocamo-nos à vossa disposição na Universidade ou outros contatos, conforme segue:

Contato do aluno Pesquisador: (97) 98404-1138 E-mail: aldolima@gmail.com
sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Nelcioney José de Souza Araújo

Prof. Dr. Nelcioney José de Souza Araújo

Orientador nelcioney@ufam.edu.br

92-99178-0230

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO 1:PROFESSORE DE ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE TEFÉ-AM.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



Escola Estadual/Município: Escola Estadual Deputado José Armando de Souza Mendes.
Tefé – Amazonas.

Data da Entrevista: ___/___/___

Prezado(a) professor(a) da Escola Estadual Deputado José Armando de Souza Mendes.

Este questionário foi elaborado visando coletar informações para análise que será desenvolvida em uma dissertação de mestrado. Tendo como foco o conhecimento sobre a importância da atuação da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL) no município de Tefé. Bem como sobre a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). No entanto, o foco será apenas a **Política Nacional de Defesa (PND)** e a **Estratégia Nacional de Defesa (END)** baseada no senso comum. Este questionário é composto por cinco (5) questões de múltipla escolha.

Agradeço, desde já, pela vossa disponibilidade e valiosa contribuição para este estudo.

TEMA

“A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA 16º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS MISSÕES TEFÉ/AM) PARA A DEFESA NACIONAL”.

QUESTIONÁRIO

Questão 1 – Definição Geral.

A Política Nacional de Defesa (PND) tem como objetivo principal:

- Garantir o desenvolvimento econômico do país, sem envolvimento militar.
- Estabelecer diretrizes para a defesa do território nacional e a soberania do Brasil.
- Criar políticas públicas voltadas para a educação militar no ensino básico.
- Reduzir o orçamento das Forças Armadas por meio de desmilitarização.

Questão 2 – Importância da Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

A PND e a END são importantes porque:

- Visam o desenvolvimento de capacidades militares para a defesa do Brasil e sua soberania.
- Buscam a eliminação total dos investimentos na área de segurança nacional.
- Definem apenas diretrizes econômicas para o setor de defesa sem impacto estratégico.
- Substituem totalmente a diplomacia na resolução de conflitos internacionais.

Questão 3 – Elementos da Estratégia Nacional de Defesa.

Qual das alternativas a seguir representa um dos pilares da Estratégia Nacional de Defesa (END)?

- Fortalecimento da indústria nacional de defesa.
- Redução do contingente militar para fins de pacificação.
- Alinhamento da defesa nacional com tratados estrangeiros sem avaliação estratégica.
- Transferência da responsabilidade militar para organizações internacionais.

Questão 4 – Setores Prioritários da END.

A Estratégia Nacional de Defesa prioriza o desenvolvimento de três setores principais. Quais são eles?

- Indústria bélica, tecnologia espacial e sistema de saúde militar.
- Tecnologia da informação, transporte público e segurança bancária.
- Indústria aeronáutica, defesa cibernética e indústria naval.
- Educação pública, previdência social e transporte ferroviário.

Questão 5 – Percepção final.

Você já ouviu falar sobre a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)?

- Sim
- Não

QUESTIONÁRIO 2: GRADUANDOS EM GEOGRAFIA CEST-UEA (Tefé-AM)



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



Universidade/Município: Universidade do Estado do Amazonas – CEST – UEA. Tefé – Am.

Data da Entrevista: ___ / ___ / ___

TEMA:

“A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA 16º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS MISSÕES TEFÉ/AM) PARA A DEFESA NACIONAL”.

Prezado(a) acadêmico(a) da Faculdade de Licenciatura em Geografia. CEST-UEA.

Este questionário foi elaborado visando coletar informações para análise que será desenvolvida em uma dissertação de mestrado. Tendo como foco o conhecimento sobre a importância da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL) na Defesa Nacional e no município de Tefé. Bem como sobre o objetivo da Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Agradeço, desde já, pela vossa disponibilidade e valiosa contribuição para este estudo.

QUESTIONÁRIO

1. Diante dos parâmetros da geo-história militar brasileira.

Qual é a relevância geo-história da 16.^a Brigada de Infantaria de Selva (Brigada das Missões) no contexto da Defesa Nacional?

2. Considerando a geografia da Amazônia.

De que maneira a localização geográfica de Tefé influencia na importância estratégica da 16.^a Brigada de Infantaria de Selva?

3. A defesa no contexto nacional.

Como a Brigada das Missões contribui para a defesa e a soberania nacional?

4. Proteção da fronteira para a soberania nacional.

De que forma a 16.^a Brigada de Infantaria de Selva atua na proteção das fronteiras na região amazônica?

5. Política Nacional Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END).

Você conhece a Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa (END)?

SIM NÃO

a. Em resposta positiva o que seriam esses dois documentos normativos e para que servem?

6. Objetivos da Política Nacional de Defesa (PND).

Como a Brigada das Missões contribui para a implementação dessa política em Tefé?

7. Das Ameaças não convencionais.

De que forma a 16.^a Brigada de Infantaria de Selva se prepara para enfrentar as novas ameaças em Tefé?

8. Ameaças à defesa nacional.

Quais são as principais ameaças enfrentadas pela Brigada das Missões no Município de Tefé para a Defesa Nacional?

9. Das operações militares.

Quais seriam as principais atividades e operações realizadas pela 16.^a Brigada de Infantaria de Selva (Brigada das Missões) em Tefé?

10. Os desafios operacionais na Amazônia.

Diante do seu conhecimento, quais são os principais desafios enfrentados pela Brigada das Missões em suas operações na região do Médio e Alto Solimões?

11. Do apoio às comunidades locais.

De que maneira a 16.^a Brigada de Infantaria de Selva apoia as comunidades locais em Tefé e em seu entorno?

12. Integração social.

Pelos quais meios a Brigada das Missões (16.^a BDA INF SL) promove a integração entre as Forças Armadas e a sociedade civil em Tefé Amazonas?

QUESTIONÁRIO 3: 3.º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (Tefé-AM).



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TEFÉ

Local e data: Tefé, Amazonas.

Data: ___/___/___

Excelentíssimo Comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar, Major PM David Nery.
 Este questionário foi elaborado visando coletar informações para análise que será desenvolvida em uma dissertação de mestrado. Tendo como foco a importância da cooperação entre o 3º Batalhão de Polícia Militar e a 16ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL) no município de Tefé. Bem como sua relevância para a segurança da região do Médio e Alto Solimões.

Agradeço, desde já, pela vossa disponibilidade e valiosa contribuição para este estudo.

TEMA

A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA 16º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS MISSÕES TEFÉ/AM) PARA A DEFESA NACIONAL.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
 IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
 Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
 Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



QUESTIONÁRIO

1. As forças de segurança e sua integração.

A importância de cooperação entre interagências é essencial para as estratégias de defesa, neste sentido, de que forma a 16.^a Brigada de Infantaria de Selva contribui com a Polícia Militar para segurança da região do Médio Solimões?

2. Segurança pública e seus impactos.

A Polícia Militar atua no combate à exploração da biodiversidade e nas fiscalizações de veículos terrestres e marítimos? Essas ações são executadas regularmente em conjunto com a 16.^a BDA INF SL?

3. Localização geoestratégica.

Diante da localização geoestratégica de Tefé, quais as áreas geográficas de atuação da Polícia Militar em sinergia com a 16.^a BDA INF SL?

4. Institucionalidade, cooperativismo e civismo.

A região de Tefé é um território distante do grande centro de Manaus, capital do Amazonas. Anualmente, sua população é impactada pelas grandes cheias e vazantes extremas decorrentes das fases do ciclo hidrológico. Diante desses eventos, existem parcerias da PM com a Brigada das Missões (16.^a BDA INF SL), do governo Estadual, Municipal ou Federal em ações cívico-sociais?

5. Operação conjunta coordenada.

Considerando a extensão territorial na região de Tefé, quais as dificuldades enfrentadas nas operações em parceria com a Brigada das Missões?

6. As fronteiras e sua proteção.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
 IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Mestrado Doutorado Conceito 4 – CAPES
 Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
 Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



No contexto da segurança das fronteiras, há participação efetiva da Polícia Militar em apoio à 16.^a Brigada de Infantaria de Selva para proteger a região do Médio Solimões e Alto Solimões (especialmente no rio Japurá e rio de Tefé)?

7. Segurança públicas e suas ameaças.

No eixo que corresponde à região do Médio e Alto Solimões, surgem novas ameaças e novas estratégias são elaboradas para inibir as ações ilegais. Diante disso, quais esses novos eventos ilegais são combatidos em sinergia com a Brigada das Missões?

8. Suporte logística.

Diante da logística da região de Tefé, no Amazonas, quais as dificuldades enfrentadas pelas forças de segurança em consonância com as interações civis e o Exército Brasileiro?

9. Proteção ambiental, fiscalização de veículos terrestre e marítimo.

No que tange à proteção ambiental, de que forma o Estado, a Polícia Militar e a 16.^a Brigada de Infantaria de Selva atuam em ações no combate à exploração ambiental ilegal?

10. Do desmatamento ilegal ao recontro do tráfico.

Nas operações de combate ao tráfico de drogas e de armas, de que forma a Brigada das Missões contribui com a Polícia Militar?

11. Vigilância, patrulhamento e resgate.

Considerando as operações de resgate e salvamento e patrulhamento, a 16.^a Brigada de Infantaria de Selva colabora com a Polícia Militar em situações de emergência?

12. Das áreas indígenas e monitoramento das vias fluviais.

Sobre as comunidades indígenas, quais os desafios enfrentados pela PM e a Brigada das Missões na proteção dessas comunidades em Tefé?



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



Considerando a segurança das vias fluviais, a Polícia Militar atua na proteção das vias fluviais na região de Tefé?

13. Tecnologia e sua integração.

A utilização tecnológica é primacial para monitoramento e segurança de áreas de difícil acesso. Neste sentido, quais são as dificuldades que a Brigada das Missões e a Polícia Militar enfrentam para utilizar as geotecnologias em suas operações conjuntas?

14. A segurança e seus desafios.

No âmbito das operações de segurança, quais são os principais desafios arrostrado pela Polícia Militar no município de Tefé e região do Solimões?

QUESTIONÁRIO 4: 16.^a BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (Tefé–AM)



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



16^a. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

(Brigada das Missões. Tefé –AM)

Local e data: Tefé, Amazonas.

Data: ___/___/___

Excelentíssimo General de Brigada Francisco de Assis Costa Almeida Júnior.

Este questionário foi elaborado visando coletar informações para análise que será desenvolvida em uma dissertação de mestrado. Tendo como foco a importância estratégica de defesa da 16^a Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL) no município de Tefé. Bem como para a Defesa Nacional.

Agradeço, desde já, pela vossa disponibilidade e valiosa contribuição para esta pesquisa.

TEMA

“A GUARDIÃ DO SOLIMÕES NÃO DORME NEM SENTE SONO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA 16^º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (BRIGADA DAS MISSÕES TEFÉ – AM) PARA A DEFESA NACIONAL”.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



QUESTIONÁRIO

1. Estratégia, localização e seus alinhamentos.

- Como a 16ª Brigada de Infantaria de Selva se alinha à Política Estratégica de Defesa regida pela PND/END?
- Como a localização geográfica de Tefé influencia as operações na defesa da Amazônia e da Defesa Nacional?

2. Região Amazônica e seus desafios.

- Quais são os principais desafios enfrentados pela Brigada das Missões na região amazônica?
- Quais são as áreas vulneráveis da região amazônica que demandam maior reforço militar?

3. A soberania e as novas ameaças nacionais.

- Além da presença de piratas dos rios, qual é a principal ameaça à soberania nacional na Amazônia?
- Como a 16ª Brigada de Infantaria de Selva colabora com interagências contra ameaças transfronteiriças, à biodiversidade e aos povos tradicionais na região do Médio e Alto Solimões?

4. O apoio estatal e a infraestrutura militar.

- De que forma o Estado contribui para a infraestrutura, materiais bélicos, tecnologia e mão de obra humana na região amazônica?

5. A presença e as operações militares.

- Quais operações militares são realizadas pela Brigada das Missões no Médio e Alto Solimões?
- A presença militar promove o desenvolvimento sustentável da região?
- O efetivo da 16ª Brigada é suficiente para atender às demandas de defesa e a segurança em um território tão extenso e complexo como a Amazônia?



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



- d. Quais desafios enfrentam os Pelotões Especiais de Fronteiras (PEF) em suas atividades nas fronteiras brasileiras?

6. A civilidade e os impactos geográficos nas populações locais.

- a. Quais áreas geográficas são atendidas pela 16ª Brigada de Infantaria de Selva na Amazônia?
- b. Qual é o impacto dessa atuação nas populações locais?
- c. Como a Brigada contribui para a melhoria da qualidade de vida dos povos amazônicos

7. As unidades militares e suas relações.

- a. Em quais aspectos a 16ª Brigada de Infantaria de Selva se diferencia de outras unidades militares no Brasil?

8. Das cooperações internacionais.

- a. Como a 16ª Brigada de Infantaria de Selva colabora com organizações internacionais na defesa da Amazônia?

9. Pesquisa e desenvolvimento.

- a. Qual é a contribuição da Brigada para a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias militares na Amazônia?

10. Preservação ambiental.

- a. Quais estratégias a Brigada adota para preservar a biodiversidade na região?

11. Mudanças climáticas e patrimônio cultural.

- a. Como a 16ª Brigada de Infantaria de Selva contribui para a preservação do patrimônio cultural amazônico frente às mudanças climáticas?

12. Impactos socioeconômicos.

- a. Quais são os impactos socioeconômicos da presença da Brigada em Tefé?

13. Parcerias acadêmicas.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 – CAPES
Aprovado pela Resolução nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



- a. Existem parcerias acadêmicas de pesquisa estabelecidas pela Brigada e pela comunidade acadêmica? Se sim, quais são?

14. Formação militar.

- a. Como a 16ª Brigada de Infantaria de Selva contribui para a formação e treinamento de novos soldados na região? Há capacitação profissional?